



Universidades Lusíada

Sequeira, Pedro Miguel Fonseca

A política externa portuguesa : a visão Marcelista (1968-1974)

<http://hdl.handle.net/11067/7498>

Metadados

Data de Publicação	2023
Resumo	<p>A presente dissertação de Mestrado constitui um contributo para a análise da Política Externa Portuguesa durante a liderança política de Marcelo Caetano, nomeadamente as principais continuidades e mudanças face ao modelo de inserção internacional português do Estado Novo. Este trabalho caracteriza as questões que Marcelo Caetano confrontou na transição da década de 1960 para 1970 e as opções adotadas por este decisor face às várias questões de relevância internacional como foi o caso da Guerra C...</p> <p>This work aims to analyze the Portuguese Foreign Policy according to the Marcelista vision and study the Continuities and Changes of this Foreign Policy. Marcelo Caetano assumes power with a Colonial Heritage of Wars with the African Colonies. This work characterizes the challenges that Marcelo Caetano faced in the change from the 60s to the 70s, the ways of resolution by Marcelo Caetano in terms of several issues of international relevance such as the case of the Colonial War during the 60s and...</p>
Palavras Chave	Relações Internacionais, Política externa - Estado Novo - Portugal, Estado Novo - Marcelo Caetano - África
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULP-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-06-04T12:00:05Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA (PORTO)

FACULDADE DE DIREITO

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais

A Política Externa Portuguesa: A visão Marcelista (1968-1974)

Pedro Sequeira, n.º 21507115

Orientador: Prof. Doutor Paulo Amorim

PORTO

2023

DEDICATÓRIA

Avô Tó, sei que me estás a ver no local onde estás,
E tenho a certeza que me ouvirás,
Através das palavras escritas e ditas,
Que permitirão mostrar o meu conhecimento e crítica,
De modo a que as RI cresçam e
Desta forma permaneçam
Através de sucessos, alegrias e felicidades,
Das quais têm de ser sempre contra as Hostilidades,
E se evitem guerras e nos tragam a Paz,
Que é o exemplo da amizade que nos traz,
Sempre em todos os momentos bons e de emoção,
E que ficará sempre ligada no nosso coração.

Quero-te dedicar a minha Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e sei que neste momento estás feliz. Eu bem sei que era o teu sonho desde que me viste nascer no dia 27 de novembro de 1997. Sei que estás feliz e orgulhoso do neto que te ama e que vai gostar sempre de ti em todos os momentos da vida. Nem me quero lembrar do dia em que faleceste, foi um dia triste e que bem sabes a tristeza com que eu fiquei. Hoje quero dedicar um sonho nosso e de uma pessoa que esteve sempre a meu lado em todos os momentos, por isso vou gritar bem alto:

AVÔ TÓ, ESTA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS É PARA TI. EU SEI QUE GOSTASTE E QUE ESTÁS FELIZ.

AGRADECIMENTOS

Após a conclusão deste trabalho académico, devo, por imperativo de justiça agradecer todos os apoios recebidos na elaboração desta dissertação de Mestrado. Em primeiro lugar, tenho que agradecer o contributo dos professores que cruzaram o meu percurso a nível académico e que me incentivaram a elaborar esta Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Por escassez de espaço, apenas destaco alguns, nomeadamente o Prof. Doutor Pedro Mendes, o orientador inicial desta investigação, e que me incentivou para a realização deste trabalho. Devo-lhe, também, os ensinamentos científicos aprendidos nas suas aulas de Teorias das Relações Internacionais, Sociologia das Relações Internacionais e Política Externa dos Estados. Mas foi sobretudo nas suas aulas da unidade curricular de Política Externa Portuguesa (Temas Avançados) que adquiri conceitos e teorias necessários para o desenvolvimento desta Dissertação. Devo-lhe também as lições de metodologia que me ensinou durante as sessões de orientação desta Dissertação. Os seus conselhos para o processo de investigação foram totalmente determinantes para que a Dissertação fosse concluída da melhor forma. Devo agradecer também ao Prof. Doutor Paulo Amorim, orientador atual desta Dissertação de Mestrado e Coordenador dos Ciclos de Estudos em Relações Internacionais da Universidade Lusíada (Porto). Evidencio, além da dedicação, o incentivo constante para melhorar o meu trabalho. Agradeço também ao Prof. Doutor Manuel Monteiro, não só pelo aconselhamento de bibliografia a consultar, mas sobretudo pelo seu exemplo político, enquanto defensor do “bem comum”, e também pelo exemplo de exigência, rigor, dedicação ao trabalho que incute nos alunos das unidades curriculares de Introdução à Ciência Política, Ideias Políticas do Mundo Ocidental, Política Externa Portuguesa Atual e Direito e Organização Internacional. Reconheço ainda o apoio do Prof. Doutor Joel Mata pela transmissão de conhecimentos de História que recebi nas suas unidades curriculares de História Diplomática de Portugal (Medieval e Moderna); História Diplomática de Portugal (Contemporânea) e História da Cultura Portuguesa. Por último, resta-me agradecer ao Prof. Doutor Francisco Pavia que, nas Unidades Curriculares de Geopolítica/Geoestratégia, Espaço Euro-Atlântico e Estratégia e Segurança Internacional, ensinou-me a relevância da posição estratégica dos Estados bem como o papel do Poder dos Estados face à Anarquia Internacional. Foi também referência na pesquisa realizada, uma vez que pertence ao Estado da Arte da temática escolhida para esta Dissertação. Devo aqui realçar, ainda, a colaboração de várias instituições científicas e académicas na disponibilização de fontes e bibliografia que foram fundamentais na

minha investigação. Neste domínio, realço o apoio da Dra. Olinda Martins, responsável pela Biblioteca e pelo Centro de Documentação Europeia da Universidade Lusíada (Porto). Igualmente agradeço ao Dr. Silvestre Lacerda, responsável pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo e ao Embaixador José Joaquim Freitas Ferraz, diretor da Divisão de Arquivo e Biblioteca do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na cedência de fontes documentais.

Por fim, agradeço penhorado o apoio constante da minha família que foi fundamental para a concretização do meu percurso académico, comprovando que a “união faz a força e se nós estivermos todos unidos, o sucesso pode estar à nossa porta”.

A nível familiar, quero agradecer aos meus pais pela ajuda e apoio que sempre me deram a vários níveis para que o sucesso fosse alcançado da melhor forma possível, tal como foram vistas através de mensagens de força e espírito de entreajuda para que este Trabalho de cariz Académico fosse escrito da melhor forma possível. Como se diz sempre, a União faz a Força e se nós estivermos todos unidos, o sucesso pode estar à nossa porta. Aos meus pais, Catarina Fonseca e Vítor Sequeira, que são a minha referência maior. Além da vida devo-lhes as lições de ética de trabalho que me ensinaram, obrigando a um esforço acrescido na concretização dos objetivos a que me proponho. O sucesso deste trabalho académico pretende ser também uma homenagem aos meus avós, Alice Sequeira e António Maria Sequeira. É ao meu avô Tó, que nos deixou em 31 de janeiro de 2022, pelo seu amor e exemplo de superação, a quem dedico este trabalho académico

ÍNDICE

RESUMO	7
PALAVRAS-CHAVE: Marcelo Caetano; Política Externa Portuguesa; Transição marcelista; Europa; África; Estado Novo.....	7
ABSTRACT	8
KEY-WORDS: Marcelo Caetano; Portuguese Foreign Policy; Marcellist transition; Europe; Africa; New state.	8
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO	14
I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL	14
1. A Análise de Política Externa (APE)	14
2. Desafios no estudo da Política Externa	19
3. Os Fatores Ideológicos e Perceptivos do Decisores	21
4. Identidade e Política externa no Estado Novo em Portugal: considerações teóricas .	23
CAPÍTULO II – A GOVERNAÇÃO MARCELISTA E AS MUDANÇAS EM RELAÇÃO À POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA IMPLEMENTADA PELO SALAZARISMO.....	39
1. Percurso biográfico de Marcelo Caetano.....	39
2. A Primavera Marcelista e a pós-governacão de António de Oliveira Salazar.....	44
3. O aparecimento do outono Marcelista: sinais de descontentamento e infelicidade por parte da populacão Portuguesa (1970-1971)	46
4. O inverno Marcelista e a Queda do Estado Novo: sinais de revolta e de total tristeza por parte dos portugueses (1972-1974)	49
5. Balanço do Governo de Marcelo Caetano	62
CAPÍTULO III - A DIPLOMACIA PORTUGUESA.....	63
1. Rui Patrício e o relacionamento com os Diplomatas Portugueses	63
2. Embaixador José Manuel Villas-Boas – Os tempos de infelicidade e precipitacão...	74
3. A importância da integracão europeia para Portugal.....	76
4.A Operacão Mar Verde e o seu impacto para Portugal.....	78
CAPÍTULO IV – A Política Externa de Marcelo Caetano relativamente aos EUA e NATO	83
1. Relacionamento de Marcelo Caetano com Johnson e Richard Nixon.....	83
2. Relacões de Portugal com a NATO e o uso da inversão das alianças no país	86
3. A NATO e o tipo de instrumentos que usou nas Guerras de África	87
4. O Ultimato dos EUA e a Guerra do Yon Kippur em 1973	90
CAPÍTULO V – ÁFRICA.....	96
1. A Questão Africana na Política Externa Portuguesa do Marcelismo: balanço histórico	96
2. África: Os seus problemas e as guerras que teve de enfrentar	99

3. A construção dos “novos Brasis” – Novas mudanças e pensamentos no discurso ultramarino	102
4. A importância de uma <i>détente</i> africana	104
5. As horas sombrias e as suas dissidências	105
6. Marcelo Caetano e a origem do exercício ALCORA.....	110
6.1. Quando Cubango e as ameaças de tentativa de guerra	112
6.2. Os esforços de guerra na Presidência de Marcelo Caetano	114
6.3. Guerra Civil da Rodésia	118
CAPÍTULO VI – EUROPA	133
1. Relacionamento de Portugal com a Europa.....	133
2. Contextualização dos principais temas: a sucessão a Salazar, a aproximação à Europa e os momentos bons e maus da governação	140
CAPÍTULO VII – BRASIL.....	143
CONCLUSÃO.....	147
BIBLIOGRAFIA	149

RESUMO

A presente dissertação de Mestrado constitui um contributo para a análise da Política Externa Portuguesa durante a liderança política de Marcelo Caetano, nomeadamente as principais continuidades e mudanças face ao modelo de inserção internacional português do Estado Novo. Este trabalho caracteriza as questões que Marcelo Caetano confrontou na transição da década de 1960 para 1970 e as opções adotadas por este decisor face às várias questões de relevância internacional como foi o caso da Guerra Colonial durante a década de 1960 (e a importância do exercício ALCORA), a aproximação à NATO e à Europa, ou seja através de um grau de abertura maior de Portugal no relacionamento com os países ocidentais. Através desta investigação, iremos analisar de forma detalhada todos os momentos positivos e negativos durante o tempo em que Marcelo Caetano foi Presidente do Conselho de Ministros, ou seja, entre o ano de 1968 e 1974.

PALAVRAS-CHAVE: Marcelo Caetano; Política Externa Portuguesa; Transição marcelista; Europa; África; Estado Novo.

ABSTRACT

This work aims to analyze the Portuguese Foreign Policy according to the Marcelista vision and study the Continuities and Changes of this Foreign Policy. Marcelo Caetano assumes power with a Colonial Heritage of Wars with the African Colonies. This work characterizes the challenges that Marcelo Caetano faced in the change from the 60s to the 70s, the ways of resolution by Marcelo Caetano in terms of several issues of international relevance such as the case of the Colonial War during the 60s and the importance of the ALCORA exercise, the approximation to NATO and to Europe, that is, through a greater degree of openness of Portugal in the relationship with NATO and with the countries that comprise it and the countries that were included in the EEC that was created on 25 March of 1957 with the Treaty of Rome. Through this theme, we will analyze in detail all the positive and negative moments during the time Marcelo Caetano was President of the Council of Ministers, that is, between 1968 and 1974.

KEY-WORDS: Marcelo Caetano; Portuguese Foreign Policy; Marcelist transition; Europe; Africa; New state.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, subordinado ao tema *A Política Externa Portuguesa: A visão Marcelista (1968-1974)* constitui a Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais realizada na Universidade Lusíada (Porto).

A abertura de Portugal ao Atlântico (Aliança Inglesa, EUA e NATO), tal como a opção colonial constituem as diretrizes históricas da política externa portuguesa, apesar da guerra colonial ter tido graves consequências para Portugal entre 1961 e 1974, quer ao nível interno quer ao nível externo. Após a Revolução de 1974, subiu ao poder uma elite governante em rutura e total desacordo com as gerações anteriores e que fomentava a ideia de antitradicionalismo em relação a Portugal e aos seus valores.

Portugal era um país exíguo, mas a parte atlântica que se situa no litoral do território foram importantes para o desenvolvimento do País, tal como a fronteira com Espanha já que permitiu ser um grande reforço para os laços que os dois países poderiam ter a vários níveis. A interligação da fronteira terrestre com Espanha e com a parte do litoral atlântico foi importante para a vocação atlântica e para alcançarem estratégias e uma grande expansão marítima que resultou num largo, grandioso e vasto Império. Estes foram os principais motivos para Portugal se afirmar como uma grande potência no sistema internacional durante um certo período.

O padrão histórico de Portugal desenvolveu-se através das condicionantes geopolíticas e históricas (Mendes, 2017) que proporcionaram o desenvolvimento e crescimento de um padrão histórico da Política Externa Portuguesa que apesar dos modelos de inserção internacional (Telo, 1999; Teixeira, 2011), formataram constantes e linhas de força: o Atlântico, a Europa a África e uma diplomacia ecuménica, que ajudou a marcar a presença de Portugal em todos os continentes (MENDES, 2018).

No século XX, Portugal experienciou importantes transições políticas que resultaram na construção de uma dualidade identitária básica: o autoritarismo e a democracia. O caso português centra-se na explicitação da relação entre a identidade política e construção dos interesses da Política Externa Portuguesa no período autoritário e no período democrático. A consolidação da identidade política durante o Estado Novo teve reflexos importantes na construção dos interesses da sua Política Externa. Portugal tinha como principais características ser um Estado autoritário, imperial e autárcico. A sua Política Externa era bilateral, nacional-soberanista e isolacionista. As principais ideias e imagens culturais que fundamentavam as doutrinas da política externa portuguesa no período autoritário foram o imperial-essencialismo, o ocidentalismo e o especialismo (MENDES, 2018). A ideia

imperial essencialista fundamentava-se no facto de as elites do Estado Novo assumirem o império como a essência, missão e finalidade histórica de Portugal no Mundo. A construção da ideologia e da cultura política entre as elites do Estado Novo pressupunha que sem Império, Portugal não iria ter uma vida longa como identidade histórica.

A assunção de uma identidade cultural e civilizacional ocidental e cristã, bem como numa identidade política anticomunista, de que resultou o posicionamento geopolítico de Portugal na lógica bipolar da Guerra Fria consistem na ideia do Ocidentalismo (MENDES, 2018). As dimensões histórica, antropológica e geopolítica estão na base da definição da ideia do Especialismo Português que dizia respeito ao conjunto de ideias, práticas e políticas que defendiam que Portugal era um caso especial. A nível histórico, Portugal era visto como um caso especial devido à expansão global e à era dos Descobrimentos que permitiu o grande desenvolvimento a nível político e diplomático.

Portugal sempre foi muito bom a nível da capacidade do Diálogo Intercultural e da miscigenação que resultou na aptidão de criar sociedades multiculturais. A vantagem de usufruir de uma situação geopolítica no Atlântico especialmente no seu flanco sul e que permitiu conjugar interesses na Europa, em África, e na Ásia. Estas três ideias interligavam-se e foram a base ideacional que justificou a doutrina de resistência imperial da política externa portuguesa. Esta doutrina defendia que Portugal deveria resistir às pressões descolonizadoras e insistir na sua razão imperial-essencialista, legitimada pelo seu especialismo luso-tropical e pela luta do ocidentalismo anticomunista que também se travava em África.

A entrada de Portugal na ONU (Organização das Nações Unidas) e o desenvolvimento do movimento anticolonial não foi benéfico para a Política Externa Portuguesa de Portugal que não estava de acordo com o *zeitgeist* (espírito de época) internacional e as suas normas. As guerras coloniais não foram boas para o contexto da Política Externa Portuguesa e para a visão que os países da Europa tinham de Portugal já que consideravam o país como anómalo e sem condições de evoluir a esse nível durante a década de 1960 que teve como Presidente do Conselho de Ministros, Salazar e Marcelo Caetano. Os Aliados de Portugal também consideravam que as ideias e as práticas internacionais não estavam de acordo com a normas internacionais.

Os Aliados aceitaram o Ocidentalismo, mas mostraram dúvidas e desconfianças em relação ao Especialismo, daí as dificuldades existentes. As ideias de especiais de pluricontinentalidade e multirracialidade, apoiadas na ideia imperial-essencialista defensora de que Portugal para além de existir na Europa, também existia em África, na

Ásia e na Oceânia devido à presença colonial que tinha naquela altura durante aqueles anos, daí ter ficado conhecido como Portugal – Do Minho até Timor que foi assunto difícil de entender para os Aliados.

Portugal não teve as capacidades de desenvolver uma política que acomodasse as tensões anticoloniais e o conseqüente estigma e percepção internacional de que Portugal não agia em conformidade com as normas, daí ter visto o que ocorreu na visão estática e irrealmente irrelevante do seu especialismo. A não conformidade normativa causou estragos na imagem da Política Externa Portuguesa e os diplomatas começaram a abordar a “angústia das causas perdidas”, apesar de ter havido uma grande resiliência e empenho nas justificações das elites portuguesas (VILAS-BOAS, 2012).

A questão que se põe é como Salazar e Marcelo Caetano, dois políticos que eram totalmente racionalistas não perceberam a equação dos custos e ganhos de PSR (Poder, Segurança e Riqueza) envolvidos na opção de resistência imperial? A resposta não é óbvia, mas só é possível encontrá-la se estudarmos a identidade e as ideias que constituíam as leituras das elites autoritárias sobre os interesses nacionais. Isto quer dizer que não é possível compreender a política externa do Estado Novo sem uma análise interligada da lógica racional dos interesses materiais e geopolíticos com a lógica identitária das ideias e imagens culturais dos decisores do Estado Novo. É fundamental reconhecer que os interesses e preferências da política externa portuguesa no Estado Novo refletiam e legitimavam a sua identidade e cultura política.

Inserido na temática da política externa portuguesa, o problema metodológico escolhido foi a visão marcelista da política externa portuguesa relativamente aos vários desafios internacionais com que Portugal foi confrontado, procurando, assim, identificar as continuidades e mudanças da política externa portuguesa em função da transição política interna da liderança do regime autoritário português.

Neste âmbito, a nossa investigação tenta conciliar as ferramentas analíticas da Análise da Política Externa (APE) com uma perspetiva histórica para compreender se, de facto, existiram diferenças substanciais entre a política externa implementada por Salazar e a implementada por Marcelo Caetano, uma vez que, geralmente, quando se altera o decisor existe uma tendência para algum tipo de mudança nas políticas públicas. Isto é ainda mais claro e decisivo em regimes autoritários com líderes que contruíram o sistema político à sua imagem, de forma neopatriarcal como foi o caso de Oliveira Salazar. Com efeito Marcelo Caetano substituiu Salazar e com isso traz novas ideias, bem como novas necessidades de adaptação aos novos tempos de finais da década de sessenta princípios

da década de setenta, do século XX. Todo este novo contexto, político e ideacional deram origem à chamada “Primavera Marcelista”, que foi um ponto de viragem em relação à política interna anterior. Por outro lado, a nova realidade internacional e a própria personalidade de Marcelo Caetano, menos “paroquial” do que Salazar, reflete-se numa política externa de maior abertura e proximidade com a Europa, NATO, Brasil e África do Sul (nomeadamente através do exercício ALCORA). Contudo, existiu um elemento estruturante de continuidade em relação às colónias africanas e à visão imperial portuguesa. Assim, Marcelo Caetano optou por fazer uma prossecução de opção militar nas Províncias Ultramarinas, daí não ter dado independência as “províncias ultramarinas” e mantido o esforço de guerra e da “política externa de resistência” (Mendes, 2020a). Deste modo, a sua política de “renovação na continuidade” continha dilemas difíceis de compatibilizar.

Face à problemática escolhida, elegemos várias questões que servirão de fio condutor para a nossa investigação. A primeira é se as mudanças Políticas que Marcelo Caetano pretendeu fazer tanto a nível da Política Interna como Externa de Portugal tiveram um impacto positivo na nação? A segunda é se Marcelo Caetano conseguiu transmitir uma nova imagem de Portugal nos países com quem estava a ter relacionamento e permitir a existência de uma abertura de Portugal com esses mesmos países?

Este trabalho utilizou uma metodologia qualitativa de base histórica em diálogo com os modelos teóricas da Análise da Política Externa (APE). Deste modo, realizamos uma interpretação das principais obras já publicadas sobre Marcelo Caetano e tentamos aplicar as teorias da APE ao nosso problema.

A Dissertação de Mestrado está organizada em três partes materializadas no “Enquadramento Teórico-Concetual”; na “Política Interna (A Transição do Salazarismo para o Marcelismo)” e na “Política Externa de Marcelo Caetano”. A Parte do “Enquadramento Teórico-Concetual” analisa e explica cada uma das Teorias e os conceitos pertinentes para este estudo, através da sua Problemática, do seu Modelo e do seu Papel. A Parte da “Política Interna” tem como objetivo descrever a Política que foi implementada por Marcelo Caetano após o regime Salazarista e mostrar os momentos positivos e negativos que teve em Portugal. Por último, a Parte da “Política Externa”, (formalmente nos últimos 5 capítulos) permitiu mostrar a posição internacional que Marcelo Caetano adotou com vários países e Organizações Internacionais como foi o caso do Brasil, África, EUA, NATO, Europa.

Privilegiámos como fontes, para este estudo, relatórios, memorandos e outros documentos oficiais, existentes nos arquivos nacionais, bem como a bibliografia disponível, nomeadamente artigos científicos e monografias sobre esta temática, de onde destacamos os trabalhos de Pedro Mendes, com lugar cativo no Estado da Arte da Análise da Política Externa Portuguesa, em particular da ação política de Marcelo Caetano.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL

1. A Análise de Política Externa (APE)

A Análise da Política Externa (APE), com origem na década de 1950, enquanto *subfield* das Relações Internacionais, constitui, hoje, um dos principais instrumentos metodológicos no estudo da política externa dos Estados, uma vez que “desde o fim da Guerra Fria os pressupostos subjacentes à análise da política externa adquiriram uma renovada importância e centralidade” (HAGAN, 2001, 16).

Historicamente sublinhamos a importância de três trabalhos pioneiros na afirmação desta nova abordagem ao estudo da política externa, nomeadamente *Foreign Policy Design-Making* de Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Sapin, de 1954; *Man-Millieu Relationship Hypothesis in the Context of International Politics*, de Harold e Margaret Sprout, de 1956 (e desenvolvido mais detalhadamente em 1965 no livro *The Ecological Perspective on Human Affairs: With Special Reference to International Politics*); e *Pre-theories and Theories of Foreign Policy*, de James Rosenau, de 1966.

Estes trabalhos estabeleceram, assim, os pressupostos teóricos fundamentais da APE, nomeadamente a relevância dos indivíduos envolvidos nas decisões da política externa (Agência). Neste sentido, a identificação dos decisores e das suas especificidades passa a estar incorporada na construção de teorias transnacionais e de médio-alcance relativas à Política Externa, integrando, por isso, múltiplos níveis de análise. A compreensão do processo de formulação da política externa é tão importante, se não mais importante, do que a compreensão dos *inputs* e *outputs* com a Estrutura. Como defende Mintz e DeRouen Jr (*apud* FREIRE, 2011, p. 18), a análise de política externa centrada nos processos de decisão ajuda a identificar “padrões de decisão únicos e genéricos e gerar entendimentos sobre os estilos e personalidades de liderança que não podem ser revelados através de uma abordagem sistémica à política externa”.

O contributo do estudo de Snyder, Burton e Sapin (SBS) prende-se com a chamada de atenção para a importância do decisor, que é identificado como a principal determinante do comportamento externo do Estado, centrando, assim, a sua análise na perceção que é feita pelo decisor, do acontecimento (FREIRE, 2011, 15). Passamos a ter, desta forma como objetivo analítico principal “a recriação do ‘mundo’ dos decisores conforme eles o veem” (SNYDER; BURTON; SAPIN, 2002, 15), obrigando o investigador a uma concentração nos processos de decisão e na estruturação dos grupos que condicionam a decisão.

O segundo trabalho, de Herman e Margaret Sprout, aprofunda a relação entre o *psychomillieu* que tem como objetivo definir a percepção dos decisores em relação ao meio e à sua forma de reação e a *operational millieu* que aborda o meio e a forma na execução das suas decisões (FREIRE, 2011, p. 15)., influenciando, desta forma, os estudos seguintes, mais centrados na dimensão cognitiva dos decisores, nomeadamente ao nível das crenças, atitudes, valores e percepções. O terceiro trabalho, de Rosenau, legitimou, doravante, a emergência de vários estudos de política externa comparada, concorrendo com a investigação tradicional centrada na “valorização e ênfase da análise dos ‘eventos’ de política externa” (FREIRE, 2011, p. 16).

Outro contributo da Análise da Política Externa (APE), enquanto instrumento metodológico de investigação sobre política externa, foi a afirmação da importância da definição de um modelo de análise, o que deu lugar a vários debates sobre o mais adequado: decisional, racional ou centrado nos fatores ideológicos e perceptivos (MENDES, 2007; 2017a).

Houve um longo processo de evolução paradigmática desde a fundação da disciplina até à atualidade. Os progressos da APE estão interligados com a necessidade da disciplina se libertar dos pressupostos ontológicos tradicionais sobre o que eram as relações internacionais e como é que os atores se comportavam a nível da visão simplificadora do papel dominante da estrutura na agência da política externa. A ideia tradicional de *realpolitik* que assumia que todo o comportamento em política externa era inteligível à luz do autoevidente interesse nacional (MORGENTHAU, 1951; GUZZINI, 2001).

A APE necessitou de aprofundar as abordagens que se centraram na reconstituição explicativa da agência da decisão e na multiplicidade de inputs institucionais e políticos que a influenciam. Foi precisamente isto que aconteceu com a invenção da APE nos anos cinquenta e sessenta (MENDES, 2020).

Como sublinha Mendes (2018), foi através deste assunto que se chegou a ponto de compreender os protestos decisoriais e científico-comparativos de Snyder e Rosenau. Os primeiros trabalhos que fizeram oposição aos modelos tradicionais foram totalmente influenciados pela Revolução Behaviorista e pelo início da tradição fenomenológica das Relações Internacionais. A tradição está ligada ao grande desenvolvimento académico norte-americano da sociologia e da psicologia social e que é visível nas referências aos trabalhos de Parsons, Shils e Alfred Schuetz feitas por Snyder, Bruck e Sapin (SBS) (SNYDER, BRUCK, SAPIN; 2002).

A construção da cultura identitária da APE (Análise da Política Externa) foi importante para a influência fenomenológica e para a valorização dos expoentes máximos que para além da SBS, foram importantes para o desenvolvimento dos trabalhos de Harold e Margaret Sprout, Ole Holsti e Kenneth Boulding. A APE colocou-se como um subfield que se posicionou de uma forma relativamente outsider face à cultura realista, objetivante (associal) e estrutural dominante do estudo da política internacional, daí terem valorizado a cultura sociológica e psicossocial (MENDES, 2020).

Kenneth Boulding, estava preocupado em estabelecer uma relação entre as Imagens Nacionais e os Sistemas Internacionais (BOULDING, 1959; 1969). Aqui é sublinhado que as decisões tomadas pelos atores políticos não respondem aos factos “objetivos” da situação, mas, essencialmente, à imagem que estes têm da situação. O que influencia o comportamento dos decisores não é exatamente o mundo real, mas sobretudo o que estes imaginam ser o mundo.

As imagens refletem “the total cognitive, affective, and evaluative structure of the behaviour unit, or its internal view of itself and its universe”, ou seja, traduzindo para Português, significa que “A estrutura cognitiva, afetiva e avaliativa total da unidade de comportamento, ou sua visão interna de si mesma e de seu universo” (BOULDING, 1969, p. 423). Partindo desta conceção, é possível identificar dois géneros de imagens, ou seja as imagens que uma nação tem dela própria e a imagem que uma sociedade nacional tem do mundo ou, se quisermos, a imagem interpretativa do ambiente internacional que a rodeia (MENDES, 2020).

A questão fundamental que Boulding colocou foi a de tentar perceber qual o impacto que as “imagens nacionais” produzem no relacionamento entre os Estados e na construção das relações internacionais. Todo o Estado-nação é um conjunto complexo de imagens que se formam e sedimentam ao longo de processos históricos. Neste sentido, toda a imagem nacional é essencialmente uma imagem histórica. Todavia, para além do resultado do processo histórico de socialização identitária das imagens dos cidadãos que compõem a nação, o conjunto de ideias históricas que formam a imagem nacional é sobretudo uma construção político-identitária das suas elites decisoras que a refletem e interpretam de forma própria e intersubjetiva (MENDES, 2018; 2020).

Assim, os decisores podem ter imagens mais sofisticadas ou menos sofisticadas dos sistemas nacional e internacional. O grau de sofisticação das imagens é comparável ao processo de crescimento e autodeterminação de um indivíduo. Isto é, à sua autoconsciência relativamente à assunção que a sua existência é apenas uma das partes

de um conjunto maior. Neste sentido, os decisores com imagens não sofisticadas veem o mundo apenas pelo ponto de vista do observador, ou seja através de uma lógica monista. Os decisores com uma imagem sofisticada têm a tentação de ver o mundo de muitos e variados pontos de vista, ou seja, através de uma lógica pluralista.

James Rosenau foi um dos principais contribuidores para o crescimento da Análise da Política Externa. Depois do importante estudo de Snyder, Burton e Sapin, os trabalhos de Rosenau foram um passo importante para se obterem explicações gerais em relação a este tema da Política Externa. A necessidade de uma maior consciência científica no estudo da política externa e a importância sublinhada para a construção de preposições “If then” foi uma das principais propostas de Rosenau. O argumento só pode definir as principais fontes do comportamento internacional dos Estados foi possível para se encontrarem os padrões gerais da explicação (MENDES,2020). A sistematização das principais variáveis em Política Externa e a relação com a tipologia dos Estados a nível do tamanho, nível de responsabilização democrática (*political accountability*) e o nível de desenvolvimento. O agrupamento destas variáveis em cinco fontes principais da Política Externa como as variáveis idiossincráticas que foram posteriormente denominadas como individuais, as variáveis de papel/função (role), as variáveis governamentais, as variáveis societárias e as variáveis sistémicas que foram totalmente defendidas, impostas e estudadas por Rosenau (MENDES, 2020).

Como salienta Mendes (2007, 2017a, 2020b), “o surgimento do movimento behaviorista norte-americano teve um grau elevado de importância para os cientistas políticos que quiseram começar a analisar a política externa e o processamento das suas decisões. Esta corrente behaviorista deu origem à chamada escola científica, daí terem surgido vários conceitos metodológicos e técnicos característicos de outras ciências sociais com o objetivo de tornar a análise da política externa um campo de estudo mais rigoroso e com uma maior “consciência científica” (ROSENAU, 1980, p. 34 MENDES, 2007; 2017a).

Como sublinha Mendes (2007, 2017a): “O Modelo Decisional de Snyder, Burton e Sapin que teve como principal objetivo ultrapassar a visão tradicional e desenvolver uma abordagem compreensiva de Política Externa. O foco da sua análise nas decisões, ou seja, no processo de formulação da decisão e, portanto, na análise do comportamento dos decisores políticos neste processo, SBS tornaram-se determinantes para o desenvolvimento do estudo da política externa dos Estados como campo de análise específico. Apesar de os objetivos propostos por SBS (Snyder, Burton e Sapin) em *Foreign Policy Decision-Making* não tenham sido completamente alcançados,

relembremos que estes autores propunham que a sua abordagem constituísse “a referência teórica central para o estudo da política internacional” (SBS apud MENDES, 2007). Podemos afirmar que o seu objetivo, mais modesto e específico, foi conseguido relativamente à identificação de algumas das variáveis cruciais que determinam as respostas dos Estados a situações concretas.”

Efetivamente, a abordagem introduzida por SBS (Snyder, Burton e Sapin) foi uma mudança essencial no estudo da política externa, sobretudo pelo seu valor teórico. O modelo de SBS contém fraquezas ao nível da sua operacionalização. Contudo, o surgimento do seu modelo, apesar das críticas, constitui uma reorientação fundamental na análise da política externa e foi um marco científico decisivo para a disciplina das Relações Internacionais e para a APE (MENDES, 2007, 2017a, 2020b).

Em termos do objeto de estudo a nível da abordagem teórica, a estratégia de pesquisa introduzida por SBS (Snyder, Burton e Sapin) representa a primeira tentativa de aplicação de uma metodologia alternativa à tradicional no estudo da política externa. A partir daqui o objeto de estudo desloca-se da análise de uma abstração reificada que é o Estado para passar a dar lugar à análise do comportamento dos decisores humanos que atuam em nome do Estado (MENDES, 2007, 2017a). Através deste assunto, resulta uma das mensagens mais importantes a este nível que é o Estado existe e age de acordo com as pessoas que nele habitam e que agem em seu nome, e não de acordo com o sentimento nacional ou o equilíbrio de poderes. Ao contrário do que acontece com as abstrações, os seres humanos podem ser objeto de observação e os seus comportamentos podem ser analisados de forma científica (MENDES, 2007, 2017a).

Para além das críticas metodológicas aos tradicionalistas, este modelo permitiu introduzir um conjunto de contributos teóricos inovadores que precipitaram uma reorientação no estudo da política externa. Estes contributos podem ser definidos através de quatro pressupostos fundamentais. Os pressupostos estão definidos em quatro partes que são a assunção de que a política externa consiste em decisões tomadas por decisores políticos identificáveis e que, portanto, é esta atividade comportamental que requer explicação, a importância da perceção dos decisores relativamente à definição da situação, a ênfase dada às origens domésticas e societárias da política externa e a assunção de que o próprio processo de decisão pode ser uma fonte importante e independente de decisões. O surgimento destes pressupostos representa uma nova e distintiva perspectiva de estudo da política externa. Assim, o foco da investigação é colocado nas fontes internas da política

externa, bem como no próprio processo de decisão, o que representa um avanço significativo relativamente às análises tradicionais (MENDES, 2007, 2017a).

2. Desafios no estudo da Política Externa

“O problema central de toda a investigação pode ser resumido a nível da Política Externa em que se pode responder à seguinte questão e que pode ser exemplificada neste momento, ou seja, porque é que o decisor X tomou a decisão a Y?”

A resposta a esta questão tem sido dominada por um debate complexo e multidisciplinar acerca dos denominados modelos de decisão racional. Os investigadores da área da Economia desenvolveram estes Modelos que tinham como objetivo refletir a visão da teoria económica clássica, segundo a qual as escolhas sociais dos indivíduos obedecem ao princípio da maximização racional da utilidade. Esta conceção permitiu que os modelos explicitassem as etapas percorridas pelo decisor até este escolher a opção mais racional, ou seja a que irá maximizar as suas expectativas de utilidade. Quando aparece um problema que necessita de resposta, o decisor elabora um conjunto de soluções possíveis para a resolução do assunto. Após a elaboração, o decisor analisa a utilidade de cada uma delas em que depois escolhe a sua preferência e a que considera mais correta. A sua decisão vai recair na solução que maximize as expectativas dos benefícios e minimize as expectativas dos prejuízos (MENDES, 2007, 2017a).

Vários investigadores norte-americanos vieram mostrar que esta conceção ótimoracionalista do processo de decisão, principalmente a que estava baseada em contextos organizacionais, nem sempre correspondia à realidade. O exemplo para este tema é o aparecimento da assunção analítica implícita no modelo da escolha racional que não conseguiu refletir verdadeiramente o processo de decisão, pois os decisores raramente conseguiam dispor da informação e do tempo que tinha de ser suficiente para se poderem efetuar as referidas etapas da decisão racional (MENDES, 2007, 2017a).

As investigações de Hebert Simon através do livro *Administration Behaviour* (1958) (MENDES, 2007, 2017a) permitiram abordar o estudo do processo de decisão em grandes organizações e o autor sublinhou: “que o princípio que está melhor caracterizado e definido não é o processo da otimização mas sim o da satisfação”. Simon defendeu “que o processo tem por base uma *“bounded rationality”* no sentido de o decisor elaborar soluções alternativas no sentido de procurar uma que preencha os critérios mínimos de aceitabilidade.”

O decisor irá procurar soluções alternativas até encontrar uma que preencha determinados critérios mínimos.

A mesma linha de pensamento e de ideias também é composta por David Braybrooke e Charles Lindblom através do livro *Types Decision of Making* (1964) (MENDES, 2007 e 2017a) que salientam: “a existência de diferentes tipos de decisão que obedecem a dois métodos de análise. No primeiro que é denominado por *synoptic*, assume-se que o decisor tem a informação necessária e age de acordo com a lógica da escolha racional. Em contraste, existe um segundo método de análise, denominado *disjointed incrementalism* que capta de forma mais rigorosa o processo de decisão. De acordo com este método, os decisores adotam uma atitude cautelosa, adaptativa e experimental, atuando através de pequenas e sucessivas decisões, observando atenta e corretivamente as suas consequências” (MENDES, 2007, 2017a).

Na visão destes autores, este segundo método de análise que é denominado por “*disjointed incrementalism*” acaba por ser o mais útil, pois é aquele que melhor se adapta às reais circunstâncias políticas defrontadas pelos decisores. Na verdade, estas reais circunstâncias políticas obedecem ao princípio do incrementalismo político que, portanto, contraria a assunção da decisão racional, ou seja, o método analítico por eles designado de *synoptic ideal*, e reafirma o famoso princípio do *muddling through* que significa «avançar pelo meio da confusão» definido anteriormente (MENDES, 2007, 2017a).

Estes trabalhos vão ter relevância no célebre estudo de Graham Allison (1973) sobre a crise dos mísseis de Cuba. A sua preocupação fundamental prende-se com a tentativa de demonstrar a existência de uma relação estreita entre a utilização de um determinado esquema conceptual e a explicação encontrada na análise de um caso específico (MENDES, 2007, 2017a).

Desta forma, Allison afirma que: “segundo este modelo, o analista explica uma determinada ação de política externa quando consegue descobrir as respostas ao seguinte conjunto interligado de questões relevantes como: “Quem são os jogadores? O que determina a posição de cada jogador? O que determina a influência relativa de cada jogador? De que modo o jogo conjuga os jogadores, as posições, a influência e as movimentações que conduzem às ações e decisões governamentais?” (ALLISON, 1971, p.137).

Deste modo, podemos verificar que o governo não é um ator monolítico e unitário, mas sim um conjunto de numerosos atores vistos como jogadores que não se concentram numa única questão, mas em muitos e diversificados problemas internacionais. Aliás, estes

diversos atores não agem em função de um conjunto coerente de objetivos estratégicos, mas de acordo com diversas concepções dos objetivos nacionais, organizacionais e pessoais (MENDES,2007).

Desta forma, confirmámos que as decisões governamentais não resultam de uma escolha racional, mas sim das lutas políticas entre os vários jogadores. O resultado final da decisão não depende da justificação racional da política ou dos procedimentos rotineiros dos organismos estatais, mas sim do poder e da habilidade política dos atores implicados. Em síntese, a política externa é concebida como resultante do jogo negocial que pode ser visto como político ao ser disputado entre os principais atores governamentais (MENDES,2007).

3. Os Fatores Ideológicos e Percetivos do Decisores

Os vários cientistas sociais sempre se preocuparam com os fatores ideológicos e percetivos dos decisores e com a forma como estes influenciavam as decisões em política externa. Um destes pioneiros, Kenneth Boulding, preocupou-se em estabelecer uma relação entre as imagens nacionais e os sistemas internacionais (MENDES,2007, 2017a).

De acordo com Boulding através do artigo *National Images and International Systems* (1959), aborda: “a referência que as decisões tomadas pelos atores de política externa não respondem aos factos «objetivos» da situação, mas, essencialmente à imagem que estes têm da situação. O que determina o comportamento dos atores não é o mundo real, mas sim o que estes pensam ser o mundo”.

Deste modo, é a imagem que os decisores têm do mundo, ou seja, se ela é correta ou incorreta, verde ou vermelha na determinação do comportamento dos decisores. Ao definirem a imagem como «o conjunto de estruturas avaliativas, cognitivas e afetivas que compõem uma unidade decisional, ou seja, a visão que detêm de si próprios e do seu universo. Boulding identifica dois géneros de imagens capazes de influenciar o desenrolar dos sistemas internacionais. Em primeiro lugar, temos as imagens que uma nação tem dela própria. Em segundo lugar, a imagem que uma sociedade nacional tem do mundo ou, se quisermos, a imagem interpretativa do ambiente internacional que a rodeia (MENDES,2007, 2017a, 2020a).

O comportamento dos decisores é o elemento-chave de análise para percebermos os acontecimentos das relações internacionais, daí tornar-se essencial estudar as formas

como as imagens nascem e se transformam, sobretudo ao nível daqueles que detêm o poder de decidir e formular a política externa (MENDES,2007, 2017a).

Através deste nível, os decisores podem ter uma visão mais sofisticada ou menos sofisticada da imagem nacional e do sistema internacional. O grau de sofisticação é comparável ao processo de crescimento e autodeterminação de uma pessoa, ao sentimento de autoconsciência de um indivíduo adulto quando se apercebe de que a sua existência é encarada como uma das partes de um conjunto maior. Ou seja, um decisor com uma imagem sofisticada vê o mundo como um conjunto de vários pontos de vista e tem consciência de que a sua visão é apenas uma das partes desse conjunto (MENDES, 2007).

Nos anos mais recentes, Robert Keohane e Judith Goldstein (1993) procuraram apresentar-nos a importância das ideias na explicação de comportamentos políticos, nomeadamente daqueles relacionados com a política externa.

Com a inspiração em Max Weber, estes autores não defendem que são as ideias em vez de os interesses que fazem o mundo girar.

Robert Keohane e Judith Goldstein (1993) sublinham: “que as ideias como também os interesses têm uma carga causal na explicação da ação humana. Desta forma, não ignorando perspectiva reflexivista do comportamento humano e passando para além das ideias da perspectiva racionalista, podem reconhecer que as ideias e os interesses não são fenomenologicamente separáveis e que todos os interesses têm ideias sustentáveis (MENDES,2007, 2017a).”

O principal argumento que defendem são: “que as ideias influenciam as políticas pois as ideias providenciam *road maps* que conduzem os decisores e definem o universo de possibilidades de acção. Deste modo, perceber o impacto das ideias torna-se essencial para se conseguir explicar a escolha X em detrimento da Y, a decisão K ou a política Z (MENDES, 2007, 2017a, 2018).”

Robert Keohane e Judith Goldstein (1990) definem: “três categorias de ideias que afetam o comportamento político. A primeira, a mais global e abrangente, é definida como *world views*. Basicamente, estas visões do mundo prendem-se com concepções gerais sobre o sistema internacional como éticas, cosmológicas e ontológicas e são fortemente influenciadas por fatores simbólicos e culturais. A segunda categoria de ideias é definida como *principles beliefs*. Consistem em princípios normativos que especificam critérios de distinção entre bom e mau, justo ou injusto. Finalmente, a terceira categoria é designada por *causal beliefs* e prende-se com as estratégias para atingir determinados

objetivos imediatos. Contudo, a grande questão que colocam é a de saber em que condições as ideias têm impacto nos comportamentos políticos” (MENDES, 2018).

4. Identidade e Política externa no Estado Novo em Portugal: considerações teóricas

O objetivo deste tema é abordar a teorização sobre a construção das ideias e práticas da política externa portuguesa no regime autoritário do Estado Novo português. Esta teoria está totalmente cooperada com os argumentos teóricos clássicos e impostos na Análise da Política Externa, de modo a poder fazer uma ligação com abordagens fenomenológicas importantes como «*images*», «*belief systems*», «*perceptions*», das quais através do construtivismo podia ser possível dar valor à importância da história, da identidade e da cultura política a nível da construção dos interesses e decisões da política externa. Esta definição é relevante para vários momentos importantes da História Mundial como foi o caso da Construção do Império Romano, a Construção do Império Russo e até da Formação de Portugal através da assinatura do Tratado de Zamora em 1143, da qual fez com que fosse proclamado o primeiro Rei de Portugal, do qual tinha como seu nome, D. Afonso Henriques mais conhecido como “O Conquistador”. Foi Conquistador porque conseguiu conquistar territórios que não estavam nas mãos do Condado Portucalense, cujo o Conde era seu pai, D. Henrique de Borgonha que foi um dos Cavaleiros dos Cruzados. Este Rei lutou contra os Árabes que ocupavam a Península Ibérica e da qual possuíam territórios importantes e valiosos como foi o caso da conquista de Lisboa em 1147 e de vários territórios no Alentejo. Portugal ficou com o território concluído em 1249 através da conquista definitiva do Algarve por parte de D. Afonso III “O Bolonhês”. A oficialização do território e das fronteiras definitivas entre Portugal e Castela foi feita através da assinatura do Tratado de Alcanises em 1297 no reinado de D. Dinis “O Lavrador” cujo cognome teve como significado a excelente obra ter sido feita por ele e que teve como designação “O Pinhal de Leiria”, mas ainda antes existiu um Tratado importante que permitiu mostrar quais eram os territórios pertencentes a esses dois países cujo seu nome foi de Tratado de Badajoz assinado em 1267. O exemplo explicado da Formação de Portugal foi um exemplo importante para a construção do Estado e da conquista do que pretendia ao longo do território e da sua história que teve excelentes momentos de glorificação e vitória como já chegamos a ver no estudo da Tese. Por outro lado, temos o exemplo do Estado Novo que substituiu a I República em 1933 através da entrada de Salazar para Presidente do Conselho de Ministros e que antes possuía a pasta de Ministro das Finanças. O Governante que implementou o Estado Novo tinha como

principais objetivos melhorar a economia, desenvolver o setor industrial, fortalecer a propriedade privada, enfatizar as vitórias dos Portugueses ao longo dos séculos como foi o caso das Províncias Ultramarinas da qual não forneceu a independência pedida pelas Colónias Africanas, não permitir mais instabilidade e rotativismo nas Presidências, nem permitir faltas de respeito ao regime e aos líderes pertencentes a eles, criar o culto ao chefe e ser total defensor da NATO e do seu capitalismo. Convém referir que quando Salazar chegou a esse cargo, a economia estava fraca e precisava de um sustento e de um desenvolvimento. Salazar quis dar essa força para o seu desenvolvimento. Marcelo Caetano quis criar uma lógica de fazer mudanças na Política do Estado Novo tanto a nível interno e externo já que o país estava isolado do Mundo, estava totalmente fechado, só possuía relações com os EUA, NATO, EFTA e com países que possuíssem o mesmo regime que Salazar como Espanha, Alemanha e Itália e estava a enfrentar uma Guerra Colonial em África em que a mesma não era do agrado da ONU. Caetano quis fazer mudanças importantes como a liberalização da Economia, a aproximação à CEE, criar um grau de abertura em Portugal e dar prossecução de independência às Províncias Ultramarinas. Essas promessas não ocorreram porque os membros da Ala Conservadora foram totalmente contra e fizeram com que Marcelo continuasse a adotar a política conservadora adotada por Salazar. Esta posição de Marcelo levou ao descontentamento da população portuguesa e conseqüente queda do Estado Novo do qual se estabeleceu a Revolução dos Cravos no dia 25 de abril de 1974.

Segundo Mendes, ao fazer um contraponto com as explicações racionalistas tradicionais, sublinha no seu artigo que “para além da lógica racional, é essencial assumir uma precedente lógica identitária para explicarmos as opções de política externa dos Estados. Esta lógica identitária é especialmente importante em processos de transição política que implicam reconstruções identitárias e ideológicas nacionalistas, como aconteceu com o Estado Novo” (MENDES, 2020d).

A transição do Estado Novo para a Democracia foi um exemplo significativo para a escrita desta definição, da qual podemos ver que ao longo de muitos anos de História num determinado país, tendo bons e maus momentos, é possível ver que há sempre “reconstruções identitárias” e mudança nas políticas e valores existentes ao longo dos tempos. Cada líder político, Presidente ou Monarca pode ter as suas ideias e implementar o quer fazer para o desenvolvimento do bem-estar político, económico, social e histórico do país, mas convém saber se algumas dessas ideias puderam ter sido inspiradas noutros líderes, já que a Política é feita de ideias e argumentos. Porém, também é feita de Ideologias e esta denominação tem como objetivo mostrar o que cada um defende, daí

poder-se ter feito uma analogia entre o Liberalismo e o Absolutismo presente no século XIX por parte de D. Pedro IV e D. Miguel, tal como as Políticas Livre-Cambistas e Protecionistas Existentes. Através deste tema, podemos ver que após o 25 de abril do qual podemos ver o aparecimento de Partidos com Ideologias diferentes como foram o caso do PS (Centro-Esquerda), PSD (Centro-Direita), CDS (Direita) e PCP (Extrema-Esquerda). Todos eles estavam a lutar pela maioria na Assembleia da República, mas só um ia conseguir, mas sempre pondo em prática as suas ideologias e apoios fornecidos. Por exemplo, neste caso podemos ver que o PS e o PCP são apoiantes do setor público e estatal, do qual podemos ver em vários casos a defesa do PCP a nível da nacionalização da Economia. Já o PSD e o CDS seguiam a linha da defesa da Propriedade Privada e do apoio a esse setor. Após esta data histórica, a Direita que apareceu em Portugal era vista como moderada e não dura e repressiva como foi durante o Estado Novo. Apesar do avanço a nível temporal, foi possível explicar através de factos as diferenças existentes. Tal como também foi possível ver na transição da Monarquia para a I República em que a saída de D. Manuel II (O Patriota), do qual teve que fazer o seu exílio embarcando para Inglaterra com a sua família após a Implantação da República no dia 5 de outubro de 1910. Os sinais de descontentamento já tinham ocorrido antes quando o Rei D. Carlos I (O Diplomata) foi assassinado juntamente com o seu Príncipe Herdeiro D. Luís Filipe a 1 de fevereiro de 1908. Este acontecimento permitiu mostrar a angústia e ansiedade pela chegada da I República que foi marcada por vários momentos de tensão como foi o caso do assassinato a tiro de Sidónio Pais e até da tentativa da Implementação da Monarquia em Portugal por Paiva Couceiro.

Através da explicação referida, podemos ver citações defendidas por Pedro Mendes (2020d) como: “Outra dimensão importante para compreendermos a lógica identitária da política externa dos Estados é a sua relação com a história e com a formação dos seus consequentes padrões históricos. Não podemos compreender as interpretações, imagens e perceções especiais da política externa portuguesa sem considerarmos a sua história imperial. Neste quadro, importa recordar que Portugal foi o primeiro império multicontinental da Era Moderna e construiu um importante padrão histórico global na sua política externa, o que lhe conferiu uma grande projeção internacional. Recorrendo a uma análise dos discursos, declarações e ensaios das elites portuguesas, este artigo apresenta uma contextualização das ideias e doutrinas da lógica identitária que justificou as opções da política externa do Estado Novo salazarista (MENDES, 2020d).”

Mendes também demonstra: “que as decisões da política externa de Portugal neste período se explicam, acima de tudo, pela construção social e intersubjetiva de um triângulo identitário que formatou as percepções e imagens dos seus líderes”.

A imagem ocidentalista teve uma grande importância para Portugal em relação à sua posição na Guerra Fria em que Portugal participou na fundação da NATO e na sua grande cultura política a esse nível da qual se caracterizava por anticomunista do Estado Novo pela forma dos decisores conterem o comunismo anticristão. Para além dos factos históricos existentes, Portugal sempre teve uma boa relação com o ocidentalismo já que Salazar faz um sublinhado sobre a importância da NATO na construção e desenvolvimento do ocidentalismo da política externa portuguesa, da qual a define como: “País ocidental e católico por excelência, Portugal deve acolhê-lo e ratificá-lo com sincero entusiasmo”.

Tal como no passado, no combate ao «infiel islâmico», também agora, no século XX, Portugal tinha a missão de combater o «infiel comunista». A generalidade das elites assumiu tal discurso e os decisores da política externa portuguesa adaptaram-no às suas conveniências e preferências políticas”.

A ONU mostrou o seu desagrado e descontentamento em relação à Guerra Colonial que estava a ocorrer em África, mas Portugal defendeu-se através do papel importante que podia ter na proteção do ocidente naquele continente, daí a imagem nacional ocidentalista ter sido um dos fatores ideacionais no argumento utilizado para a resistência que a política externa Portuguesa podia ter em relação ao diferendo existente entre Portugal e ONU em relação à descolonização. O especialismo também foi outro dos argumentos apresentados e defendidos pelo país. O nascimento da designação das Colónias Africanas de “Províncias Ultramarinas” ocorreu através da imposição do Ato Colonial que consistiu numa reformulação jurídica e da qual se integrou a Constituição da República Portuguesa de 1933. Salazar quis mostrar que as os territórios descobertos no XV pertenciam a Portugal e fazer com que fosse valorizado o que já tinha sido conquistado. (MENDES, 2020).

A pressão política internacional tinha que ser controlada, logo a relevância da reformulação jurídica da qual foi importante para o crescimento e desenvolvimento da Guerra Fria fez com que o nível competitivo da competição a nível dos dois blocos completamente opostos e antagónicos pudesse mostrar o seu apoio na defesa da descolonização. Maxwell e MacQueen afirmar que o “problema africano de Portugal” já é visto como um caso de dimensão internacional já que Portugal é um país histórico,

vencedor e que conseguiu ultrapassar vários mares e oceanos para chegar aos territórios desejados nos seus mais variados continentes. Luís Vaz de Camões escreveu um livro muito interessante sobre a valorização dos Descobrimentos Portugueses, do qual se intitulava como “Os Lusíadas”. Portugal sempre se mostrou como um país forte e equilibrado na defesa dos seus interesses, daí podermos ver as atitudes que Salazar teve na defesa do seu território, tal como pode ser visto e interpretado através desta citação escrita por Mendes (2020): “Historicamente, Portugal sempre desenvolveu argumentos de defesa dos seus interesses internacionais com fundamentações jurídicas. Portugal sempre tentou construir argumentações jurídicas que pudessem suportar os seus objetivos políticos e contrariar a política de imposição de poder de potências mais poderosas” (MENDES, 2020).

A oficialização da definição de “Províncias Ultramarinas” só foi concretizada através da revisão constitucional de 1951. Quando ocorreu essa mudança, o representante diplomático de Portugal na Assembleia Geral da ONU afirmou em relação a Goa que: “não existia colonialismo em Goa. Política e legalmente, Goa não era uma colónia, mas sim uma província ultramarina que fazia parte do Estado pluricontinental português” (MENDES, 2020).

Portugal tinha sempre grandes defensores do seu território a nível ultramarino. Salazar preparava muito bem os seus representantes para Portugal ser visto com bons olhos no mundo. Esse sempre foi um dos objetivos primordiais do Estado Novo, ou seja, a mensagem tinha de ser passada sempre de forma a enfatizar e dar valor a Portugal e nunca o contrário.

Como explica Mendes: “Essas dimensões estavam interligadas e resultaram na construção de uma metafísica identitária, imperial-essencialista, que formatava as perceções e imagens nacionais dos decisores da política externa portuguesa. A dimensão histórica do especialismo português traduzia-se na interiorização de uma interpretação nacionalista da forma universalista de Portugal estar no mundo, iniciada com o movimento marítimo das descobertas. Embora partisse das ideias relativas à colonização missionária tendencialmente benigna e assente na miscigenação, o especialismo histórico português fundamentava-se na singular disseminação global de Portugal e na conseqüente projeção extraeuropeia dos seus interesses.”

Uma das características no Nacionalismo e Patriotismo existente no país era defender tudo o que foi conquistado por Portugal durante os muitos anos da sua história. Salazar quis

sempre mostrar que Portugal era um país que tinha conseguido feitos incríveis e que jamais alguém lhe poderia tirar o que arduamente foi conquistado.

Adriano Moreira realça que, “Portugal foi o primeiro império ocidental e o precursor do processo de planetização das relações internacionais iniciado com a primeira viagem de circum-navegação liderada por Fernão Magalhães” (MENDES, 2020).

Fernão Magalhães foi grande defensor da ideia correta de que a Terra era redonda e nunca plana, tal como muita gente pensava, já que através dos Mapas pensava-se que o território era feito dessa forma. Foi muito importante para Portugal durante o séc. XVI do qual conseguiu chegar por via marítima ao território das Molucas, do qual esteve em disputa com Espanha. Mais tarde, puderam ser vistas o aparecimento da Teoria Geocêntrica que colocava a Terra no Centro do Universo defendido por Ptolomeu e a Teoria Heliocêntrica defendida por Nicolau Copérnico em que o seu pensamento estava focado na presença do Sol no centro do Universo e do qual acertou e fez com que Galileu Galilei que também era um dos defensores da Teoria Geocêntrica tivesse sido condenado. Estas duas analogias permitiram mostrar que houve mudanças ao longo do tempo e que cada ano que passou, tudo ficou mais desenvolvido. Em relação a Fernão Magalhães, foi possível ver o desenvolvimento cada vez maior dos Barcos de Circum-Navegação em que através da falha de Cristóvão Colombo na viagem à Índia em 1492, do qual se viu que foi um erro no planeamento estratégico a nível marítimo em que em vez de ter viajado por Oriente para conseguir atingir o destino final, fez a sua viagem por Ocidente da qual chegou às Ilhas Antilhas. Só mais tarde, no ano de 1498 é que Vasco da Gama conseguiu descobrir o caminho marítimo para a tão prestigiada Índia da qual era rica em especiarias, chá e perfumes. Tudo feito para Portugal ficar mais rico a esse nível. Salazar tinha uma especial adoração por essa parte da história, tal como tinha pelo catolicismo, pela valorização eclesiástica e pelas vitórias que Portugal teve antes dos Descobrimentos Portugueses.

Através desta análise, Pedro Mendes (2020) afirma que: “Essa imagem articulava um conjunto de ideias, especiais, relativas à missão histórica de Portugal. A dimensão antropológica traduzia-se, por comparação com os colonialismos hegemónicos tradicionais, numa diplomacia tradicionalmente mais comercial do que conquistadora, na boa capacidade de relacionamento intercultural com povos e culturas diferentes e, sobretudo, na especial capacidade de Portugal praticar a miscigenação. Em meados da década de 1950, com a entrada de Portugal na ONU e a pressão dos movimentos anticoloniais, Portugal encontrou no luso-tropicalismo a justificação científica ideal para os seus argumentos políticos. O Estado Novo passou a adotar um discurso oficial luso-

tropical como instrumento de propaganda e de legitimação da sua política externa imperial”.

Freyre também defende que “Portugal é um caso especial que conseguiu ter sucesso no desenvolvimento de uma «civilização luso-tropical» nos seus territórios ultramarinos. Claramente influenciado pelo contexto da época, nomeadamente sobre a necessidade de dar uma resposta ao terceiro-mundismo anticolonial saído de Bandung, Moreira desenvolveu uma tese, mais política que académica, sobre o papel especial do colonialismo português, que caracterizou como «colonialismo missionário».”

Através deste ponto foi possível verificar que segundo Mendes (2020), “Portugal tinha condições únicas para liderar um movimento de «reabilitação do colonialismo» que promovesse uma «ética anticolonial» com base nos princípios da «igualdade da humanidade» e na garantia da «solidariedade da Europa com África». A dimensão geopolítica do especialismo português produziu um discurso e uma doutrina geopolítica que contribuiu igualmente para legitimar as opções da política externa portuguesa” (MENDES, 2020).

A Guerra Fria estava a passar por tempo de ameaças entre os dois blocos antagónicos que defendiam ideologias e pontos de vista diferentes que eram o capitalismo pelos EUA e o comunismo pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) A posição de Portugal a nível ultramarino foi importante para a sua localização estratégica a nível do Atlântico e da sua cooperação por via oceânica. A sua presença na NATO e a valorização da Base das Lages nos Açores foi totalmente relevante para o estabelecimento de boas relações com os EUA a nível político, militar e aéreo, já que ao longo da Dissertação já analisámos várias situações de proximidade entre os dois países. Portugal interpretou a questão de forma a conter e proteger o seu país do avanço do comunismo a nível mundial. O Comunismo era visto pelo Estado Novo como um inimigo já que os membros defensores desse regime eram totalmente opostos ao regime de Salazar.

A relevância das importantes triangulações estratégicas fazia de Portugal, um Estado *pivô* do «oceano da civilização ocidental», com capacidades para desempenhar um papel central na defesa dos interesses da OTAN.

Portugal tinha dois fatores que faziam dele como um país desenvolvido para o relacionamento e cooperação a vários níveis como foi o caso da potencialidade de uma relação Europa-África na defesa do mundo ocidental, quer a nível da exploração dos recursos naturais no continente africano já que era um continente forte e desenvolvido a muitos níveis, mas também a nível militar já que África estava rodeada de muitos e chefes

de governação para se protegerem e defenderem dos líderes dos movimentos que queriam a proclamação da sua independência. Portugal que era definido como um Império forte a nível ultramarino, mostrou esse significado através da sombra geoestratégica que existia ao nível dos três oceanos, dos quais eram o Atlântico, o Índico e o Pacífico em que a sua extensão territorial era de 2.171.733 km² espalhados pelo continente Europeu, Africano, Asiático composto pela Índia Portuguesa e o Extremo Oriente e a Oceânia. Através deste ponto, é possível ver que Portugal podia ser forte a nível terrestre, marítimo, económico e comercial, já que sempre foi considerado forte a estes níveis pelas análises que foram sendo feitas ao longo da história.

A Política Externa esteve focada no ocidentalismo e especialismo que se definiram como importantes imagens nacionais durante esse período. Portugal não estava a ter o autoritarismo forte e repressivo que tinha, logo a Guerra Colonial em África estava para continuar, tal como o aparecimento de cada vez mais movimentos de libertação para conseguirem alcançar o seu objetivo.

Portugal não estava a conseguir impor o autoritarismo que tinha sofrido por parte dos Romanos através do “Mare Nostrum” em que os Lusitanos foram proibidos de navegar no Mar Mediterrâneo e os Romanos só deixavam os navegantes passarem por esse mar através da sua autorização. O Mar Mediterrâneo é uma zona de valor para a atual Itália, já que pela aquela zona se podiam fazer trocas comerciais para vários países. Naquela altura era visto como um Mar forte para se poderem colocar nos locais que mais desejavam. Salazar podia não estar a ter sucesso, mas a imagem que passava para o Mundo era que a sua política estava a ser feita da melhor maneira possível de modo a poder mostrar ao mundo que aquele território lhe pertencia. A localização estratégica e a forma de perceção a nível das zonas que lhe eram pertencentes foram os fatores para mostrar que Portugal podia ter um caminho cada vez melhor do que aquele já tinha alcançado até àquele momento a nível da sua multiculturalidade.

As elites conservadoras, integracionistas e autoritárias do Estado Novo possuíam um pensamento diferente do que poderia ter acontecido por outra via, como foi o caso da solução mítica luso-tropical ter funcionado num contexto democrático.

Como Mendes refere, “numa estratégia política reativa e muito portuguesa, o que aconteceu foi a construção rápida, e com falhas, de uma doutrina especial e aparentemente multirracial que não resistiu à realidade. O que fundamentalmente aconteceu foi uma *misperception* coletiva dos líderes e elites formuladoras da política externa portuguesa que, inebriadas por imagens nacionalistas e imperiais, acreditaram, mal, que a perceção

que tinham era verdadeira. Essa *misperception* coletiva, assumida e partilhada intersubjetivamente entre as elites portuguesas do Estado Novo, não foi limitada no tempo, mas antes construída socialmente durante décadas. Foi esse triângulo identitário que socialmente construiu e legitimou a doutrina de resistência imperial da política externa portuguesa. As percepções e imagens das elites do Estado Novo produziram um ambiente político e ideológico que condicionou as ideias e as práticas da política externa portuguesa. As imagens do triângulo identitário do Estado Novo condicionaram a interpretação das elites sobre os acontecimentos da política internacional e limitaram o normal processo de aprendizagem e adaptação racional das suas decisões. As opções dos líderes do Estado Novo comprovam que os decisores tendem a escolher a informação e a seleccionar os fatos que encaixam nas suas imagens e confirmam as suas ideias. Por outro lado, os líderes do Estado Novo necessitavam da opção imperial para justificar o próprio regime. Para além dos naturais interesses económicos e geopolíticos, são as ideias que constroem as identidades e imagens nacionais que formatam e delimitam as opções dos decisores da política externa. No caso do Estado Novo, o fim do império não fazia parte do quadro mental das elites portuguesas.”

Os decisores políticos do Estado Novo tiveram que fazer uma análise de modo a estudar os custos e os benefícios por parte da integração europeia e do movimento descolonizador. Através dos pensamentos deles, é possível interpretar que só utilizavam esse tipo de políticas caso Portugal saísse beneficiado da situação tanto a nível interno e externo. Outro objetivo delineado pelo governo era que os grupos económicos e as elites com interesses no Império, não tivessem nenhuma influência na decisão que podia ser tomada pelos governantes portugueses. A formulação das políticas e decisões de política externa é baseada na presença da lógica identitária e racionalista do Estado Novo em que também se caracterizam como lógica de ação.

A Política externa tem como principal objetivo fazer com que hajam entendimentos entre as propostas que tenham feito a nível interno com as existentes no plano externo, de modo a existir respeito, cooperação e perseverança no relacionamento entre as partes. Esta definição também pode ser vista através dos grandes acordos, cimeiras, tratados e reuniões que Portugal teve com o Estrangeiro e em que na maior delas, o sucesso foi visto como a palavra de ordem. Os países a nível mundial têm por hábito valorizar o que foi feito a nível positivo, ou seja só os momentos bons é que são valorizados pelos seus governantes, daí podermos ver que a Política Externa de um Estado se baseia apenas nas relações feitas de forma favorável. Quando se aborda um tema em que não se fala da fala de consenso entre as partes, não se pode falar de Política Externa, mas sim na tentativa

de fazer esse tipo de ação. Os investigadores costumam afirmar nos seus livros a glória implementada por este conceito, mas também é possível ver segundo o que já lido e refletido, que a Política Externa é vista de forma favorável no relacionamento entre as partes. Também convém referir que cada nação possui o seu pensamento e a sua forma de interpretar situações a nível político, mas uma das regras importantes, é o respeito pela diferença nas opções de cada um. Foi por esse motivo que foram criadas várias organizações internacionais a nível mundial como foi o caso da ONU e da União Europeia em que sublinhavam nas suas cartas a importância que foi referida anteriormente.

Tiago Moreira Sá definiu a Política Externa através de uma definição escrita no seu livro *A Política Externa Portuguesa* o seguinte “Para se compreender bem a política externa portuguesa é necessário ter-se a consciência de quais são os seus grandes eixos de inserção internacional, qual o seu peso relativo na definição global das orientações estratégicas e quais os contextos em que estas se desenvolvem historicamente.”

Por outro lado, também faz um sublinhado sobre a criação das estratégias de política externa em que “nem sempre obedeça ao pressuposto, ideal para muitos, segundo o qual deve ser a posição principal da sua ação, no caso português é sobretudo este o princípio que se tem regido as grandes opções do seu percurso externo ao longo dos tempos. Assim fatores como a sua localização geográfica, os recursos que este lhe proporciona (ou a falta deles), a distribuição do poder global ou regional (e a interação entre as duas), mas também a identidade cultural que se foi criando ao longo de séculos, e que nos contextos europeu ou ocidental e da lusofonia dá novos contornos aos anteriores no desenvolvimento das suas relações para lá da sua esfera de proximidade mais imediata, têm resultado na consolidação das grandes constantes da política externa portuguesa, sem que as contingências da política doméstica, incluindo as mudanças de regime, tenham, salvo raras exceções, intervindo decisivamente enquanto elementos de rutura”.

Esta definição levou ao pensamento que muitos acordos que Portugal teve ao longo dos séculos foram a nível regional como foram o caso do Eixo-Atlântico, Espanha, Inglaterra e o relacionamento com as Províncias Ultramarinas do qual se puderam ver vários encontros e cimeiras durante a História. As Trocas Comerciais de Portugal com os países que foram afirmados permitiram mostrar que tiveram como principal índole já que a nível geográfico não ficavam muito longe de Portugal. A proximidade com os EUA deveu-se ao realce e importância da Base das Lajes para o seu país. A nível global, a diferença existente foi quando Portugal partiu para o mar em busca do Descobrimientos de territórios em África, na Ásia, Oceânia e América de modo a se basear como a grande glória da

expansão marítima portuguesa. Este conceito difere do regional num ponto de ficarem muito longe do seu território e do país não ter soberania sobre eles a nível político, económico e militar. No conceito analisado anteriormente, foi possível ver que a parte regional a nível da análise das Províncias Ultramarinas não se devia só ao número de quilómetros, de mares e terras que separavam ambos, mas sim o poder que Portugal exercia sobre eles. Todos os problemas existentes nesses países, Portugal tinha de impor a sua prática protetora e de segurança. A Guerra Colonial existente acabou por ser definida como um conceito regional por causa do fator argumentado anteriormente. Outro exemplo que podemos dar foi da independência dos EUA em relação a Inglaterra feita em 1776, da qual o conflito teve índole regional e não global. O Ultimato Inglês a Portugal durante a criação e imposição do mapa Cor-de-Rosa baseou-se neste conceito porque o diferendo existente foi entre dois países da Europa, tal como podemos falar do caso das Invasões Francesas (1807-1812), da Batalha de Aljubarrota (1383-1385) e da Restauração da Independência em 1640. Já a I Guerra Mundial (1914-1918) foi dividida entre Tríplice Entente composta pelos Aliados dos quais eram a França, Reino Unido, EUA, Rússia, Itália, Sérvia, Roménia, Bélgica, Japão, Grécia e Portugal e a Tríplice Aliança da qual os seus membros eram a Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano e Bulgária. O seu desfecho teve como resultado a vitória dos Aliados, o fim dos impérios Alemão, Russo, Otomano e Austro-Húngaro, a criação de novos países na Europa e no Oriente Médio, a transferência das colónias alemãs e das regiões do antigo Império Otomano para outras potências e criação da Sociedade das Nações. O local do seu conflito ocorreu no Oceano Pacífico, Atlântico, Índico, Europa, Ásia, África, Médio Oriente e América do Norte e do Sul, logo podemos ver que este conflito foi de cariz mundial. Já a II Guerra Mundial (1939-1945) teve como principais divisões a nível dos Aliados e do Eixo. Os Aliados eram compostos Reino Unido, URSS, EUA e China e o Eixo com a presença da Alemanha, Japão e Itália. O resultado final foi a vitória dos Aliados da qual se impuseram medidas importantes como a Dissolução do Terceiro Reich, do Império do Japão e do Império Italiano, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), o estabelecimento dos Estados Unidos e da União Soviética como superpotências e o início da Guerra Fria. As zonas dos conflitos foram na Europa, Pacífico, Atlântico, Sudeste Asiático, China, Oriente Médio, Mediterrâneo, Norte da África e brevemente na América do Norte e do Sul. Por fim, a Guerra Fria que colocou em prática a presença de dois blocos antagónicos e que possuíam ideologias distintas que foram o caso dos EUA defensora da NATO e do capitalismo e a URSS apoiante do Pacto de Varsóvia e do Comunismo. A Guerra tinha a designação de Fria porque foi de constantes pressões e ameaças. Os países que se reviam

nestas ideologias estavam presentes num desses blocos. A nível regional também convém falar da Guerra do Yon-Kippur em 1973, do qual tem a designação de Guerra Israelo-Árabe e a Guerra da Coreia (1950-1953) que fez com que existisse uma divisão entre a Coreia do Norte, pertencente ao Bloco Comunista e da República Democrática da Coreia, defensora do Capitalismo.

Franco Nogueira tem razão quando afirma que: “a política externa é uma política de identidade e ao salientar que os interesses e as preferências da política externa refletem a identidade política dos Estados. Continua a ter razão, quando sublinha que o sucesso da política externa de um Estado passa por conseguir que os estrangeiros a aceitem como sua.”

Esta afirmação proferida por Franco Nogueira tem características comparáveis com que o foi defendido por Tiago Moreira de Sá em relação a esta definição, da qual pode ser visto que a História e a Política são fatores relevantes para a realização de uma determinada ação em relação a este nível. Por exemplo, o interesse estratégico dos EUA pela Base das Lajes nos Açores pode ser colocado em prática neste tema., ou seja, o relacionamento feito entre estes dois países teve como por base um interesse. Os EUA aceitaram perfeitamente este acordo porque Portugal também pertencia à NATO e possuía tanto como o país Norte-Americano a ideologia do Capitalismo.

Como afirma Mendes (2020 d), “A política externa dos Estados não é estática, unitária e natural. Embora obedeça a interesses nacionais abstratos relativamente contínuos, a política externa é dinâmica, plural e histórica. Os interesses e preferências que definem a política externa dos Estados são construções sociais, dinâmicas e contingentes, que resultam de contextos políticos e ideacionais particulares e característicos de determinado período histórico.”

Um exemplo histórico que podemos colocar neste ponto foi a Restauração da Independência a 1 de dezembro de 1640 por Portugal em relação a Castela, do qual o país foi governado por Reis Espanhóis durante 60 anos, ou seja teve como denominação “A Dinastia Filipina”. O ano de 1580 foi ano da morte do Tio-Avô de D. Sebastião “O Desejado”, que tinha como nome D. Henrique, “O Casto”. Após esse acontecimento, surgiram três candidatos ao trono que era D. António “Prior do Crato”, D. Catarina “Duquesa de Bragança” e D. Filipe II de Espanha. Os momentos e os debates ocorridos levaram à escolha de D. Filipe II, que em Portugal era D. Filipe I “O Prudente”. Convém referir que 1580 também foi o ano da morte de Luís Vaz de Camões no dia 10 de junho “Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas” que escreveu os Lusíadas

e ainda teve oportunidade de fazer uma “Dedicatória” ao rei D. Sebastião, morto na Batalha de Alcácer-Quibir em 1578, no Norte de África. D. Filipe I foi nomeado rei de Portugal e o seu cognome deveu-se à grande honestidade e respeito que teve por Portugal ao não querer misturar os assuntos dos dois países, ou seja cada país tinha a sua política e a sua forma de estar no mundo. Já D. Filipe II “O Pio” e D. Filipe III “O Grande” não fizeram o que o primeiro da Dinastia Filipina fez, ou seja cumprir com aquilo que tinha sido feito. A contestação foi forte ao último rei da Dinastia, da qual D. João IV “O Vitorioso” conseguiu restaurar a Independência após 60 anos de domínio espanhol no dia 1 de dezembro de 1640 e iniciar a Quarta Dinastia cujo seu nome era de “Bragança”, já que o primeiro rei desta mesma Dinastia era Duque nessa cidade. Após a congratulação da vitória de Portugal, foi possível verificar a existência de um Tratado de Paz entre Portugal e Espanha em 1668 sob reinado de D. Pedro II “O Pacífico” em que o objetivo foi colocar a paz existente entre os dois países. Para não se repetirem os exemplos que já foram dados, foi possível ser colocado em prática este porque podia-se ver que a existência de tréguas entre os dois países era satisfatória para o bem-estar Ibérico, apesar de ainda existirem algumas divergências em relação a Olivença, da qual não foi retribuída pelos Espanhóis a Portugal segundo o que tinha sido proclamado no Congresso de Viena realizado em 1815. Em 1817, Espanha estava obrigada a fazer essa devolução territorial a Portugal, mas não fez. Convém referir que o Tratado de Badajoz realizado em 1267 colocava Olivença nas mãos dos Portugueses e no Tratado de Alcanizes de 1297, colocava-se em prática a definição das Fronteiras terrestres entre os dois países. Ao longo da História existiram tratados importantes para a delimitação dos Territórios como foi o Tratado de Alcáçovas (1479) e o Tratado de Tordesilhas (1494), da qual no ano de 1494 se verificou uma troca de territórios entre Portugal e Espanha, dos quais foram o Brasil que ficou nas mãos de Portugal e as Filipinas nas mãos de Espanha. O Tratado de Tordesilhas permitiu essa mudança, já que inicialmente se verificava o contrário. Foram mudanças em que os dois países estiveram de acordo e verificou-se o bilateralismo existente entre os dois. Estes são exemplos de tratados em que ambos os países estiveram de acordo e puderam ser avançados para as suas assinaturas. O consenso e entendimento são fatores fundamentais para o sucesso entre ambas as partes.

Como refere Mendes (2020, d), “O problema decisivo é o de saber se os interesses e opções da política externa dos Estados se definem com base em modelos racionalistas, ou se as decisões sobre os interesses nacionais são sempre intersubjetivas e refletem a identidade e a cultura política e institucional em que estão embebidos. Nesse quadro, importa problematizar a visão das elites que formularam e contaram histórias sobre a

política externa do Estado Novo. Ou seja, é claro que a política externa do Estado Novo foi definida pelos interesses e percepções das elites sobre o que achavam ser «uma visão uma ideia, um conceito do seu país». Esse problema clássico sobre quem decide e por que as opções da política externa é particularmente complexo quando se trata de analisar a política externa de regimes autoritários” (MENDES, 2020d).

Este conceito pode ser baseado na Política que Marcelo Caetano queria implementar no seu país através da “Primavera Marcelista”, da qual defendia uma Liberalização da Economia, uma aproximação à CEE e a prossecução da independência das Províncias Ultramarinas de forma a tentar terminar com a Guerra Colonial iniciada em 1961, mas apesar desta força e determinação implementada após a sua tomada de posse em 1969, as medidas não tiveram sucesso. O insucesso deveu-se a membros da Ala Conservadora não serem favoráveis às propostas implementadas por Caetano e serem totalmente defensores do Salazarismo e do Conservadorismo do antecessor. O Protecionismo do Estado Novo, o Isolacionismo em relação ao mundo durante os anos 60, Portugal ser do “Minho até Timor”, o Ato Colonial implementado em 1953 em relação às Colónias que mudaram a sua designação para “Províncias Ultramarinas” foram os fatores defendidos pelos membros da Ala Conservadora. A pressão que Caetano sofreu a esse nível fez com que seguisse tudo o que era defendido pela Ala Conservadora, daí não terem existido mudanças relativas às que foram impostas pelo seu antecessor e isso fez com que Caetano sofresse muita contestação por parte dos membros da Ala Liberal e dos Radicais de Esquerda. Os ultras-conservadores queriam que Portugal continuasse a possuir a imagem que tinha deixado durante Governação de Salazar como Presidente do Conselho de Ministros em que a sua política era fechada, autoritária e focada no território português. A defesa da continuidade de Caetano como Presidente do Conselho de Ministros por parte de Américo Tomás, Presidente da República após o pedido de demissão do governante que tomou posse em 1969, foi um exemplo que este Almirante queria a continuidade do Estado Novo e nunca da Democracia quando a esquerda estava a começar a crescer em Portugal (MENDES, 2020c).

Por isso, como afirma Mendes (2020, d), “nesses Estados, «todos os nacionais» têm os seus direitos de participação e influência política limitados, mas, por outro lado, existem fortes convicções nacionalistas dos decisores sobre quais são os seus interesses nacionais.” Como o caso do Estado Novo revela, nos regimes autoritários nacionalistas a influência da lógica identitária e da consequente construção ideológica das imagens nacionais é decisiva para compreendermos as decisões de política externa, que muitas vezes escapam às análises racionalistas. Não é possível compreender política externa do

Estado Novo sem fazer apelo à lógica identitária da ação dos Estados. É a construção ideacional e intersubjetiva da identidade do Estado Novo, designadamente o triângulo identitário do essencialismo, do ocidentalismo e do especialismo, que justifica as razões e os motivos das ideias, práticas e perceções da política externa portuguesa no período analisado (MENDES, 2020d).

Como refere Mendes (2020), “A imagem essencialista significava que as elites do Estado Novo assumiam o império como a essência, missão e finalidade histórica de Portugal no mundo.”

Esta imagem era importante para o Estado Novo Português, do qual podemos frisar os governantes da Presidência do Conselho de Ministros tanto de Salazar como de Caetano ao nível de Portugal ser visto a nível mundial como “Do Minho até Timor” e de possuir “Províncias Ultramarinas”, da qual Salazar teve sempre como objetivo valorizar as conquistas de Portugal a nível mundial e mostrar a importância que os Descobridores Portugueses tiveram para o seu país. Os Ditadores do Estado Novo tinham orgulho no seu passado, daí defenderem de forma totalmente forte o Patriotismo existente (MENDES, 2020).

As ideias, a cultura política, as imagens nacionais e as perceções dos decisores do regime autoritário tiveram relações de cooperação e aproximação com os interesses e opções impostas pelo Estado Novo, dos quais foi possível criar e desenvolver a construção ideacional e intersubjetiva das imagens que foram abordadas e analisadas pela Política Externa do Estado Novo.

Segundo Mendes (2020), é possível verificar o seguinte, ou seja, “numa postura nacionalista, a política externa do Estado Novo assumiu um especialismo português que glorificava o papel histórico de Portugal. Com a sua ambição de restaurar o prestígio nacional e reconstruir uma nova ordem interna, a cultura política do Estado Novo usou a história para construir uma imagem nacional sobre um papel especial que seja importante e não decadente de Portugal no mundo.”

Portugal é visto como um país forte e resistente durante esse período de tempo, de modo que foi possível fazer uma comparação com regimes fascistas, autoritários e totalitários a nível mundial. O caso do Império Alemão de Hitler é um exemplo que foi derrotado na II Guerra Mundial e fez com que a Alemanha devolvesse territórios importantes a França como a Alsácia e a Lorena. A não participação de Portugal na II Guerra Mundial fez com que o país ficasse mais forte e desenvolvido a nível do seu autoritarismo por parte de Salazar. As derrotas de Hitler e Mussolini mostraram que esta guerra podia ter

consequências para Portugal. O Império Nazi de Hitler após o seu fim, fez com que a Alemanha estivesse dividida em duas Repúblicas através do aparecimento da Guerra Fria que opunha o Capitalismo pertencente aos EUA e o Comunismo da URSS. A divisão da Alemanha permitiu a designação de RFA (República Federal Alemã) que pertencia à Europa Ocidental e ao Bloco Capitalista Americano que era a NATO e a RDA (República Democrática Alemã) do qual pertencia à Europa Oriental e ao Bloco Comunista da URSS. Em Itália, o ano de 1939 ditou o fim do Império de Mussolini.

Segundo Mendes (2020), foi possível verificar que “o Estado Novo foi vítima da sua excessiva historicização. É natural e importante que os Estados utilizem a história, os seus heróis, mitos e períodos áureos, para solidificarem a identidade do Estado e legitimarem as imagens da sua política externa. Todavia, existe um equilíbrio virtuoso entre o peso da história e a capacidade de adaptação face às mudanças e desafios constantes da política internacional. No caso do Estado Novo português, sobretudo a partir da década de 1960, foi evidente a sua incapacidade de adaptação pós-imperial e a consequente fossilização das ideias e imagens nacionais da sua política externa” (MENDES, 2020).

Através desta afirmação, foi possível interpretar que a História é importante, mas ela também deve ter que ser bem enquadrada com os momentos que se vivem a nível da sua Política Externa. O exemplo que podemos dar em relação ao Estado Novo é que Portugal ao decidir continuar a liderar as “Províncias Ultramarinas” e a insistir no foco da continuação com a Guerra Colonial durante os anos 60, a sua posição a nível internacional não estava a ser a melhor já que a ONU fez muita pressão sobre Portugal para o país poder terminar com essa mesma guerra. Salazar e mais tarde Caetano tiveram como principal objetivo valorizar o que já tinha sido conquistado e mostrar que Portugal tinha um grande Império. Por fim, foi possível analisar que a boa imagem não pode ser passada para dentro do país, mas também para fora (MENDES, 2020).

CAPÍTULO II – A GOVERNAÇÃO MARCELISTA E AS MUDANÇAS EM RELAÇÃO À POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA IMPLEMENTADA PELO SALAZARISMO

1. Percurso biográfico de Marcelo Caetano

Marcelo Caetano nasceu em Lisboa no 17 de agosto de 1906, ou seja, ainda durante o período da monarquia constitucional portuguesa. Viveu uma infância humilde passada numa pequena povoação rural, já que os pais eram naturais da Serra da Lousã. Apesar deste contexto socioeconómico, destaca-se o esforço familiar em que os filhos tivessem acesso à instrução.

O pai de Marcelo Caetano, José Alves Caetano ficou órfão aos onze anos e no ano seguinte, apenas com doze anos, emigra para Lisboa para tentar a sorte e fugir à vida difícil da serra. A sua vida laboral foi iniciada como marçano e depois ingressa para a vida militar, chegando a primeiro-sargento (CASTILHO, 2012; LEITÃO, 2014; MARTINHO, 2016).

As três características que marcaram o percurso de vida de José Alves Caetano e que puderam ter influência na formação e trajeto de Marcelo Caetano, aquilo a que Bourdieu chama o *habitus* primário foram as seguintes:

- A primeira é a total noção de que a instrução e o esforço nos estudos são muito importantes.
- A segunda é a capacidade de ambição social e a procura de uma progressão organizada e exemplar na carreira de serviço público.
- A terceira é a sua aptidão para se afirmar como líder local, associativo e espiritual. (BOURDIEU & POSSERON, 1992, p. 55).

A personalidade de Marcelo Caetano foi, assim, bastante influenciada pelo pai, do ponto de vista ideológico, nomeadamente pelas suas raízes conservadoras católicas e a sua consequente aversão ao anticlericalismo republicano. Estas ideias constituíram a base do seu pensamento monárquico, antiliberal e antirrepublicano em que puderam influenciar o seu pensamento.

Outros momentos que marcaram a infância de Marcelo Caetano foram a aposta na educação e a crítica à subversão da ordem tradicional monárquica imposta pelo regime republicano democrático. Deus, a monarquia e a ordem serão as ideias que formam o

caráter inicial. Os fervores monárquicos e integralistas da juventude tinham sido substituídos pelo corporativismo do Estado Novo na idade adulta (PRIETO, 1992).

Marcelo terminou a escola primária na escola n. 68, na Penha de França a 15 de agosto de 1916 ao obter a classificação de aprovado com distinção. É nessa época que conhece Pereira dos Reis que era licenciado pela Faculdade de Teologia de Coimbra (Caetano, 1977, p. 14). Torna-se pároco da freguesia dos Anjos em 1917 e desenvolve uma forte relação com a família Caetano que em 1914 se mudara para a freguesia dos Anjos onde passou a residir junto à Igreja. Com dez anos, entra no Liceu Camões em Lisboa que era considerado como um Liceu de Elite e depara-se num novo mundo social. Neste Liceu irá encontrar colegas que, ao contrário da sua humilde condição social, pertenciam na sua maioria a classes médias e altas da sociedade Lisboaeta, nomeadamente com Henrique de Barros, tendo acesso a um círculo social e político elitista, urbano e intelectual (CAETANO, 1977, p. 14).

Quanto às aspirações universitárias, Marcelo Caetano precisou de optar entre Letras e Ciências. Depois de ter desistido da ideia inicial de ser padre, Marcelo queria seguir a área da Medicina. O seu destaque na Literatura e no Português fez com que a família decidisse que Marcelo Caetano pudesse tirar o curso de Direito ao permitir que ele fosse advogado e tivesse um melhor salário.

Marcelo ingressa com sucesso na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1922 com 16 anos. Esta Universidade era elitista, intelectual e muito diferente da parte mais modesta a que estava habituado. Foi uma boa oportunidade para provar o seu espírito de trabalho e as suas capacidades intelectuais, daí ter-se destacado como um aluno exemplar. Marcelo começa a dar explicações, escrever em jornais e integrar-se nos círculos associativos académicos conservadores, nomeadamente os católicos, monárquicos e integralistas. O convívio com Pedro Teotónio Pereira na Universidade fará com que Marcelo passasse a ser militante de movimentos políticos conservadores radicais. Isto foi decisivo para que Marcelo se tornasse um dos jovens líderes de movimentos ideológicos conservadores que apoiavam o catolicismo conservador e o Integralismo Lusitano.

Convém referir que Marcelo Caetano também esteve presente no jornalismo¹ em que foi um rendimento extra e um reconhecimento perante os meios católicos e monárquicos que

¹ Marcelo Caetano tinha uma forte ligação à Imprensa e ao jornalismo. Através deste grande interesse por estas duas áreas, conseguiu exercer cargos de relevada importância como foi o de Secretário da Nação Portuguesa e fundador da revista *Ordem Nova* que não teve só grande popularidade em Lisboa, mas também no Porto e em Coimbra (CABRERA, 2019). Em 1931 exerceu uma pasta no *Jornal do Comércio* e das

conspiravam contra a República. Também trabalhou no jornal católico “*A Época*” onde fez a sua estreia a nível jornalístico. Em 1925 começa a exercer uma certa colaboração na revista *Nação Portuguesa* do qual será secretário de redação entre 1928 e 1932. Será nesta altura que irá publicar o seu primeiro trabalho cuja denominação é: *Um grande jurista Português: Frei Serafim Freitas*. Em março de 1926, com apenas 20 anos, torna-se cofundador e diretor da revista *Ordem Nova* cujas características são ser “anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-burguesa e anti-bolchevista”, além de “contrarrevolucionária, reacionária, católica, apostólica e romana, monárquica, intolerante e intransigente” (*Ordem Nova*, 1926).

Depois de exercer a função de conservador do Registo Civil, concorreu a professor extraordinário da Faculdade de Direito de Lisboa em 1933 e atingiu a cátedra em Ciências Jurídico-Políticas em 1939. Paralelamente, foi chefe de contencioso da Companhia de Seguros *Fidelidade* e auditor jurídico no Ministério das Finanças, sendo ministro António de Oliveira Salazar (MENDES, 2021).

Como académico, Caetano foi o fundador do moderno Direito Administrativo português, cuja disciplina sistematizou e ordenou, influenciando sucessivas gerações de juristas, no modo de pensar uma Administração Pública limitada pelos direitos dos particulares e sujeita a controlo jurisdicional, embora limitado por considerações políticas. Formou uma “Escola” de onde saíam professores como Armando de Almeida Marques Guedes, André Gonçalves Pereira, Jorge Miranda, Diogo Freitas do Amaral, Fausto de Quadros, José Manuel Sérvulo Correia ou Marcelo Rebelo de Sousa.

Em 1937 publica a primeira edição do seu *Manual de Direito Administrativo* que na sua vida, veio a conhecer dez edições em que a última até é de 1973 da qual foram todas melhoradas. Este manual é ainda hoje considerado uma obra de referência no estudo do Direito Administrativo, tendo aliás influenciado outros manuais, como o Curso de Direito Administrativo de Freitas do Amaral. Foi também professor de Ciência Política e Direito Constitucional e também aqui deixou a mesma influência nos vindouros em que se estudaram pela primeira vez de um ponto de vista jurídico e sistemático, os problemas dos fins e funções do Estado, da legitimidade dos governantes e dos sistemas de governo. Finalmente foi ainda um notável historiador do Direito português, designadamente, no período da Idade Média portuguesa. Exerceu o cargo de administrador do Banco Nacional Ultramarino, após sair do governo, em 1948. Publicou artigos sobre os mais variados

Colónias e fez com que o jornal utilizasse ideias, argumentos e valores que estivessem de acordo com a atualidade que se vivia naquela altura.

assuntos em jornais diversos que também se encontram na colaboração da sua autoria na *Revista Municipal* (1939-1973) publicada pela Câmara Municipal de Lisboa.

A sua Carreira Política teve início com a ligação aos círculos políticos monárquicos católicos do Integralismo Lusitano em que ainda como jovem chegou a participar na Fundação da Ordem Nova que ocorreu entre os anos de 1926 e 1927 e que foi um movimento que se auto-classificava de anti-moderno, antiliberal e antidemocrático, cuja revista Marcelo Caetano dirigiu. Depois apoiou a Ditadura Militar de 1926 a 1928, rompendo definitivamente com a defesa da via monárquica e do Integralismo Lusitano em 1929.

Foi apoiante do regime autoritário de Salazar e teve o privilégio de participar na redação do Estatuto do Trabalho Nacional e da Constituição de 1933. Na qualidade de Presidente da Direção do Grémio dos Seguradores, integra ainda em 1933 pela primeira vez a Câmara Corporativa, na I Legislatura, tendo sido nomeado pelo Conselho Corporativo nas restantes 3 legislaturas (III, V, VI) em que pertenceu a este órgão. Em 1934 apresentou o projeto de Código Administrativo e, em 1939, presidiu à revisão do mesmo. No dia 28 de maio de 1937 (11.º aniversário da Revolução de 28 de Maio de 1926), o presidente da república Óscar Carmona atribuiu-lhe a Grã-Cruz da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Marcelo Caetano tornar-se-ia assim um dos mais prestigiados dirigentes do Estado Novo e das suas instituições. Foi comissário nacional da Mocidade Portuguesa entre 1940 e 1944, ano em que a 31 de outubro recebeu a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública, foi ministro das Colónias entre 1944 e 1947), tendo recebido a 16 de Dezembro de 1953 a Grã-Cruz da Ordem do Império, foi presidente da Câmara Corporativa e ministro da Presidência do Conselho de Ministros entre 1955 e 1958). Nesta última data, porém, na sequência de uma crise política interna do regime, viu-se afastado por Salazar da posição de número dois do regime, interrompendo o seu percurso político em que depois pôde aceitar e assumir funções no partido único União Nacional, como presidente da Comissão Executiva. Regressado à vida académica, foi designado reitor da Universidade de Lisboa em 1959, demitindo-se em 1962, no seguimento da Crise Académica desse ano e em protesto contra a ação repressiva da polícia de choque, contra os estudantes. A 1 de Julho de 1966, Américo Thomaz agraciou-o com a Grã-Cruz da Antiga, Nobilíssima e Esclarecida Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, do Mérito Científico, Literário e Artístico (MENDES, 2021).

Foi o último Presidente do Conselho do Estado Novo em que foi deposto pela Revolução de 25 de Abril de 1974. Ficou conhecido por ser dos raros membros do Governo de Salazar a favor duma maior liberdade de expressão e pela introdução de ligeiras mudanças no regime, sendo a ala marcelista conotada com a tentativa de reformar o regime por dentro. De resto, apontam os historiadores, que seria intenção do Presidente da República Francisco Craveiro Lopes, afastado por Salazar, dar o cargo de Presidente do Conselho a Marcelo se pudesse concretizar a sua reeleição em 1958. Contudo, quando assumiu o poder no ano de 1968, Marcelo Caetano, apesar de promover alguma liberalização e novas políticas sociais, o que passaria à história como a Primavera Marcelista e até das sucessivas propostas de democratização da Ala Liberal, não implementou a democracia nem logrou uma solução para o grave problema colonial.

Tendo pedido a sua exclusão do Conselho de Estado, de que era membro vitalício, não explicou nas suas memórias por que razão, em 1968, na altura do afastamento de Salazar, voltou a esse mesmo Conselho e acabou por ser nomeado presidente do Conselho de Ministros.

A saúde débil e problemática de Salazar fez com que o Presidente da República, Américo Tomás tivesse o poder de convidar Marcelo Caetano para o substituir como Presidente do Conselho de Ministros no dia 27 de setembro de 1968 (MACEDO, p. 395). Marcelo chegou ao cargo com um país totalmente diferente em que a economia estava em crescimento pelas políticas económicas e sociais impostas por Salazar, tal como pela ajuda monetária e financeira que o Plano Marshall tinha dado a Portugal (CRUZ, 2012) A participação de Portugal na EFTA fez com que o país pudesse internacionalizar e desenvolver a sua economia através do crescimento que estava a produzir (CASTILHO, 2012).

A nível do ensino, Portugal conseguiu aumentar o número de estudantes no liceu e nas Universidades desde 1928 já que nessa altura, o analfabetismo no país era muito grande (CAETANO, 1977). Estes assuntos levaram a que classe burguesa pudesse acreditar em Marcelo Caetano como novo Presidente do Conselho de Ministros e fizesse com que o Governante trouxesse ideias fortes e bem delineadas para o futuro de Portugal como foi o caso da abertura política por parte do Estado Novo, a existência de eleições livres e da liberalização da economia (CASTILHO,2012).

Marcelo conseguiu retirar da classe Burguesa fundamentos para a imposição da sua Política em que esses mesmos foram a renomeação e modificação da designação de PIDE (Polícia Internacional e Defesa do Estado) como DGS (Direção Geral de Segurança) e ter

permitido a oposição de concorrer às eleições legislativas de 1969 onde a vitória foi certa para Ação Nacional Popular (ANP) e que anteriormente era designada de União Nacional (UN) (CRUZ, 2012). O não sucesso da Oposição nas Eleições Legislativas e o sua não presença de lugares na Assembleia Nacional foi benéfico para Caetano (CASTILHO,2012).

O aparecimento de Marcelo no programa da RTP com a designação de Conversa em Família foi importante para explicar aos portugueses as políticas que tinha para o futuro do país. Convém referir que Marcelo foi condecorado a 20 de outubro de 1971 com a Grã-Cruz da Antiga e Muito Nobre Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (TORGAL, 2013). A oferta e o reconhecimento deste prémio tiveram como principais motivos a criação de pensões para os trabalhadores rurais que nunca tinham possibilidades de descontarem para a segurança social e o investimento de infraestruturas para Portugal e para as suas Províncias Ultramarinas como foi o caso da refinaria petrolífera de Sines e da Barragem Cahora Bassa. A economia e a população ficaram muitos satisfeitos com estes investimentos e o povo português decidiu apelidar este momento de sucesso como “Primavera Marcelista” (CASTILHO, 2012).

Por outro lado, também existiram motivos e razões que levaram ao descontentamento dos Portugueses como foi o exemplo da ala mais conservadora do regime sob a liderança do Presidente Américo Tomás que recusava a Caetano fazer maiores aberturas políticas e o Presidente do Conselho de Ministros não conseguia colocar as reformas políticas em Portugal (TORGAL, 2013). Também levou à infelicidade da população a crise petrolífera de 1973 que teve fortes consequências para Portugal e a continuação da Guerra Colonial que estava a criar debilidades a Portugal em relação ao nível financeiro (VALENTE, 2002). Estes motivos levaram a um descontentamento por parte da População e fez com que o Estado Novo terminasse a 25 de abril de 1974 ao qual levou à instauração da Democracia em Portugal (CASTILHO,2012).

2. A Primavera Marcelista e a pós-governança de António de Oliveira Salazar

O objetivo deste subcapítulo pretende abordar a Modernização ou Primavera Marcelista que existiu em Portugal entre 1968-1974 após o período em que António de Oliveira Salazar esteve como Presidente do Conselho de Ministros, ou seja entre 1933 e 1968 que foi a data da sua morte. Marcelo Caetano fez mudanças importantes como foi o caso da Censura para o Exame Prévio, da União Nacional para a Ação Nacional Popular, da PIDE (Polícia Internacional e Defesa do Estado) para a Direção Geral de Segurança (DGS) e a

eliminação de algumas restrições à atividade sindical (ALVES, 2014). Estas mudanças a nível de nomes foram importantes para mostrar à população portuguesa que podia haver mudanças e que o regime não ia ser tão repressivo e duro como foi com Salazar (ALVES, 2014). Marcelo Caetano quis tentar fazer uma política diferente a nível da Ditadura que estava instaurada em Portugal e que era conhecida como “Estado Novo” que substituiu a Primeira República que ficou marcada pelo total rotativismo e instabilidade nas várias Presidências em Portugal. Os grandes exemplos para esta instabilidade foram a morte de Sidónio Pais a tiro em 1917 e a tentativa da instauração da Monarquia em Portugal por Paiva Couceiro. O Golpe Militar a 28 de maio de 1926 comandado por Marechal Gomes da Costa foi um grande marco para a mudança que iria existir em Portugal. A instauração do Estado Novo em 1933 por parte do Dr. António de Oliveira Salazar tinha como objetivo impor uma Ditadura repressiva e que fosse baseada no autoritarismo para evitar que pudesse voltar a existir instabilidade (MENDES, 2020). Salazar foi Ministro das Finanças de Portugal antes de chegar a Presidente do Conselho de Ministros em 1933 e tinha como objetivo fortalecer a Economia do país já que para Salazar era uma das debilidades que havia naquela altura. A PIDE, a Censura, a Mocidade Portuguesa, a inexistência de eleições em Portugal, o partido único que era a União Nacional, o culto ao chefe e a Guerra Colonial e o corporativismo foram um dos marcos importantes da Ditadura de Salazar (MENDES, 2020). Salazar tinha como objetivo instaurar um Fascismo baseado em Mussolini que começou a crescer em Itália a partir de 1922 e a Ditadura de Franco que começou em 1939 após uma Guerra Civil entre Monárquicos que eram defensores do Fascismo em Espanha e dos Republicanos que defendiam o Comunismo em Portugal e que ocorreu entre 1936-1939 no país vizinho (MENDES, 2020).

Marcelo Caetano quis fazer mudanças a nível da Economia como foi o caso do fim do condicionalismo industrial, abrindo-se o país ao investimento estrangeiro, o lançamento de grandes obras públicas, tais como os do porto de Sines e a barragem do Alqueva e aproximação à então Comunidade Económica Europeia (CEE) (ALVES, 2014). A nível da Sociedade foi possível verificar que houve uma melhoria da assistência social e o ensaio de algumas propostas de democratização do ensino, lançadas pelo ministro da Educação Veiga Simão. A vida Política Colonial ficou marcada pela prossecução da opção militar que foi rejeitada por via das negociações e da concessão de independências às províncias ultramarinas. As alterações significativas no discurso oficial que permitiu colocar a tónica na autonomia progressiva e que submeteu muito tenuemente uma tendência para aceitar independências brancas (ALVES, 2014).

A política de abertura de Marcelo Caetano provocou reações muito díspares em Portugal como foi o caso do campo político afeto ao governo e ao regime em que houve clivagens, por vezes muito profundas entre reformadores e integristas e a nível da oposição tanto a nível legal como ilegal que se fracionou entre aqueles que aceitavam a liberalização como uma via genuína para a democratização do regime a médio e talvez mesmo a curto prazo e os que continuavam a olhar com desconfiança para as novas políticas. A tentativa de legitimação da viragem política do regime foi feita através das eleições legislativas de 1969, tendo o governo demonstrado sensibilidade a algumas questões de direitos humanos: alargando o direito de voto, legalizando certos grupos oposicionistas até aí apenas tolerados, sendo-lhes permitida a fiscalização de cadernos eleitorais e do próprio ato eleitoral e abrandando a censura em época de campanha eleitoral (ALVES, 2014).

3. O aparecimento do outono Marcelista: sinais de descontentamento e infelicidade por parte da população Portuguesa (1970-1971)

A grande oportunidade política perdida de Marcelo foi a negação da criação de partidos políticos que foi principal condicionamento para uma transição democrática. As eleições de 1969 tiveram uma participação política fraca e resultados nada agradáveis a Marcelo Caetano. A oposição por parte dos Comunistas, ou seja, a CDE (Comissão Democrática Eleitoral) teve mais força e impacto em Marcelo Caetano do que a CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática) que se define como Oposição Democrática Moderada. Isto permitiu a Marcelo Caetano observar que a oposição comunista podia crescer, ou seja a esquerda mais radical e que a oposição republicana moderada não fazia frente ao seu governo. Foi uma estratégia política por parte de Marcelo Caetano em relação à sua oposição para poder ver o que poderia fazer daqui para a frente. Esta perceção terá contribuído para que a abertura política inicial retroceda com o argumento da impossibilidade de construir pontes com a oposição revolucionária (MENDES, 2020).

Marcelo Caetano quis reformular o seu sistema político e criar uma nova base organizativa em Portugal, daí depois das Eleições ocorridas em 1969 poder ter analisado a esperança e o futuro que iria ter. Esta esperança e futuro foi na tentativa de adaptação ao pensamento e aos novos deputados da Assembleia Nacional. Os novos deputados que ainda eram jovens e inexperientes a nível político acreditavam na evolução interna do regime e isso fez com que houvesse uma cooperação entre a Ala Liberal e Marcelo Caetano. Melo e Castro e José Pedro Pinto Leite fossem decisivos para as Reformas Liberais que Marcelo Caetano impôs em Portugal. Após o desaparecimento do mentor

José Pedro Pinto Leite e do afastamento de Melo e Castro, Marcelo Caetano começou a adotar ideias conservadoras e antiliberais (MENDES, 2020).

A partir de 1970 foram visíveis as dificuldades crescentes relativamente à conciliação entre as ideias de evolução democrática e as de continuidade autoritária. Estas dificuldades ficaram bem expressas nos debates entre os continuístas e os reformistas na Assembleia Nacional (MENDES, 2012; 2013). A separação de Marcelo Caetano e da Ala Liberal foi importante para a discussão sobre a revisão constitucional onde os deputados apresentaram uma proposta alternativa. Isto foi importante para Marcelo ter-se apercebido que não valia a pena adotar a política de liberalização a nível crescente.

O caminho da Liberalização começou a recuar e a ter um decréscimo a partir de 1970 já que a Direção Geral de Segurança decidiu prender Mário Soares pelos crimes que cometeu a nível político. O exílio de Mário Soares marca o fim da abertura e da Primavera Marcelista. Marcelo Caetano queria governar em paz, mas o seu tipo de governação a nível da paz social e político estava complicado porque o PCP (Partido Comunista Português) e os grupos radicais de esquerda aliaram-se para atacar o governo através de uma estratégia de radicalização violenta. Marcelo Caetano ficou assustado e começou a querer olhar com bons olhos para o perigo do avanço da oposição comunista, apesar de não ter tido grande impacto no país. A repressão foi a melhor maneira de contra-atacar a oposição (MENDES, 2020).

No dia 16 de dezembro de 1970, é apresentado Sá Carneiro para liderar o projeto alternativo da Ala Liberal. A impossibilidade imposta pelo governo a nível da existência dos debates foi importante para a anulação administrativa do projeto da Ala Liberal foi paradigmático da cultura política do regime. O corte político entre a Ala Liberal e o Governo ocorreu nesta altura através de Marcelo ao confirmar que: “a partir de 1971 a “Assembleia Nacional ficou cindida” (CAETANO, 1977, p. 66).

Por outro lado, Caetano argumentou o nível que a Ala Conservadora teve ao: “nunca ter encontrado “apoio seguro nos liberais”, o que o forçou a “procurar esse apoio na maioria conservadora da Assembleia, facto da maior importância de que os liberais foram os únicos responsáveis” (CAETANO, 1977, p. 66).

Marcelo Caetano proferiu um discurso no Palácio de São Bento de modo a comemorar o terceiro aniversário da sua posse no dia 27 de setembro ao explicar que: “temos grandes dificuldades a vencer” e “que não estamos em tempos fáceis” (CAETANO, 1972, pp. 3-4).

A ação governativa teve como desafio a capacidade de utilizar um mecanismo de conciliação e cooperação do “esforço de defesa” com o “esforço de fomento”, da qual era necessário ter o máximo de concentração no dinheiro que iria gastar já que pertencia ao Estado, daí podermos ver exemplos significativos para a utilização desse dinheiro como a continuação do apoio dado às forças armadas e colocar em prática uma política de investimento e desenvolvimento que não faça com que Portugal fique mais longe dos países da Europa, dos quais já estavam a implementar outro tipo de políticas e a basearem-se no que era imposto e escrito pela CEE (CAETANO, 1972, p. 4).

Marcelo Caetano afirmou que para se atingirem os objetivos, tem de ser através do consenso, do entendimento e da paz já que a oposição ia começar a ser forte e de um nível alto por parte dos Comunistas. A promulgação da lei da imprensa (nº 5/71) fez com que houvesse uma mudança da designação de censura para exame prévio. A lei que tinha como prazo final, o mês de abril de 1974 pretendeu: “atenuar o papel da censura através de uma delimitação mais específica dos temas sujeitos ao controlo da liberdade de imprensa.”

O exame prévio continuou a possuir a função de defesa, controlo e proteção do Estado, nomeadamente em relação a assuntos de carácter político e que prejudicassem o Estado como a oposição feita pelos comunistas e que segundo ele, eram constituídos como: “ameaças à Constituição e à independência e prestígio do Estado” (MENDES, 2020).

Marcelo Caetano fez um balanço do Governo na Conversa em Família “Planeamos e cumprimos” em que sublinhou: “as reformas lançadas na administração pública como a reorganização orgânica dos Ministérios da Educação Nacional, da Saúde e Assistência e Comunicações, bem como a Inspeção Geral das Atividades Económicas”.

As reformas do Urbanismo e Habitação foram aprovados nos programas de investimento em que puderam inserir o III Plano de Fomento que durou entre 1971 e 1973 em que se puderam iniciar investimentos decisivos para Portugal como foi o caso o Turismo, da expansão da eletrificação nacional, da ampliação da refinaria de petróleo do Porto, do lançamento do projeto de Sines, da renovação da rede geral da CP (Comboios de Portugal), da aquisição de navios mercantes e novos aviões para a TAP (Transportes Aéreos Portugueses), do início da construção de autoestradas em regime de concessão, do alargamento acelerado da instalação telefónica e do desenvolvimento do metro de Lisboa e dos portos de Lisboa, Douro e Leixões (CAETANO, 1972). Marcelo Caetano também deu destaque ao “progresso galopante no ultramar”, à importância do novo sistema de pagamentos interterritoriais no espaço português e à reforma do regime de

transferências de moeda entre o ultramar e a metrópole que permitiu resolver o problema dos “atrasados” que se designava como a dívida acumulada das colónias (CAETANO, 1977, p. 37-44; PORTUGAL, 1972).

4. O inverno Marcelista e a Queda do Estado Novo: sinais de revolta e de total tristeza por parte dos portugueses (1972-1974)

O ano de 1972 foi relevante através do discurso que Marcelo Caetano proferiu na conferência anual da ANP (Ação Nacional Popular), tendo a sua designação como “Pela, Segurança, Bem-Estar e Progresso do Povo Português”. As ideias chave que descrevem o tipo de políticas implementadas pelo governo de Marcelo Caetano são “a defesa do ultramar”, a “batalha da educação”, “o incremento da obra de fomento económico”, “a valorização do Estado-Social mas não socialista”, “a imposição da doutrina corporativista” e a “subsistência da empresa privada”. (CAETANO, 1972).

A obra de Manuel Braga da Cruz e Rui Ramos designada de *Marcelo Caetano – Tempos de Transição* permitiu mostrar a linha de pensamento de Marcelo Caetano que segundo eles possuíam dois grandes objetivos que eram “as reformas económicas, sociais e educativas, áreas em que até podemos considerar que tenha conseguido relativo sucesso, e a sua grande utopia, que foi a tentativa de descolonizar de forma diferente da dos outros países, que ao se apressarem no processo de descolonização, entregaram esses territórios à miséria e à guerra.” (SILVA, 2020, p. 26).

Segundo Amaral (1996), Marcelo Caetano defendia que não poderia “entregar os territórios ultramarinos para as mãos de movimentos de libertação ou “terroristas” controlados por Estados Comunistas com ambições em África. Mas ao mesmo tempo, sabia que teria de encaminhar esses territórios para uma autonomia progressiva, que conduzisse à auto governação, e, em último caso à independência, embora esta última parte nunca tivesse sido confirmada pelo próprio.” (AMARAL, 1996, p. 26).

Como já se foi vendo ao longo da Dissertação, Marcelo Caetano quis implementar a sua política de abertura perante as Províncias Ultramarinas, mas a pressão imposta pelos “ultra-conservadores” fez com que o Presidente do Conselho de Ministros continuasse a seguir a linha de pensamento implementada por Salazar.

A nível político, Marcelo explica: “que as suas reformas têm de ser prudentes, uma vez que não defende uma liberalização imediata e tão ampla que deixasse caminho aberto à revolução. Acredita que o caminho tem de ser o da “prudência” e o da “segurança sem

catástrofe”, ou seja, um caminho que se enquadra na sua fórmula de Progresso em Paz (CAETANO, 1972).

O regime podia adotar uma política de abertura, mas estavam sempre dependentes de motivos estruturais e conjunturais. A nível estrutural, foi possível verificar que o foco principal estava totalmente na personalidade e cultura política não democrática e a convicção de que Portugal não estava nas melhores condições para chegar a um regime democrático. A nível conjuntural, o problema era vista nível ultramarino, principalmente na dificuldade a nível interno e externo da continuidade da guerra colonial. Estas dificuldades puderam ser vistas através da pressão implementada pela ONU na finalização da guerra colonial por parte de Portugal e pelos membros do Governo de Marcelo Caetano que queriam fazer com que as Colónias Africanas continuassem na sua posse e através desse ponto, era possível afirmar que Portugal tinha que continuar Isolado do Mundo e estabelecer uma política fechada e de total proteção do seu território, já que uma aproximação a vários países da Europa e do Mundo podia ser mau para o país. Não era benéfico para Portugal no sentido de muitos deles serem pertencentes à ONU e defenderem o Fim da Guerra Colonial.

Como refere Mendes, “Apesar das dificuldades, Portugal partira para a Guerra num contexto doméstico e externo, relativamente favorável, quer de um ponto de vista de legitimação normativa quer de um ponto de vista estratégico-militar. Passados mais de dez anos, esse contexto mudara radicalmente. Quer ao nível internacional quer ao nível interno, as três frentes da guerra em África tinham cada vez menos apoios” (MENDES, 2020).

O contexto a nível interno e externo foi favorável a Portugal durante a Presidência do Conselho de Ministros de Salazar porque o país tinha feito a sua adesão à EFTA, sendo benéfica para a imposição do livre comércio, o relacionamento com Espanha era positivo já que ambos possuíam regimes com ideologias e valores semelhantes, a presença de Portugal na NATO foi perfeitamente excelente para o relacionamento com os EUA da qual era designada como uma superpotência forte a nível mundial baseando-se no desenvolvimento de recursos económicos, políticos e militares. O único grande contraponto que ocorreu a Portugal foi o afastamento que Salazar foi tendo dos vários países e organizações a nível mundial.

A discordância existente entre Spínola e Marcelo em relação às colónias Africanas deveu-se à ideia de proximidade e entendimento com as Províncias Ultramarinas de uma independência desses territórios defendida pelo governador e comandante-chefe da

Guiné. Marcelo opôs-se e explicou que: “De acordo com a sua visão política e legalista, Portugal não poderia negociar com Amílcar Cabral pois isso seria reconhecer o PAIGC como uma “força beligerante” possuidora de “importante domínio territorial” (CAETANO, 1977, p. 190-191), o que equivaleria a destruir toda a argumentação jurídico-política de Portugal sobre a defesa do ultramar.”

Marcelo não cumpriu com a promessa que tinha feito quando chegou a Presidente do Conselho de Ministros que era a prossecução das Províncias Ultramarinas, daí ter começado a surgirem os primeiros sinais de indignação e descontentamento por parte da população portuguesa. Marcelo queria que Portugal continuasse a ser um grande dominador das Províncias Ultramarinas e mostrar a força, a grandeza e orgulho feito pelos seus descobridores durante o século XV. A bravura e a garra imposta pelos marinheiros portugueses em relação aos “mares nunca antes navegados” e aos territórios que descobriram foram totalmente vangloriados pelos governantes do Estado Novo. Outro ponto essencial que o país se podia orgulhar era dos vários instrumentos e construções navais implementados durante essa época como foram o caso das Naus, Caravelas, Astrolábios, Bússolas, Balestilha e Cartas Náuticas de modo a serem meios de facilitação para as viagens intensas que iriam enfrentar. A criação da primeira Escola Náutica por Infante D. Henrique, do qual era conhecido como o Impulsionador dos Descobrimentos Portugueses foi relevante para as viagens que Portugal iria ter e o que o país teve de enfrentar durante aquela altura. As negociações que Spínola estava a pretender fazer com o líder do PAIGC, Amílcar Cabral não tiveram sucesso porque Marcelo Caetano não defendia a Política de imposição da Independência às Colónias Africanas. Esta mediação foi moderada pelo presidente do Senegal, Leopold Senghor.

A Presidência da República era outra questão que estava em cima da mesa, daí verificar-se e não ser de grande para Marcelo, o poder que Américo Tomás estava a ter a esse nível no país. Partindo deste ponto e vendo que o Presidente já estava há catorze anos como Presidente da República das quais teve as suas vitórias eleitorais em 1958 frente a Humberto Delgado, mais conhecido como o General sem Medo e que foi o único com capacidade de enfrentar um candidato apoiado por Salazar e em 1965. Estas vitórias eleitorais permitiram a que Américo Tomás começasse a ter algum poder nas decisões que iriam ser tomadas na Assembleia Nacional após a morte de Salazar e a subida a Presidente do Conselho de Ministros por parte de Marcelo Caetano. A sua liderança forte e determinada fez com que a ala mais conservadora do regime lhe fornecesse o apoio que pretendia já que era um defensor das ideias de Salazar. O poder do Presidente da República era relevante e consistente, mas só que o poder do Presidente do Conselho de

Ministros também era, daí existirem divisões e sistemas de poder bipolares a esse nível (MENDES, 2020). As eleições presidenciais tiveram um poder importante e decisivo na continuidade do regime já que começaram a aparecer as primeiras divisões como foi o caso da defesa da apresentação de um novo candidato presidencial por parte dos reformistas do regime e as pessoas mais próximas de Marcelo apoiavam a continuidade de Américo Tomás. O dilema existente a nível da continuidade e mudança foi um ponto decisivo para Marcelo, daí o Presidente do Conselho de Ministros pensar em apoiar o mesmo candidato que já ocupava o cargo há 14 anos e poder continuar a ter o apoio da Ala Conservadora na Assembleia Nacional. Marcelo não teve outra hipótese senão esta que colocou em prática (MENDES, 2020).

A reeleição de Américo Tomás através do colégio eleitoral no dia 25 de julho de 1972 foi vista como um ponto final no que Marcelo Caetano pretendia efetuar a nível da evolução e desenvolvimento do país, daí ter perdido a oportunidade de fazer uma mudança a nível de um regime que estava a ficar em queda e a caminhar para o fim. Marcelo sofreu críticas por parte da oposição que não gostou da vitória de Américo Tomás e fez com que muitos apoiantes de Marcelo Caetano dos quais eram designados por “marcelistas reformistas” ficassem tristes e indignados por Marcelo Caetano não ter apresentado a sua candidatura a Presidente da República e ter aberto um novo ciclo político em Portugal (MENDES, 2020). Marcelo Caetano não podia fazer opções sem estarem de acordo com a situação política defendida, daí Mendes afirmar que: “não devem ser interpretadas apenas como resultado das suas preferências, mas também como consequência dos constrangimentos e equilíbrios políticos que teve de considerar.”

Marcelo fez uma análise da situação e achou que apesar das ideias e dos pensamentos de ambos terem um papel distinto, para a manutenção do seu poder era importante apoiar a reeleição de Tomás. O Presidente do Conselho de Ministros baseou-se na definição de Maquiavel que era realista em que Política consistia: “na luta pela conquista e manutenção do poder”.

A vitória de Caetano nas eleições legislativas de 1969 foi um grande ponto para se poder manter no poder, apesar de naquela altura existir uma Ditadura e viver-se sob o autoritarismo de um chefe de Estado. Por outro lado, Marcelo se seguisse as ideias liberais impostas pelos generais Spínola e Kaúlza de Arriaga, a sua continuidade como Presidente do Conselho de Ministros podia estar em perigo já que os seus apoiantes eram a favor do conservadorismo existente naquela altura (MENDES, 2020).

Marcelo foi visto como um político com dificuldade no relacionamento com os movimentos políticos que possuíam ideias diferentes do Estado Novo, ou seja, com os seus opositores. Viu-se um pequeno defeito na política de Marcelo Caetano, da qual chegou a pensar-se que ia ser diferente na sua subida ao poder após a morte de Salazar. A Primavera Marcelista foi um exemplo significativo dessa situação, mas só que a Ala Conservadora fez com que Marcelo voltasse a seguir a linha de pensamento ideológica defendida por Salazar. A pressão imposta por este membro governativo fez com que o relacionamento com as Colónias Africanas fosse cada vez mais visto como distante e de guerrilha. Este tema que estava a ocorrer permitiu a existência de um maniqueísmo que fez com que as posições ficassem mais duras a nível das posições defendidas, tal como estava a ocorrer a partir de 1970, do qual o poder situacionista começou a estar presente num “ambiente político de resistência contra os inimigos internos e externos”. O ambiente político pode-se ser defendido com a “crescente radicalização da esquerda” que era totalmente defensora da Democracia que viria ser implementada em Portugal a 25 de abril de 1974 e que era totalmente contra a o Estado Novo e a direita nacionalistas que era totalmente defensora de Salazar e não se revia com as políticas que tinham sido implementadas por Caetano no início da sua presidência. Marcelo estava numa situação totalmente decrescente e deficitária da sua presidência, daí poder ver-se o crescente declínio a nível do apoio que ia tendo ao longo dos anos (MENDES, 2020).

Os exemplos significativos que podemos dar em relação ao aparecimento dos principais movimentos defensores do radicalismo de esquerda são a existência dos Comitês de Luta Anticolonial (CLAC) que possuíam ideologias de cariz marxista-leninista e maoísta. Marcelo Caetano estava-se a sentir totalmente contestado pelas políticas que estava a impor a nível Ultramarino e das reformas no ensino. Os radicais de esquerda viam-se totalmente como opositores dos reformistas conservadores. Os portugueses estavam a querer a mudança de regime e estas manifestações estavam a ser um sinal de descontentamento e infelicidade. Marcelo não estava a cumprir com o que tinha prometido e o desagrado estava a ser cada vez maior. Os exemplos que podemos mostrar são a determinação do Estado de exceção nas Universidades após o ano de 1971, da qual levou a este nível de insatisfação. O crescimento da atividade a nível de manifestações contra a guerra colonial e reforma de ensino anunciada pôde-se através de várias Faculdades das Universidades de Lisboa e Coimbra terem mostrado este tipo de comportamento através do boicote à realização dos exames de forma contestatária à política e visão de Marcelo naquele tempo. Marcelo que tinha afirmado que iria mudar a sua política de repressão e autoritarismo que estava a existir, fez com que o governo

colocasse em prática uma lógica de *hard-power*, ou seja uma lógica de uso da força por quem lhe estava a fazer oposição. Este mecanismo já foi utilizado por vários líderes políticos da História Mundial como foi o caso de Salazar que fez com que muitos prisioneiros políticos estivessem exilados, dos quais podemos falar de Álvaro Cunhal e Manuel Alegre. O sofrimento que Álvaro Cunhal sofreu entre os anos de 1933 e 1942 com a Tortura da Pinga foi um exemplo disso, ou seja, de uma política de repressão por quem lhe fazia oposição. O caso de Hitler foi visto através da perseguição que fez aos Judeus e da criação de campos de concentração em Auschwitz, da qual utilizava uma política de sofrimento e repressão por quem era contra si. O caso de Mussolini durante a ascensão dos Fascismos em 1922 e o caso de Franco que seguia a mesma linha imposta por Salazar no seu país vizinho. Marcelo continuou a precisar da DGS (Direção Geral de Segurança), da qual substituiu a PIDE para colocar em prática a sua força e valentia perante a oposição em que através da qual fez com que a maioria das associações de estudantes fosse encerrada e dezenas de alunos fossem presos incorporados nas Forças Armadas (MENDES, 2020).

Marcelo Caetano sentiu a necessidade e a grande urgência de explicar no único canal público do Estado fundado a 7 de março de 1957 cuja designação era RTP (Rádio e Televisão Portuguesa) as soluções para as suas Províncias Ultramarinas, daí na sua ótica ter afirmado que: “o governo não está inativo na busca de soluções políticas que sejam válidas para os territórios do ultramar. Soluções nossas, e não impostas por outros, soluções na linha que um dia defini como sendo a de preparar o futuro para que seja um futuro português”. (CAETANO, 1972, p. 13).

Sá Carneiro mostrou a sua indignação quando a ala conservadora ignorou por completo as suas propostas de modo a que elas não fossem aceites e vistas como positivas na Assembleia Nacional, daí ter renunciado o mandato no final do mês de janeiro de 1973. Mais tarde, após o 25 de abril de 1974, iria ser um dos fundadores da Assembleia Constituinte, do qual era membro do PSD (Partido Social Democrata). Sempre se descreveu como um Liberal de Direita a nível das ideias que defendia e colocava em prática. O debate sobre a Censura, da qual tinha mudado a sua designação após a Primavera Marcelista para Exame Prévio fez com que o ambiente de desentendimento e de falta de consenso atingisse um ponto nada benéfico na Assembleia Nacional em que Miller Guerra pediu a renúncia do seu mandato. Estas duas renúncias de mandato impostas por estes dois líderes políticos estavam a mostrar uma falta de consenso no debate de ideias imposto na Assembleia Nacional. A maioria presente por parte da Ala Conservadora foi um exemplo que os entendimentos não estavam a ter efeito e qualquer

proposta que não fosse do seu agrado e não fosse benéfica para o seu país tanto principalmente para uma projeção positiva a nível interno e externo, já que segundo o Estado Novo só os momentos positivos é que eram importantes para Portugal. Inglaterra que foi sempre um dos grandes Aliados de Portugal como foi possível verificar-se ao longo da sua história através de Tratados Comerciais existentes.

Segundo Mendes, Marcelo teve que “manter uma certa equipendência entre as sensibilidades políticas, vai tentar minimizar os riscos de ver ruir o equilíbrio cada vez mais difícil do seu governo. Não querendo alienar nenhum dos seus apoios políticos, no dia 15 de fevereiro, através de Mota Amaral, reuniu em almoço com alguns dos deputados que restavam da Ala Liberal. Também irá escrever uma carta, em 26 de fevereiro, a Spínola para tentar minimizar a distância política e pessoal que se estava a cavar com o governador da Guiné. Eram tentativas de controlo de danos. Todavia, os danos começavam a ficar descontrolados e o ano de 1973, o *annus horribilis* do governo, será o princípio do fim” (MENDES, 2020).

A situação económica do país foi interrompida em 1973 através de um período de crescimento e estabilidade dos preços. A nível da inflação, aos 11,7% atingidos relativamente ao que se verificou em 1969, ano das Eleições Legislativas para a Assembleia Nacional, irão verificar-se os gastos existentes e feitos por Portugal a nível da Guerra Colonial que estava a ter impacto cada vez mais negativo para Portugal a vários níveis e o embargo petrolífero na Guerra do Yon Kippur ocorrida em 1973 que colocou frente a frente Egito e a Síria do qual ambos estavam a liderar as suas forças de combate contra Israel. Marcelo Caetano estava a começar a ser apanhado por dificuldades financeiras. Fazendo um contraponto e uma analogia com Salazar, através do que já foi estudado até agora, Portugal estava melhor a nível económico no ano da sucessão de Salazar e da subida de Marcelo Caetano a Presidente do Conselho de Ministros (MENDES, 2020). A entrada de Portugal na EFTA em 1960 foi importante para o país já que o PIB tinha crescido 6%. Os motivos e razões que são levados a cabo através deste crescimento são a evolução da emigração portuguesa para vários países da Europa e o recurso da valorização das Províncias Ultramarinas já que as Colónias Portuguesas tinham valores e potencialidades para o sustento de Portugal a vários níveis. A redução da população ativa de 25% fez com que o desemprego fosse reduzido e acabasse por se situar nos 2,3%. Salazar, antes de ter sido Presidente do Conselho de Ministros, tinha possuído a pasta de Ministro das Finanças antes da criação do Estado Novo em 1933 que substituiu a I Primeira República da qual existiram muitas situações de instabilidade e rotatividade a nível das Presidências, tal como já cheguei a sublinhar ao longo da Tese.

Como refere Mateus (2006), o antecessor de Caetano sempre foi defensor: “de políticas de rigor orçamental, de condicionamento industrial, de estabilidade do valor da moeda e de baixo nível de taxas de juro” (MATEUS, 2006).

Esta situação foi benéfica para que Portugal pudesse ter uma forte estrutura a nível da estabilização dos preços. Um dos princípios da Economia é ter uma Balança Económica e Financeira que fosse equilibrada e que pudesse fazer com que os gastos não fossem superiores às vendas efetuadas. (MATEUS, 2006).

O “quinquénio de ouro” da economia portuguesa ocorreu entre os anos de 1968 e 1972, do qual se pôde verificar a taxa de crescimento anual de 7,66%. A taxa de Portugal era elevada a nível do ranking mundial, mas naquele tempo só foi apenas superada pela Grécia, pertencente ao Continente Europeu e o Japão, pertencente à Ásia (PINTADO, 2012; MATEUS, 2006). A entrada na EFTA conseguiu proporcionar excelentes benefícios a nível económico e fiscal para a economia portuguesa, mas ao longo deste estudo também foi possível verificar a importância da Diáspora Portuguesa e o aumento das divisas com o principal foco ser o equilíbrio da balança de pagamentos, do qual fez com que Portugal crescesse a esse nível durante as décadas de 1960 e 1970 (MENDES, 2020).

A cooperação existente entre os fatores externos e internos da estratégia de desenvolvimento dos Planos de Fomento do governo de Marcelo foi importante para a existência de uma relação de complementaridade. Portugal ao estar a ter relacionamentos, reuniões e cimeiras com países estrangeiros, o país podia conseguir ter melhores ideias para ser cada vez melhor a nível interno. Apesar de Portugal se designar como fechado e de cariz protecionista, este país aproveitou a entrada na EFTA para se desenvolver a nível económico durante a Presidência de Salazar. Marcelo quis tentar implementar uma liberalização por parte da Economia como foi o caso da aproximação feita à CEE que estava a ter um grande impacto naquela altura já que era uma instituição recente e que viria a ter grande impacto no futuro. Marcelo Caetano ficou com o poder de coordenar o II Plano de Fomento que permitiu ao governante português desenvolver esse ponto a nível cultural. De certo modo, para se desenvolver este Plano, eram necessários estabelecerem dois princípios importantes que foram o desenvolvimento económico do país em que o seu objetivo era aproveitar ao máximo os recursos naturais e o pensamento a nível estratégico por parte do país em que o mesmo precisava de estudar, diagnosticar e projetar de forma disciplinada e bem delineada os recursos humanos e materiais do Estado. Esta afirmação permite mostrar que a presença de Portugal nas Províncias Ultramarinas podia

ser vista como um fator relevante para o desenvolvimento dos recursos naturais nessa área já que essa região é muito forte a esse nível. Por outro lado, o projeto a nível internacional por parte de Portugal foi inspirado na forma como os Estados Unidos se mostravam perante o mundo através da NATO, a CEE perante a sua criação e os mecanismos de desenvolvimento, mas também perante a ONU em que o seu princípio fundamental era a preservação da paz a nível mundial. O país tinha estes exemplos significativos para poder deixar uma boa imagem nos meios internacionais. Salazar valorizava Portugal sempre pelos momentos positivos e excelentes que passou ao longo da história, tanto durante o seu regime como desde o tempo da Formação de Portugal e dos Descobrimentos e esta mensagem deixada por Salazar fez com que Marcelo adotasse o mesmo tipo de comportamento já que o sucessor do governante que esteve em funções entre 1933 e 1968, tinha o poder sobre os meios de comunicação através da Rádio, Televisão e Jornais para enfatizar as conquistas dos Portugueses. Marcelo gostava de se mostrar sempre como vencedor e nunca como derrotado, daí achar que o melhor para Portugal é manter o pensamento e os valores aprendidos durante o tempo de Salazar. Por outro lado, apesar de se basear no conservadorismo de Salazar, Marcelo quis implementar uma liberalização da economia ao fazer com que o condicionamento industrial começasse a regredir e pudesse construir importantes infraestruturas que fossem úteis para a nação portuguesa. O III Plano de Fomento consistiu na construção do projeto de Sines, do qual fez com a paisagem daquela região se tornasse mais bonita e agradável a quem fosse visitar e tornasse uma das chaves do desenvolvimento de Portugal a nível de construções futuras (MENDES, 2020).

O desenvolvimento económico português estava a ter índices positivos entre 1968 e 1973, mas Portugal tinha um grande ponto ao nível dos bloqueios políticos existentes durante a governação de Marcelo Caetano em que o seu desenvolvimento se estava a tornar insustentável e com pouco lucro (SALGUEIRO, 2012). Marcelo quis liberalizar a Economia, mas os membros da Ala Conservadora queriam que a mesma se mantivesse de forma protecionista em que através deste tema, podemos ver que os gastos feitos na Guerra Colonial foram um dos principais motivos para a existência de problemas económicos no país. O ciclo de bons índices a nível económico protagonizado por Salazar que com a sua experiência de ter sido Ministro das Finanças, conseguiu colocar uma economia equilibrada e sem défices a esse nível, daí podermos ver a incapacidade que Caetano teve na continuação do bom trabalho que estava a ser desenvolvido a esse nível. Convém referir que as fragilidades do projeto económico e as várias contradições socio-

laborais existente fizeram com que se perdesse a esperança na manutenção e continuidade do que tinha sido feito.

O ano de 1973 foi um ano relevante para o futuro de Portugal e de Marcelo Caetano. Nessa altura já se estavam a começar a ver a presença dos radicais de esquerda que tinham como objetivo democratizar o país e permitir a existência de liberdade em Portugal, da qual só foi efetuada a 25 de abril de 1974, mas Marcelo estava em regressão a nível de apoio já que os liberais e os tecnocratas estavam descontentes com a política que estava a ser implementada e os ultraconservadores já estavam a começar a pensar no que é que a oposição poderia fazer, já que se uma Revolução podia ser fatal para Caetano e ditar o fim do regime. 1973 foi visto como um ano de estudo e ataque ao poder já que sendo um ano de eleições, seria mais acessível para as movimentações sociais e políticas colocarem a sua posição e tentarem que se possa existir uma mudança de paradigma em Portugal. Um exemplo significativo foi a realização do maior Congresso da Oposição Democrática em Aveiro entre os dias 4 e 8 de abril, da qual se viu uma total união perante a esquerda e em que os seus discursos políticos tinham como foco a crítica à governação de Caetano (MENDES, 2020). Marcelo Caetano estava com a situação cada vez mais complicada quando se deu a Guerra do Yon Kippur em que o primeiro momento para a resolução dessa guerra foi a utilização de um Ultimato por parte dos EUA a Portugal para poderem usar a Base das Lages já que era uma zona excelente do ponto de vista estratégico para a resolução desta guerra que teve início no dia 6 de outubro de 1973. O país estava numa situação fragilizada já que ao ter aceite o pedido dos EUA que era membro da NATO para o uso da Base Aérea dos Açores, fez com que o mundo árabe utilizasse uma política hostil a Portugal na relação que ambos tinham na ONU e na OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) em que o país se sentiu de forma péssima a nível dos efeitos da crise petrolífera que ia ter, já que os chefes de Estado Árabe decidiram castigar de forma severa o país através de um embargo petrolífero. Esta medida foi feita de forma vingativa pela posição de Portugal já que qualquer uma das posições que fosse adotada, lhe iria permitir continuar a estar em maus-lençóis no relacionamento que poderia vir a ter com um dos países. Os árabes estudaram bem a forma de atacarem Portugal e após o crescimento dos preços, o ano de 1973 foi um ano problemático e duro para Portugal já que trouxe restrições no consumo da gasolina, daí ter preocupado a população portuguesa a esse nível. Marcelo Caetano estava numa posição difícil e complicada (MENDES, 2020).

As eleições para a Assembleia Nacional realizaram-se no dia 28 de outubro de 1973, da qual já se verificaram diferenças em relação às de 1969, principalmente na esperança e

na confiança que os portugueses estavam a ter na política que iria ser implementada por Marcelo Caetano. O povo esperava que fosse possível conquistar a liberdade, um grau de abertura e o fim da guerra Colonial já que a década de 1960 foi vista como dura para os militares portugueses em que muitos deles eram forçados na ida para a guerra na qual tinham de estar ao serviço do país, da nacionalidade e do Estado Português, mas também na defesa das Províncias Ultramarinas perante os movimentos de libertação existentes nas Colónias Africanas. O insucesso de Marcelo de Caetano deveu-se ao não cumprimento das promessas feitas durante a Primavera Marcelista, mas também da pressão imposta pelos membros da Ala Conservadora ao quererem que Marcelo continuasse com a política imposta por Salazar. O ano de 1973 foi um ano de impasse e de preparação para a efetuação de uma oposição forte e dura por parte dos radicais de esquerda que eram acérrimos defensores da Liberdade e Democracia Portuguesa. O Bloqueio Político existente estava firme e focado no que poderia ocorrer, daí Marcelo não ter conseguido criar alternativas nas listas da ANP, nem que o seu partido ficasse mais forte. A oposição de esquerda interrogou várias vezes Marcelo sobre o incumprimento do que prometeu e porque é que continuava a seguir a linha imposta pelo antecessor já que tinha afirmado o contrário. A Política Ultramarina e o ambiente de repressão foram as principais questões deixadas em cima da mesa. Ao longo do trabalho já vimos situações da não mudança da política implementada pelo governante que tomou posse em 1968. A desistência dos radicais de esquerda das eleições permitiu mostrar o descontentamento que estavam a demonstrar em que apesar de terem colocado em prática esta medida, continuavam fortes na oposição que pretendiam fazer. O Estado Novo e Marcelo estavam a ficar cada vez mais isolados a nível político, daí ter-se visto a regressão do Estado Novo. A oposição utilizou os instrumentos certos para enfraquecer o regime de modo que estas eleições não possuíram grandes debates sobre as questões políticas. Marcelo tentou promover a participação nas eleições, do qual pediu urgentemente à oposição que não desistisse do que iria ocorrer. O objetivo era provar a existência da sua legitimidade democrática, mas oposição quis adotar esta posição para poder mostrar ao país que existia repressão e falta de legitimidade democrática a nível eleitoral. Esta opção foi uma boa estratégia para fazer com que o Estado Novo quebrasse e começasse a dar início a um processo que iria terminar com a Revolução dos Cravos a 25 de abril de 1974 (MENDES, 2020).

Marcelo não era democrata, mas tinha reservas e formas importantes de implantarem um regime democrático pluripartidarista em Portugal, daí ter percebido que: “os líderes políticos deveriam ter um qualquer tipo de legitimidade democrática. Daí a sua constante

menção ao “mandato indeclinável” (CAETANO, 1970) que recebera do povo português em 1969” (VALENTE, 2002).

Caetano descreveu-se a nível político como conservador, mas precisava de implementar a legitimidade democrática de modo a mostrar que as eleições estavam a ser do interesse do povo e feitas de forma justa perante todos. Por outro lado, aquele sentimento proporcionado pela Ala Conservadora fez com que ele tivesse receio da existência da democracia em Portugal, daí mostrar-se como um líder em que a todos tinham de ter respeito e culto perante ele (MENDES, 2020).

Marcelo Caetano ao estar com problemas a nível da sua liderança política, fez com que após as eleições no dia 7 de novembro fosse possível fazer uma remodelação governamental diferente da anterior com fundamentos económicos destinados para os ouvidos do povo, mas claramente de cariz político para os bastidores da sua governação. Marcelo quis formar um governo de combate político à oposição através de pessoas de confiança pessoal, daí ter utilizado um recurso ao patrocínio de uma associação política imposta na ANP, da qual era composta por jovens de direita moderada que fundariam o CDS (Centro Democrático Social), daí poder-se ver o destaque de Adelino Amaro da Costa que teve como poder a redação do programa da associação. Esta associação era composta por marcelistas do governo e da sociedade civil, da qual se criava uma espécie de SEDES de centro-direita (MENDES, 2020).

Através deste ponto, Marcelo percebeu: “que a radicalização das oposições, à direita e à esquerda, estava a contagiar a sociedade, mas falhou na sua solução racional de controlo autoritário que, ao contrário do pretendido, aumentou o apelo radical.”

Várias Faculdades das Universidades de Lisboa e do Porto transformaram-se em “centros revolucionários” em meados de 1973, de modo a que começassem a existir greves sem precedentes. Aqui via-se a oposição a crescer já que durante o Estado Novo, o direito à Greve não existia. Esse direito só foi posto em prática através da criação da Constituição de 1976, da qual foram impostos vários direitos que não existiam e em que os líderes políticos do Estado Novo nem sonhavam em colocar. As condições económicas e políticas estavam a caminhar para meios negativos devido à instabilidade que estava a existir, mas Marcelo sente que o grande problema é a nível militar, daí reforçar-se e convocar as suas tropas para se proteger (MENDES, 2020).

A tomada de posse do General Spínola no seu novo cargo foi importante para o 25 de abril de 1974, mas também para proteger um pouco Marcelo Caetano do que poderia vir a ocorrer. A publicação no seu livro Portugal e o Futuro fez com que fosse criado um

pequeno terramoto político através das ideias defendidas que eram a democratização do regime, a aproximação à CEE, o reconhecimento do princípio de autodeterminação, a necessidade do fim da guerra e da solução política de cariz federalista para a composição das suas colónias (MENDES, 2020). Para se resolver a situação, era necessário que se pudesse ensaiar uma legitimação da política ultramarina do governo junto da Assembleia Nacional. Marcelo Caetano proferiu um discurso no dia 5 de março sobre as “Reflexões sobre o Ultramar” em que no fim possível dar um poder aos deputados para a existência e defesa de uma moção da Comissão Ultramarina que defendeu a aprovação do destino imposto pelo governo em relação às políticas feitas por via ultramarina. O resultado final foi de aprovação por parte da Assembleia Nacional em relação ao assunto em debate e em questão (MENDES, 2020a).

O Presidente da República, Américo Tomás mostrou a sua desilusão perante Marcelo Caetano através da situação de instabilidade e de uma possível queda do regime que se estava a viver naquela altura (CASTILHO, 2012). A reunião proposta por Caetano para se discutir a remodelação do setor económico do governo não correu de forma positiva de modo em que Américo Tomás fez duras críticas a Marcelo. Marcelo saiu da reunião triste e descontente, de modo ao ter escrito uma carta ao Presidente da República para aceitar a sua demissão, da qual fez com que Américo Tomás continuasse a acreditar em Marcelo e no regime que predominava. A grande medida que Américo Tomás exigia a Marcelo era que olhasse de forma dura e severa para os generais Costa Gomes e Spínola, dos quais eram considerados como oposição à política da Ditadura do Estado Novo.

Marcelo faz um plano em marcha junto dos militares e ao ter uma reunião no dia 12 de março com esses ministros dos quais possuíam pastas desse cariz, fez com que se pudesse reunir com Costa Gomes e Spínola de modo a fazer um teste à sua fidelidade em que foi possível verificar a comparência “junto do Presidente do Conselho, juntamente com todos os oficiais-generais em serviço na metrópole, para declararem que as Forças Armadas não tinham política própria e que cumpririam, por dever ético e de função, a política definida pelo governo.”

A desconfiança perante as políticas defendidas por Spínola fez com que Marcelo pudesse manter os generais no seu posto se Costa Gomes fizesse uma Declaração Solene e como é óbvio, tendo o General Spínola junto a si. O ministro da Defesa enviou o pedido a Costa Gomes que foi logo rejeitado. Através da atitude que teve juntamente com o apoio de Spínola e do contra-almirante Tierno Bugalho, foi convidado a proferir o discurso o mais antigo chefe dos Estados-Maiores, o general Paiva Brandão (MENDES, 2020).

Estas foram as medidas e os fatores que levaram à Queda do Estado Novo e à Revolução dos Cravos no dia 25 de abril de 1974, da qual se instaurou a Democracia e a Liberdade em Portugal.

5. Balanço do Governo de Marcelo Caetano

O Governo de Marcelo Caetano tinha ficado primado como um governo de mudanças a nível político e da sua estrutura a esse nível, daí terem começado a falar de um grande grau de abertura a nível da Política Externa Portuguesa. A Primavera Marcelista tinha como objetivo ser de grande mudança a esse nível, ou seja, Portugal não podia ser um país tão fechado a nível político e económico como foi com Salazar. Salazar quis criar um Isolamento Político a Portugal a nível da Europa, das suas Colónias já que nos anos 60 estava a ocorrer a Guerra Colonial e do Mundo. Marcelo Caetano quis fazer uma Política diferente, daí ter melhorado as relações com a NATO (Organização do Tratado Atlântico Norte), CEE (Comunidade Económica Europeia) e ONU (Organização das Nações Unidas) (MENDES, 2020b).

O problema de Marcelo Caetano era sempre a grande oposição que podia haver em relação à sua política e governação já que o extremismo e radicalismo por parte da Esquerda Comunista era grande. Marcelo Caetano começou a fazer uma política mais conservadora e antiliberal, ou seja, uma política baseada nas ideias de Salazar. Esta política de Marcelo Caetano foi vista durante o Inverno Marcelista que durou entre 1971-1972 e o Outono Marcelista que durou de 1972-1974 em que a Revolução dos Cravos foi um grande ponto de viragem em Portugal já que fez com que caísse o Estado Novo e se implementasse a Democracia em Portugal (MENDES, 2020).

Apesar de Marcelo Caetano se ter encontrado com Nixon nos EUA e ter feito Cimeiras com Espanha e com o Brasil para fomentar as relações de Cooperação, tal como a visita que fez a antigas colónias como Angola e Guiné-Bissau, Marcelo Caetano ainda continuou com a Política fechada e conservadora como teve durante o tempo em que Salazar foi Presidente do Conselho de Ministros. A influência que Marcelo Caetano teve na Assembleia Nacional, tal como a tentativa de afastar a oposição foi um dos motivos para o regime não se ter aguentado durante muito tempo, ou seja a Política de Repressão já não estava tão forte como fora anteriormente referido (MENDES, 2020).

CAPÍTULO III - A DIPLOMACIA PORTUGUESA

1. Rui Patrício e o relacionamento com os Diplomatas Portugueses

Rui Patrício, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal durante a Presidência do Conselho de Ministros de Marcelo Caetano teve como objetivo ter uma boa presença perante os organismos internacionais, as boas relações com os Estados Africanos, a atitude que podia ter tido face às duas superpotências que estavam divididas em blocos antagónicos que são os EUA e a União Soviética, o relacionamento com a Comunidade Económica Europeia, a relação com os países Europeus como a Inglaterra, França, Alemanha e Espanha, as relações especiais com o Brasil e as relações com outros países e regiões (CRUZ, 2012).

Os princípios gerais principais que se podem abordar em relação a este tema são que a Diplomacia Portuguesa devia obedecer e inspirar-se nas disposições da Constituição Política como através do artigo 1º em que se descrevia o território de Portugal da Europa à Oceânia e o artigo 5º que definia o Estado Português como unitário e com o poder de compreender regiões autónomas com uma organização político-administrativa adequada à situação geográfica e às condições do respetivo meio social. O artigo 4º afirmou que a Nação Portuguesa estabelecia um Estado independente, cuja soberania, una e indivisível, só pudesse reconhecer como limites a moral e o direito e o seu 2º parágrafo determinava que o Estado Português pudesse cooperar com outros no ponto de preparar e adotar soluções que interessem à paz entre os povos e ao progresso da humanidade e preconizar a arbitragem como meio de dirimir os litígios internacionais. O título VII da Constituição “Das Províncias Ultramarinas”, dispunha do artigo 133º: “Os territórios da Nação Portuguesa situados fora da Europa constituem províncias ultramarinas, as quais terão estatutos próprios como regiões autónomas, podendo ser designadas por Estados de acordo com a tradição nacional, quando o progresso do seu meio social e a complexidade da sua administração justifiquem essa classificação honorífica”. O artigo 136º determinava: “O exercício da autonomia das províncias ultramarinas não afetará a unidade da Nação, a solidariedade entre todas as parcelas do território português nem a integridade da soberania do Estado”. O princípio fundamental que resultava como corolário destas regras constitucionais era o da defesa diplomática da integridade do território nacional. Era esta também a diretriz prioritária da política externa do Governo presidido por Marcelo Caetano. O que estava em causa, no final dos anos 60 em Portugal, condicionando, ofuscando e sobrepondo-se a todas as outras opções, era a decisão

suprema de continuar ou não a política de defesa do Ultramar. Marcelo Caetano assegurou ao Chefe de Estado que escolheu a continuidade dessa política e procurou consagrá-la com o voto da maioria dos portugueses nas eleições parlamentares de outubro de 1969 (CRUZ, 2012).

A defesa do Ultramar foi um assunto importante e prioritário para a Diplomacia Portuguesa nos anos 60 e 70. Ela adaptava-se e melhorava conforme os cenários, regiões e ambientes que se podia estar e utilizar o mecanismo de atuação. Alguns objetivos essenciais, metas de estratégia e meios táticos de ação puderam decorrer desta diretriz básica como é o caso da colaboração com outros departamentos da administração pública portuguesa para assegurar a continuidade e a eficácia do esforço de defesa das Forças Armadas Portuguesas e para obter, conservar ou preservar fontes de fornecimento de certos equipamentos, tanto os de natureza militar como os meios de transporte aéreo, do combate aos apoios logísticos, financeiros e materiais aos movimentos antiportugueses, o impedimento do surgimento ou agravamento de conflitos com os países com territórios vizinhos, a não permissão de deliberações ou condenações de organismos internacionais com execução prática ou no terreno e a preservação da manutenção e desenvolvimento de relações económicas e financeiras com os países mais evoluídos de todos os continentes. A persecução destes objetivos implicava uma intensa atividade diplomática de esclarecimento e de argumentação em organismos internacionais e em outros fóruns coletivos, em contactos bilaterais com outros Estados e sempre junto dos meios políticos, económicos, financeiros, sociais e culturais dos respetivos países, mas também estando sempre perto dos meios de comunicação. Estes esclarecimentos tinham como objetivo mostrar as realidades do Ultramar Português no domínio político, económico e social (CRUZ, 2012).

A nível da posição perante os Organismos Internacionais permitiu mostrar a luta constante que a Organização das Nações Unidas teve contra a presença e a política de Portugal em África, daí ter utilizado mecanismos políticos e mediáticos para poderem-na ajudar a alcançar esse objetivo. A ONU teve muita dificuldade em resolver os litígios e os conflitos que estavam a ocorrer a nível internacional nas últimas décadas como foi o caso da Coreia ao Vietname, do Biafra ao Sudão, de Darfur à Bósnia, de Goa a Timor e do Tibete à Geórgia, logo teve o objetivo de ganhar energias para atacar a Política Portuguesa (CRUZ, 2012).

A defesa diplomática de Portugal na ONU (Organização das Nações Unidas) sempre foi feita de forma organizada para que os representantes e delegados especiais pudessem ser

especialistas num determinado assunto. Em resposta a estas acusações sem fundamento e às propostas de condenação, Portugal reagiu com calma de quem possui o direito de equidade. No discurso que Rui Patrício proferiu na ONU a 3 de outubro de 1972 num momento em que não estava presente o Ministro Português, permitiu-lhe desenvolver e explicar temas fundamentais para a defesa da Política Externa Portuguesa como o primado da paz sobre a guerra em que se pode afirmar que salvo a legítima defesa, individual e coletiva, toda a guerra é injusta e ilegítima, toda a guerra é condenável. As grandes conquistas da humanidade não foram o resultado da vitória das armas. Afirmou que a condenação do terrorismo deveria ser geral e incondicional, daí não haver bons nem maus terroristas, mas simplesmente terroristas. O princípio da generalidade da Lei e a ilegitimidade de medidas excepcionais tomadas contra um só país. Por fim, o princípio da não intervenção nos assuntos internos dos outros Estados que até permitiu existir uma questão feita por Rui Patrício que foi a seguinte: “E, amanhã na Guiné portuguesa, quando forem todos africanos os que defendem a causa portuguesa, e forem só constituídas por cubanos e outros salteadores internacionais nas brigadas comunistas que os ataquem, ainda serão esses os movimentos de libertação e os primeiros exércitos de ocupação? Um dos temas debatidos com a ONU foi o princípio de autodeterminação em que Portugal era acusado de não respeitar (CRUZ, 2012).

A participação de Portugal na NATO foi vista como participativa por parte dos seus membros a nível dos trabalhos e reuniões. Portugal mantinha uma Missão Permanente em Bruxelas que era a sede da Organização, chefiada por um diplomata com categoria de Embaixador e que pudesse estar representada nos organismos políticos e nos comités militares. Tiveram uma excelente colaboração com a aliança nomeadamente na intervenção e acompanhamento das negociações fundamentais que estavam em curso como foi o caso da União Soviética e do Pacto de Varsóvia (MBFR - *Mutual Balanced Forces Reduction*/Redução de Forças Equilibradas Mútuas e SALT - *Strategic Arms Limitation Talks*/Palestras de limitação de armas estratégicas). Portugal quis avisar a NATO (Organização do Tratado Atlântico Norte) e os seus membros nas reuniões em que estava presente para lhes informar da estratégia mundial da União Soviética e para a conveniência de acautelar a defesa das posições e dos interesses dos países ocidentais no Hemisfério Sul, região não coberta pelas regras da Aliança. Nesse sentido, foi de salientar a importância das posições portuguesas para a defesa do Ocidente (CRUZ, 2012).

A Relação de Portugal com os Estados Africanos pode ser vista através do relacionamento de Portugal com os Estados desse Continente em que onde havia mais amizade e total cooperação era com a República da África do Sul, a Rodésia, a Suazilândia e o Malawi.

Os Estados com um relacionamento normal e correto era com Marrocos. Os Estados com atitudes equívocas, variáveis ou evolutivas eram o Senegal, o Zaire e a Zâmbia. Os Estados considerados hostis e com bases de agressão perigosos para o nosso território eram a Guiné-Conakry, a Tanzânia e o Congo-Brazzaville. Os Estados que eram adversários do nosso tipo de política, mas com limites e com um certo tipo de atitudes amigáveis e de boas relações como a Costa do Marfim e a República Malgaxe e os que podem ser mais hostis são a Líbia e a Argélia (CRUZ, 2012).

A síntese dos princípios, objetivos e diretivas da nossa diplomacia africana dentro da diversidade das situações existentes são a eliminação ou diminuição dos apoios logísticos, materiais e humanos dos países limítrofes aos movimentos antiportugueses. O impedimento da ocorrência ou amplitude de incidentes com forças ou elementos oficiais daqueles países que provocassem conflitos abertos com determinados Estados, daí evitar o crescimento das guerras em África. A exploração do diálogo com esses países, valorizando o respeito pelas conceções e regimes políticos de cada um e a não interferência nos assuntos internos de cada um. O empenho da luta contra a fome, miséria, doenças e subdesenvolvimento em África em vez dos ataques e da violência. Por fim, a realização de cooperações económicas com os países desse continente (CRUZ, 2012).

O relacionamento com as Superpotências pode ser visto como uma modificação geral da política americana em relação a África no Governo de Nixon. A atitude em relação a Portugal foi diferente da era Kennedy. A fricção criada no relacionamento luso-americano pela emenda *Tunney-Young* ficou evidente durante a visita a Lisboa do sub-Secretário de Estado para os assuntos africanos, David Newsom, no início de 1973. Ainda que agindo sem um mandato específico da Casa Branca, Newsom procurou por seu lado convencer os portugueses a conceder a autodeterminação às colónias, afirmando que os EUA consideravam que os seus interesses, bem como os de Portugal, corriam um risco cada vez maior numa África polarizada. Por coincidência, poucos dias depois deste "ultimato" do ministro dos Negócios Estrangeiros, iniciou-se a guerra israelo-árabe do Yom Kippur que colocou os Açores no topo da agenda externa dos Estados Unidos. Conscientes deste problema estratégico cimeiro e do apoio da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) ao Cairo e a Damasco, uma semana depois do início do conflito os EUA (Estados Unidos da América) prepararam uma operação de grande envergadura destinada a fornecer armamento ao governo israelita. Contudo, todos os membros da NATO, bem como a Espanha, que recebiam cerca de 80% do petróleo árabe, recusaram-se a autorizar o reabastecimento dos aviões americanos no seu território, não deixando à Administração Nixon outra alternativa senão dirigir-se às autoridades portuguesas solicitando

autorização para utilizar a base das Lajes. Sentindo-se abandonado por Washington e percebendo a oportunidade aberta pela guerra do Yom Kippur, Marcelo Caetano começou por rejeitar o pedido americano (CRUZ, 2012).

Rui Patrício afirmou que é uma honra representar o governo do seu país no Acordo entre Portugal e as Comunidades Europeias de 22 de julho de 1972. A experiência dos últimos anos preparou para a tarefa que se pode ter. Neste espírito de iniciativa e de progresso, creio que se deve valorizar o desejo que é de Portugal em que se pode ver a cooperação europeia alargar-se também a áreas que são essenciais para Portugal. Ao longo das negociações, sublinhou-se o peso da nossa agricultura no comércio externo português e a importância para Portugal de ver respeitado o princípio de não recuar no grau de liberalização das trocas já alcançado na Europa. Por outro lado, a admissão do carácter evolutivo do acordo com a CEE permite antever que o objetivo de criar uma Europa verdadeiramente solidária será atingido para o bem comum nos próximos anos (CRUZ, 2012).

Rui Patrício afirma que: “cresceu o alarido demagógico anti-português nas várias comissões, criadas e alimentadas pela ONU (Organização das Nações Unidas), com o objetivo de perturbar a paz nas regiões meridionais do continente africano e de impedir o projeto dos seus habitantes” e refere a “hipocrisia que as Nações Unidas adotaram como norma de conduta e que no fundo vai minando a própria organização”.

Rui Patrício afirma que: “vínhamos assistindo com pesar à progressiva degradação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e fomos obrigados a suspender qualquer contribuição financeira para aquela organização”.

Mais recentemente chamamos a atenção para a preocupação com que Portugal encarava a presença e orientação da UNESCO, salienta o facto de Portugal não ser convidado para as conferências e reuniões internacionais organizadas pela organização, referem os contínuos ataques à situação das províncias ultramarinas portuguesas, o convite a todos os Estados-membros para suspenderem toda a cooperação com Portugal um convite aos Estados membros para prestarem uma atenção particular aos problemas da juventude em luta contra o domínio colonial, a discriminação racial e a opressão do governo português vê com a maior inquietação, lamenta e levanta as sérias objeções a estas atitudes contra um Estado membro da UNESCO. Referência ao facto da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) estar a financiar movimentos terroristas antiportugueses, com o pretexto de auxílio à educação obrigam-nos, porém à atitude mais drástica. Vamos retirar-nos na organização e nesse sentido instruímos o

representante que ainda mantemos em Paris, junto da UNESCO, para que abandone os respetivos trabalhos e avise em conformidade o diretor geral da organização. Salienta que a "opinião pública portuguesa foi ferida nos últimos meses por notícias que profundamente chocaram os sentimentos da nação tratava-se de contribuições financeiras por parte de instituições provadas estrangeiras aos movimentos terroristas antiportugueses, ou seja às brigadas internacionais comunistas que flagelam as populações das nossas províncias ultramarinas. Concretamente o Conselho Mundial das Igrejas, a Federação Luterana Mundial e uma fundação inglesa parecendo a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) a que mais simpatias mereceu mais recentemente o partido trabalhista britânico anunciou também que contribuía". Rui Patrício afirma que "só o desprezo completo pelos interesses dos africanos explicará o incitamento constante à luta e à destruição por parte dos imperialismos estranhos ao seu continente. E também se compreende que estes imperialismos encontrem apenas obediência servil no que de mais atrasado e primitivo se encontre em terras africanas. Desenha-se uma distinção entre uma África consciente, evoluída, progressiva, pacífica e senhora dos seus destinos e uma outra ainda infelizmente retrógrada, agressiva, desordeira e neocolonizada" e "Portugal sempre tem defendido o espírito de concórdia e de diálogo em África". Rui Patrício tece comentários sobre as negociações entre Portugal e a CEE (Comunidade Económica Europeia), afirmando que estão praticamente terminadas as conversações exploratórias que a delegação portuguesa tem mantido com a comissão das Comunidades Europeias. Estas conversações seguiram-se à apresentação formal do pedido de negociações por parte de Portugal e à decisão das comunidades de admitir desse pedido. Idêntico processo se estabeleceu para os outros países membros da EFTA (Associação Europeia do Comércio Livre), que tal como Portugal não são candidatos à adesão às comunidades, mas estão interessados noutras formas de ligação com o mercado comum. As respetivas conversações exploratórias têm decorrido paralelamente às nossas e salienta a cooperação de Portugal com a ideia da Europa (CRUZ, 2012).

O relacionamento de Rui Patrício com Países Europeus pode ser definido e exemplificado através da relação com países importantes como o Reino Unido, a França e a Espanha. O relacionamento com o Reino Unido não foi muito favorável ao país porque houve um problema rodesiano e do bloqueio do Porto da Beira a nível do plano formal. Para este novo ambiente, contribuiu a ação do Embaixador António Faria. As visitas do Príncipe Felipe a Portugal e do Presidente do Conselho Marcelo Caetano a Londres em julho de 1973 serviram para comemorar os seiscentos anos da aliança anglo-lusa. O alarido mediático fez-se à volta do pretense "massacre" de Wiryamu que não diminuiu o

significado da presença de Marcelo em Londres. As excelentes relações mantidas com o Embaixador Britânico em Lisboa da qual houve uma apreciação favorável às posições portuguesas permitiu a transmissão da iniciativa que resultou dos contactos com uma delegação do PAIGC no primeiro trimestre de 1974 (CRUZ,2012).

Quanto à França, teve uma posição de relevo no conjunto das relações externas de Portugal, não só pelas posições em assuntos políticos ou económicos internacionais e de fortalecimento de natureza estratégica, como pela qualidade e intensidade do relacionamento cultural e social dos dois países. Convém ressaltar que houve excelentes relações com o Governo de Pompidou, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Maurice Shumann e de Defesa, Michel Debré. O Governo de Pompidou ficou marcado pela defesa da língua e cultura francesa no mundo, daí ter havido um ambiente de cooperação e reciprocidade na matéria. Os incidentes com o Senegal, na região de Casamança, criaram alguma tensão nos primeiros meses de 1970, mas o assunto melhorou após a visita de Maurice Shumann a Lisboa em junho de 1970. A França tomou uma posição favorável a Portugal nas Nações Unidas e nos organismos internacionais (CRUZ,2012).

A Alemanha foi um país importante para a Política Externa Portuguesa por causa do dinamismo que foi dado à Economia e a posição que teve no Comércio Externo Português e a fonte de investimento em Portugal. As boas relações entre os dois países foram importantes durante a fase do financiamento da Barragem de Cahora Bassa. Foi um extraordinário empreendimento para o progresso económico da província de Moçambique. Em maio de 1970, Rui Patrício teve uma reunião da NATO (Organização do Tratado Atlântico Norte) em Roma a propósito deste tema em que se reuniu com os Ministros Maurice Shumann e Walter Schell. A defesa da barragem de Cahora Bassa foi uma grande vitória da Diplomacia Portuguesa (CRUZ,2012).

A Espanha permitiu a existência da continuidade de uma boa política de vizinhança entre os dois países e na permissão de estabelecer uma ampla cooperação entre os dois países nos vários domínios económicos e culturais. Em maio de 1970 foi assinado em Madrid um Protocolo adicional ao Tratado de Amizade e Não Agressão entre Portugal e Espanha em que as relações pessoais de Marcelo Caetano com López Rodó foram importantes neste assunto (CRUZ,2012).

Marcelo Caetano deu muita importância às relações Luso-Brasileiras dando importância à “Comunidade Luso-Brasileira” em que apoiaram ação da criação de numerosas e valiosas instituições pelos portugueses do Brasil e que promoveu a celebração de acordos

e formas de cooperação nos domínios cultural e económico. Foi importante a assinatura do acordo sobre a dupla tributação entre os dois países. A figura do Chanceler Brasileiro Mário Gibson Barbosa e ação do Embaixador Português José Manuel Fragoso foram importantes para o bom entendimento e clima com o prestigiado Marcelo Caetano. Os dois eventos de grande projeção que devem valorizar são a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses e em 1972, a entrega ao Brasil dos restos mortais do rei D. Pedro IV de Portugal e o Imperador D. Pedro I do Brasil (CRUZ,2012).

Rui Patrício rejeitou as críticas sobre "pretensas hesitações e flutuações" da política externa de que foi o principal rosto.

Pelo contrário, acentuou que ela foi caracterizada por: uma coerência absoluta e total” e justificou-se com a recusa em manter "conversas ou negociações com os chamados movimentos de libertação". Operavam, afinal, em "territórios que constituíam a nação portuguesa" (CRUZ,2012).

As pretensas hesitações e flutuações da política ultramarina e da política externa de Marcelo Caetano podem ser vistas com as opiniões que Marcelo Caetano teve anteriormente sobre unidade nacional, uniformidade ou diversidade de regimes jurídicos e políticos ultramarinos, a manutenção de uma absoluta, completa e uniforme coerência em atitudes, declarações e instruções sobre a defesa militar e política do Ultramar Português durante todo o Governo de Marcelo Caetano e o relevo dado ao progresso social na política de autonomia progressiva preconizada por Marcelo Caetano para as províncias ultramarinas em que objetivo era desenvolver a defesa militar das fronteiras e a pacificação dos seus territórios já que a sua evolução política estava a ser fraca e artificial. Outro ponto importante era a definição do Estado Unitário, Federação, União ou Confederação que foi um substrato social, económico e cultural que pudesse aglutinar as pessoas e unir os territórios que faziam parte da Nação Portuguesa (CRUZ,2012).

Conversar ou negociar com “os movimentos de libertação” foi uma questão deixada por Rui Patrício em que teve como respostas a orientação de não aceitar a internacionalização do problema ultramarino, o diálogo ou negócio com os “movimentos de libertação” pela via diplomática que equivaleu reconhecer a personalidade ou capacidade internacional daquelas entidades em que poderão oficializar e legitimar o apoio dos organismos internacionais e de outros Estados, a conceção e afirmação constante da não representatividade daqueles movimentos em termos nacionais ou populacionais, o apoio das potências comunistas e a identificação dos movimentos com a ideologia do

comunismo internacional, o risco de renegar perante a opinião pública interna e externa, os princípios proclamados e a orientação seguida e herdada do Governo anterior, a maior coerência com os princípios de outras soluções e o problema essencial ou fundamental não ser a política externa ou a diplomacia. A posição de Rui Patrício não era da imobilização, ou seja, não era no plano internacional que se decidia ou deveria decidir o problema e o futuro do Ultramar Português. No plano das Relações Internacionais, devia-se continuar a defender a não interferência externa e evitar a internacionalização de África. Isto não significa imobilizar totalmente. Têm que continuar a acelerar a política ou estratégia de desenvolvimento e evolução das províncias ultramarinas em todos os campos e direções. A negociação e o diálogo têm de ser internos e processar-se a nível do território nacional como já aconteceu com contactos e conversar com elementos da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e membros de outros movimentos (CRUZ,2012).

Outra pergunta foi se a missão “Villas-Boas” e o contacto com o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) em fevereiro de 1974 poderiam ser uma “solução diferente” para a Guiné? Daí a resposta ser que a missão em Londres possa ter sentido de exploração a nível da iniciativa inglesa. O Embaixador do Reino Unido veio frisar a importância do contacto com o PAIGC em Londres. Villas-Boas foi escolhido para Embaixador, daí ser um cargo de elevada responsabilidade e em que se viu com dificuldades de impor limites aos temas e às conversas da qual não foram assumidos compromissos. A questão da Província da Guiné foi complicada e pretendeu mostrar que essa mesma guerra tinha atingido patamares difíceis, daí ter feito com que o moral das tropas pudesse ser de forma derrotista já que estava totalmente influenciado pela disseminação das suas ideias a esse nível e por uma total solução “spinolista” na forma encontrada para a resolução de um problema. A solução para Guiné tinha de ser encarada de forma diferente em que se pudesse haver uma abertura possível no canal de negociação a nível das principais oportunidades. Por vezes, a realidade é mais forte que os princípios, ou seja, os princípios têm de se adaptar às realidades (CRUZ,2012).

Por fim, também se questionou ao Governo de Marcelo Caetano a nível da política e da Nação que estava a governar. A questão foi se houve um Fracasso de uma Política ou Autoderrota de uma Nação? As críticas, acusações e condenações feitas em relação ao Governo de Marcelo Caetano quer a nível de uma Esquerda ideológica e fanaticamente adversa, quer advindas de uma Direita frustrada e rancorosa, foram avolumadas após o Golpe de Abril de forma estridente como sempre acontece na vida e na narrativa histórica dos contemporâneos em relação aos derrotados em conflitos militares ou vencidos em

pugnas políticas. A nível das críticas, tiveram essas mesmas a nível da opinião pública internacional e condenados em organismos internacionais como a ONU ou expulsos de outros como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e em que pudessem estar isolados diplomaticamente e do convívio com outros povos. Em matéria de tradições, podiam dar continuidade a um passado de expedições coloniais, de escravidão e trabalho forçado, de discriminação racial e de colonização branca imposta. Assim recusavam-se a seguir o exemplo de nações mais prósperas e evoluídas como a Inglaterra, a França, a Bélgica e a Holanda e de grandes figuras políticas mundiais como De Gaulle e Attlee. A Guerra Colonial impôs sacrifícios desmedidos aos jovens portugueses, vitimados nas próprias vidas ou na sua integridade física ou que até podem ser prejudicados nas suas carreiras profissionais. O esforço de defesa poderia arruinar as finanças, impedido o crescimento económico e estar impelido à emigração dos jovens a nível dos despovoamentos dos campos. O Regime Marcelista não tinha evoluído, mas regredido, ou seja, podia continuar a manter a Censura, proibir os partidos, falsificar as eleições e apenas mudar o nome da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). Do outro lado do espectro político, as críticas eram inversas, mas igualmente duras. O Governo de Marcelo Caetano carecia de autoridade, não tinha poder de decisão e era incoerente nas suas atitudes ao acenar com a progressiva autonomia das províncias ultramarinas, daí repudiar o carácter sagrado da unidade da Pátria e abrir a porta a todas as cedências e renúncias. Isso não foi suficiente duro na repressão das atividades sediciosas e na permissão da infiltração das suas fileiras e em postos de comando políticos, militares e económicos de elementos adversos à política ultramarina. Isto comprometeu o esforço de defesa e retirou o sentido de luta aos combatentes.

Durante o ano de 1974, a situação de Portugal a nível interno e externo estava longe de ser alarmante. Nenhum exército de Estado ameaçava Portugal de invasão. As deliberações da ONU que estavam cada vez mais ruidosas, continuaram a ser ineficazes como dantes. As relações económicas e financeiras processaram os países que interessavam. A nível da defesa, a situação estava controlada pelas autoridades portuguesas em toda a extensão dos respetivos territórios como foi o caso quase inteiro de Angola, com limitações em Moçambique e com maior dificuldade na Guiné. A guerra subversiva produziu vítimas em quase todos os campos. O que se tornou evidente para todos os observadores foi o crescimento económico e o progresso social em todos os territórios africanos portugueses que foi fruto de uma política de desenvolvimento bem orientada. Por exemplo, em Angola estavam criadas as condições para um crescimento explosivo a nível do resultado da produção de petróleo e de outros minerais e da

diversificação e do incremento do produto interno agrícola, industrial e dos serviços. No final do Governo de Marcelo Caetano, viram-se a evolução do progresso nos territórios africanos de Portugal nos planos político, económico e social (CRUZ,2012).

A nível do Portugal da Europa, a economia crescia a um ritmo bem superior ao de épocas passadas ou futuras. Havia uma situação do quase pleno emprego. As finanças do Estado estavam equilibradas, a dívida pública era reduzida e a carga fiscal era bem superior à que se verificava atualmente. A emigração para os países evoluídos do Centro e Norte da Europa foi motivada por desequilíbrios históricos de desenvolvimento e assim pôde continuar até desaparecer uma motivação política a este nível. A pergunta que se pode colocar é se Marcelo Caetano podia ter ilusões sobre o carácter, o patriotismo e o espírito combativo de alguns portugueses, mesmo sendo muitos deles comprometidos com a política seguida por ele. O discurso apelado por Marcelo Caetano foi proferido da seguinte forma, ou seja: “Perante este enorme desafio da História há uma só palavra que vos posso dizer: unidade... Unidos somos uma força. Mais ainda em casa própria e lutando por uma causa justa. Unidos podemos encarar com coragem o correr dos tempos e construir a vitória”. Isto significa que as ambições pessoais e de grupo, a inveja e o ciúme, a vaidade e o despeito, a dúvida e a descrença, a inércia e a inépcia, a intriga e o conchavo são ingredientes que em períodos de crise moral se disseminam largamente na sociedade portuguesa e que já contribuíram também noutras épocas para desastres da História de Portugal. O Governo de Marcelo Caetano que era constituído por personalidades de diversas origens e formações, eram frequentes e incentivadas pelo Presidente em que possuíam pontos de vista diferentes, discussões acaloradas e divergências sobre rumos a seguir. O mesmo comportamento e atitude de espírito teve como Presidente do Conselho nas suas relações com funcionários e autoridades com outros escalões do Governo e da Administração Pública, tal como a nível dos Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas e de outras lideranças políticas, militares e sociais. A política podia ser definida e aprovada, mas a ela só lhe restava uma atitude política e eticamente aceitável em que se podia executá-la com lealdade e dedicação ou em demitiam-se da sua função (CRUZ,2012).

Convém referir que a Derrota da Nação não tinha sido definitiva já que após a Presidência de Marcelo Caetano, houve grandes feitos a nível da cooperação e ajuda a vários países de Língua Oficial Portuguesa. Os exemplos significativos são o desenvolvimento e evolução da cultura portuguesa no Brasil e no papel que ela pode ter a nível do mundo contemporâneo, a cultura da Mandioca introduzida em África e que já salvou milhões de africanos da fome e em países como Angola e Moçambique, erradicar o paludismo e criar

serviços de saúde e de investigação cuja ação fez com que os resultados pudessem perdurar. A nível de países como Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor, pode ser vista a importância da obra valiosa de cooperação a realizar investimentos, assistências técnicas e colaborações no aperfeiçoamento das instituições e sistemas políticos e jurídicos. Os Brasileiros e Portugueses podem-se juntar para trabalhar e desenvolver a cultura em África (CRUZ,2012).

A ação das Forças Armadas não deixou ressentimentos profundos, mas antes a lembrança da sua ação promotora de progresso social. As grandes obras que construímos são os portos, caminhos-de-ferro, estradas e barragens em que podem ter sido em parte destruídas, mas poderão ser reconstruídas pelo trabalho conjunto de Portugueses Brasileiros e Africanos. Por fim, foi possível mostrar que se pode competir com êxito com a operosidade quase mecânica dos chineses e com o capital e a técnica sem alma de outros países. A Língua e a cultura comuns constituem um imenso capital num universo de 250 milhões de “locutores portugueses” (CRUZ,2012).

2. Embaixador José Manuel Villas-Boas – Os tempos de infelicidade e precipitação

O período de transição de Salazar para Marcelo Caetano foi muito difícil já que a herança que o Professor Marcelo Caetano recebeu do Estado Novo era pesada, tendo em conta a forma como Portugal estava a ter no relacionamento com as colónias africanas e por ter sido condenado por resoluções agressivas nas Nações Unidas e noutras organizações internacionais. A primeira fase de Marcelo Caetano foi dura já que achou que era urgente introduzir reformas na Política Externa, utilizando para tal o instrumento da diplomacia portuguesa. A execução das reformas e o respetivo *timing* foi difícil de calendarizar. Marcelo Caetano tinha ideias definidas sobre o Ultramar e não podia ignorar as fortes correntes integracionistas existentes no país. A diplomacia no tempo de transição executou as instruções recebidas do Governo, orientada no sentido de lutar contra a opinião e atitudes mundiais no que respeita à política colonial portuguesa. A “angústia” caracterizou a diplomacia da transição marcelista, em que o fator “tempo” era determinante. A situação política de Portugal era insustentável e o prazo para a remediar era curto. A nível da “Hesitação”, Marcelo Caetano viu-se travado pelos integracionistas dos quais se podia salientar “Américo Thomaz”. Marcelo Caetano era indiferente a qualquer forma de negociação com os movimentos de libertação e manteve o princípio de conservar Portugal como uma nação unitária e pluricontinental. Para o final do Consulado, Marcelo Caetano estava consciente que faltava pouco tempo para introduzir

as imprescindíveis reformas. Por outro lado, a necessidade de evitar a determinação da situação induziu a preparação de um golpe militar que conduzisse o país à desordem. As reformas podiam ser ultrapassadas e inutilizadas pela velocidade da evolução da política internacional com olhos postos e armas apontadas ao colonialismo português. Os elementos que referi a nível da angústia e aparente hesitação, leva-nos a outro aspeto do problema que é a possível “ambiguidade” na linha de Política Externa do Presidente do Conselho. Alguns autores referem ideias e textos legislativos que não terão sido bem redigidos em que para elas se podem extrair conclusões diferentes, adequadas ao que pode acontecer no momento. A linha política do Professor Marcelo Caetano em que se podem falar da política externa e da sua execução diplomática, pareceu-me sempre lógica e clara, como excelente académico que sempre foi. A Política Externa Portuguesa já sofria ataques desde 1971, logo o pensamento Marcelista não se podia deixar afetar. As decisões tomadas de forma *ad hoc* e precipitadas. O padrão de diplomacia portuguesa no período de transição marcelista foi um movimento de comparação com o imobilismo dos últimos anos do Estado Novo. Isto tem a ver com a “política ultramarina”. A verdade é que voltou a nascer a palavra “esperança” e aí permitiu a concessão da “Primavera Marcelista” a nível da diplomacia portuguesa. Marcelo Caetano quis desenvolver o país a todos os níveis, mas só o surto económico do país lhe sustentou o ânimo até 1972, mas a partir, de 1973 começou a piorar. Em 1974, a amargura do Presidente do Conselho era evidente e foi assim que partiu para o exílio no Brasil. Marcelo Caetano procurou uma solução racional para o problema ultramarino em que ao afastar-se das teses integracionistas, foi-se aproximando do ideário federalista. A política marcelista da “autonomia progressiva e participada” era afinal a negação dos princípios integracionistas e uma porta aberta para outra solução do problema ultramarino. A situação económica era favorável até 1972, mas a posição de Portugal relativamente à Política Externa era negativa e insustentável. A “autonomia progressiva e participada” das colónias era o caminho certo para a independência política. As visitas à Costa do Marfim e à República Centro Africana em 1971 e 1972 foram importantes para a carreira Diplomática do Embaixador Villas Boas (CRUZ,2012).

O ano de 1974 foi terrível para a política externa marcelista em que os ataques a Portugal e a sua política ultramarina redobraram-se de violência sobretudo nas Nações Unidas e a situação interna começou a ficar com problemas que foram levantados por algumas chefias militares e com a linha dura mantida pelo Presidente da República. Nesse ano, José Manuel Villas-Boas continuava como Cônsul-Geral quando foi chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros onde foi recebido pelo Ministro Dr. Rui Patrício

que foi acompanhado pelo Embaixador Freitas da Cruz, Diretor-Geral dos Negócios Políticos. Propôs-lhe uma ida a Londres para se encontrar sob auspícios do Foreign Office e com representantes do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) (CRUZ,2012).

As reformas de Marcelo Caetano na política ultramarina mesmo sendo cautelosas e centradas no aspeto administrativo, orçamental e fiscal das províncias ultramarinas, pudessem ter conduzido a uma descolonização negociada em relação à atitude que por algumas vezes se manifestou quanto à eventualidade de um entendimento direto com os chamados movimentos de libertação. O que é importante recordar é que ao ser uma decisão ou não de desespero perante a situação militar na Guiné onde a guerra estava perdida como consequência da utilização pelas Forças Armadas obedientes ao Governo de Madina do Boé dos mísseis soviéticos terra-ar *Strella* em que as instruções foram para conseguir um cessar-fogo a curto prazo, mas procurando manter as conversas vivas por forma a evitar a tomada de decisão imediata de natureza política. Não lhe foi limitado o uso de argumentos, a liberdade de discussão que poderia inclusivamente chegar à oferta, embora sem uma data definida da independência da Guiné. Não iria haver nenhum argumento aceite pela discussão dos representantes do PAIGC por forma a obterem o ambicionado cessar-fogo que era o principal objetivo das conversas de Londres (CRUZ,2012).

3. A importância da integração europeia para Portugal

A década de 60 foi considerada como “a época de ouro” da economia portuguesa que desenvolveu níveis nunca antes atingidos. A política africana começou a ter problemas sérios, mas na metrópole o clima geral era de grande progresso económico e social. A economia desenvolveu-se através do setor industrial em que o novo clima de desejo de modernização e eficácia foi um dos seus principais objetivos. Através do Embaixador Ruy Teixeira Guerra, líder incontestado do entusiasmo europeu, começaram a surgir repetidas manifestações de uma abertura às realidades de uma nova Europa. A nível do Governo, o Dr. José Gonçalo Corrêa de Oliveira acompanhou sem hesitações os esforços que nesse sentido se iam fazendo, dando-lhes a cobertura política necessária. A par desta realidade, surgiam constantemente novas manifestações pró-europeias. Neste quadro, deve-se salientar o nome do Dr. José da Silva Lopes, companheiro inseparável do Embaixador Ruy Guerra, a quem sempre prestou um apoio técnico incomparável. Este foi quadro geral da economia no fim dos anos 60. Marcelo Caetano definia-se como

conhecedor profundo do ambiente europeu e teve como objetivo criar uma grande abertura para os cenários europeus. No dia 12 de março de 1970, é criada, no âmbito da Presidência do Conselho e dos Ministérios da Economia e Finanças e dos Negócios Estrangeiros, uma Comissão encarregada de proceder o estudo da situação presente e das possibilidades futuras no que respeita aos processos de participação do país nos movimentos que têm como principal objetivo a integração económica da Europa. A Comissão presidida pelo Embaixador Ruy Guerra e tendo o Embaixador José Calvet Magalhães como Vice-presidente, foram nomeadas figuras de muito prestígio nos meios económicos. A composição da Comissão revelava a preocupação de a ela assegurar uma enorme independência, fator que a par do prestígio pessoal e profissional das figuras nelas notáveis, veio contribuir para o seu valor. A abertura e o espírito que veio melhorar a Europa foi vista através de vários pontos de vista diversos no plano económico como político em que eram defendidos com total isenção. Isso marcou a Comissão. A Comissão produziu de forma extensa e detalhada um relatório que foi entregue ao Governo no dia 26 de setembro de 1970. O relatório defendeu a possibilidade de solicitar a negociação de um Acordo de Associação à CEE (Comunidade Económica Europeia) em que se pode limitar a metrópole e acrescentar uma plena consciência das enormes dificuldades que podem ser vencidas para conseguirem alcançar um grande resultado. Também se salientou neste Relatório que mesmo que não se conseguisse alcançar tudo o que parecia importante, a melhor solução seria colocar uma solução incompleta do que existir um isolamento total. O relatório da Comissão não ficou conhecido através dos seus detalhes, mas com o tempo, tornou-se uma peça de grande valor e utilidade nomeadamente pelo quadro realista que se traçou a nível da economia nacional. Foi com base neste relatório que começaram as primeiras conversações com a CEE (Comunidade Económica Europeia). Essas conversações duraram meses, das quais fizeram com que resultasse a assinatura a 22 de julho de 1972 do Acordo entre as Comunidades Económicas Europeias e Portugal e do Acordo entre os Estados Membros da CECA (Comunidade Económica do Carvão e do Aço) e Portugal. Essas conversações ficaram presentes na memória de um modo particular. O primeiro embate da Comissão da CEE (Comunidade Económica Europeia) foi muito duro. Portugal nunca tinha enfrentado uma negociação tão complexa e difícil em que tudo foi discutido num âmbito que não foi muito amigável até a um certo pormenor. Os trabalhos foram duros, mas muito úteis (CRUZ,2012).

O caminho que se percorreu a nível do processo de cooperação e integração nas últimas décadas foi importante para mostrar que Portugal esteve sempre ativo e disciplinado em relação a este processo com visão focada no pensamento dos mentores da Europa. O autor

nunca acreditou que este entendimento entre Portugal e a Europa fosse possível, logo a sua surpresa ficou vista no seu texto. Os Acordos de 1972 foram muito relevantes e trouxeram-nos muitas vantagens para a abertura que poderia existir a este nível durante o Governo de Marcelo Caetano que ocorreu entre 1968-1974. No ano de 1972 não se fez nada novo, ou seja, houve uma continuidade. Neste campo não podia ser de outra forma porque não havia diferenças de concepções políticas a nível da esfera e do empenho da sua ação em relação ao entendimento de vários meios portugueses com mais informação. A Diplomacia Portuguesa teve iniciativas e negociações muito longas e intensas. As diligências por parte dos seus parceiros estavam na fase das conversações formais junto dos países que estavam do outro lado da mesa já que ocorreu numa altura muito importante da atividade diplomática portuguesa. A opinião pública não esteve totalmente atenta ao que se ia passando em relação a este assunto, mas a ação diplomática foi intensa e até fez com que se pudesse dar uma liberdade de ação e de escolha aos negociadores portugueses que acabaram por aproveitar de forma boa e satisfatória o que foi dado (CRUZ; RAMOS, 2012).

Por fim, convém referir que as pessoas que estiveram envolvidas nessa matéria deram razões a Portugal para se sentirem bem com os interesses nacionais e com o que feito. Isso foi totalmente importante para o crescimento e desenvolvimento da Diplomacia Portuguesa. Os fatores e a forma como os Diplomatas Portugueses aproveitaram das situações em que estiveram presentes foi importante para a abertura que Portugal poderia ter a vir no futuro com vários países da Europa, do Mundo e com as várias Organizações e Instituições Internacionais como foi o caso da CEE (Comunidade Económica Europeia) que depois mudou de nome para União Europeia através do Tratado de Maastricht em 1992, a ONU (Organização das Nações Unidas) e a NATO (Organização do Tratado Atlântico Norte) da qual fazia parte e da qual permitiu criar excelentes relações de cooperação com os Estados Unidos. A Base das Lajes nos Açores foi um excelente exemplo para essa cooperação (CRUZ,2012).

4.A Operação Mar Verde e o seu impacto para Portugal

A Operação Mar Verde, na Guiné-Bissau, foi uma operação militar da Guerra Colonial portuguesa, no dia 22 de Novembro de 1970. Alpoim Calvão que possuía o cargo de Capitão-Tenente na área da Fuzilaria, foi responsável pelo Centro de Operações Especiais da Guiné-Bissau através da cooperação e ajuda do brigadeiro António de Spínola que era o governante militar deste território (MARINHO, 2006).

Esta operação que se definia como secreta e difícil permitiu mostrar o envolvimento do ataque de um pequeno número de homens à capital de um Estado com vários poderes já que a República da Guiné era um lugar imprescindível e importante para os rebeldes pertencentes ao PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. Portugal estava isolado do mundo por causa das dissidências negativas que Portugal teve com a Europa, ONU e África, daí Salazar ter proferido a frase de “Orgulhosamente Sós”. O orgulho no passado e na época dos Descobrimentos fez com que Portugal apelidasse as Colónias Africanas de Províncias Ultramarinas, daí querer mantê-las a todo o custo, mas só que havia um grande problema, era que as Colónias Africanas queriam a Independência e através desse ponto, criou-se uma Guerra Colonial imposta por Portugal em África em que o objetivo era impedir uma vitória das Colónias Africanas.

O sucesso desta Operação podia ser obtido de modo a não existirem vestígios, nem consequências para a participação das forças portuguesas no golpe, daí Portugal ter recorrido a mecanismos de defesa importantes como o uso de um uniforme diferente e invulgar e o uso de um armamento certo para a situação que se estava a viver no continente Africano e em que o objetivo era que fosse eficaz e relevante para a Guerra que estava a ocorrer. O armamento adquirido teve efeito no mercado paralelo como foi o caso do AK-47 (Avtomat Kalashnikova – 47) e do RPG’s (Ruchnoy Protivotankoviy Granatomyot). Uma curiosidade interessante é que os 6 navios que iam transportar os militares não tinham nenhuma informação conveniente e relevante em relação à identificação das pessoas presentes na Operação e os brancos passavam despercebidos a nível da identificação porque tinham o rosto pintado de negro e perucas de carapinha. Os militares presentes na Guerra assinaram um documento confidencial e juraram que nunca iriam falar desta Operação da qual não tem reconhecimento por parte do Estado Português.

O plano consistia em fazer um ataque anfíbio a Conacri que era capital da República da Guiné, da qual se delinearão os seguintes objetivos que foram: a destruição das lanchas rápidas presentes neste porto e que foram fornecidas pela União Soviética ao PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde dos quais se presumia serem ao todo entre 6 e 7 unidades sendo constituídas por mais de 25 metros e serem fortes no recurso ao lança-torpedos e mísseis. Esta missão foi conseguida com sucesso em que a Libertação de prisioneiros de guerra portugueses, sendo um deles o famoso piloto da Força Aérea Portuguesa, o tenente António Lobato que, após uma aterragem de emergência no seu North-American T-6, foi feito prisioneiro pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) em 1963. Esta missão também foi alcançada com sucesso.

O objetivo da implementação de um ataque com um grande intuito de destruir o quartel-general do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) em que podia haver a hipótese de capturar Amílcar Cabral, daí podermos ver que este espírito de organização e cooperação foi importante para alcançarem os seus objetivos. Esta missão teve um resultado satisfatório.

A urgência de destruir no aeroporto os caças *Mig-15* (Mikoyan-Gurevich-15) e *Mig-17* (Mikoyan-Gurevich-17) da República da Guiné foi importante para não sofrerem nenhum ataque por parte de um destes grupos durante a ocorrência da operação, mas apesar do rigor e disciplina nesta situação, o insucesso foi o resultado desta missão.

O desembarque dos opositores guineenses da Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné foi um objetivo totalmente valorizado já que os portugueses treinaram de forma dura e rigorosa esses militares, logo possuíram uma boa escola de complementação a nível da sua aprendizagem. A ilha de Songa, localizada no Arquipélago dos Bijagós foi o local certo e indicado para a intensidade dos treinos. Convém referir que esta tarefa foi árdua e teve de enfrentar vários obstáculos como foi o caso do esquecimento das guerras tribais e religiosas existentes entre eles, apesar da instrução ser semelhante à dos Comandos Africanos. A finalidade deste ato era o auxílio na imposição de um golpe de Estado em que o objetivo era retirar a vida do Presidente Sékou Touré em que o governo provisório estava presente num dos navios para poder observar de uma forma mais próxima os atos e pensamentos deste Governante. Esta missão não teve sucesso, mas um dos instrutores e líderes da operação foi Marcelino da Mata que tinha a função de furriel Comando Africano.

O sucesso e o orgulho na vitória nesta operação tinha de ser feito através da organização e implementação de um grande número de raids de comandos em simultâneo dos quais eram constituídos por equipas que tinham como objetivo alcançar um ponto específico, dos quais poderão ser exemplificados através da colocação da cidade sem luz e às escuras através da central elétrica, tentar entrar na emissora de rádio, eliminar Sékou Touré na sua residência e zona de conforto e destruir edifícios com importância e significado para o país. O plano não teve sucesso e acabou por não dar certo porque identificação dos 26 alvos foi um ponto essencial para esse insucesso, mas para além deste fundamento, há a justificação dos raids não terem apoio aéreo, nem uso de qualquer armamento bem complementado, daí ser possível ver que só poderiam alcançar o que pretendiam através de lanchas, barcos pneumáticos e armamento ligeiro. A proteção a Conacri em setembro de 1969 foi totalmente essencial e importante para Portugal devido à sua valorização a

nível marítimo e terrestre, daí poder-se ver a estratégia de Portugal para a sua Província Ultramarina, ou seja se algum barco se aproximasse do território, o navio hastearia a bandeira do PAIGC e para quem estava a tentar invadir por via marítima, só lhe eram mostrados marinheiros negros.

Os militares africanos compõem na sua maioria as forças portuguesas, dos quais podem ser vistos através do destacamento de Fuzileiros Especiais Africano 21 que possuíam 81 homens, a Companhia de Comandos Africanos com 150 homens, um pequeno número de Paraquedistas, os militares do FLNG (Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné) com aproximadamente 200 homens e alguns homens recrutados pelos conhecimentos e /ou bravura para esta difícil missão. No total seriam aproximadamente 400 homens (MARINHO). Convém referir que estes militares não tinham a noção das dificuldades que iam enfrentar já que iriam guerrear e lutar contra milhares de homens bem treinados e pertencentes às Forças Armadas da Guiné e que seguiam a linha e as ideias de militares checoslovacos. Os Guerrilheiros do PAIGC foram treinados pelos cubanos em Marrocos e na Argélia, mas quando chegaram ao Quartel da Guarda Republicana, aperceberam-se das dificuldades que iam enfrentar.

O ambicionado golpe de estado não foi alcançado, logo pode-se afirmar que a operação foi considerada como um insucesso. O comandante Alpoim Calvão não se sentia seguro e protegido por causa da não presença dos *Mig (Mikoyan-Gurevich)*, daí ter pedido o regresso das tropas para o protegerem e para mostrar força e determinação caso existisse algum ataque por parte destes aviões e em que não pudessem estar preparados para a sua defesa, mas também que pudessem ter influência na falta de apoio que pudesse ser dada aos combatentes do FNLG (Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné). Após este acontecimento, pôde-se ver que os pilotos não estavam em condições certas para enfrentarem estes combates.

A falta de apoio existente aos guerrilheiros do FLNG (Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné) não prejudicou o seu pensamento e ambição de querer avançar com a sua missão e objetivos, dos quais foi possível verificar através da incapacidade de derrube do regime em que a falta de apoio da população foi um exemplo eficaz e importante para o que pretendiam alcançar, mas também através do contra-ataque imposto pelas forças fiéis a Sékou Touré e em que o seu apoio era composto por um grande número de tropas cubanas. A duração de vários dias destes combates permitiram que a FNLG (Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné) sofresse um grande número de mortos e 100 desses seus membros tornam-se prisioneiros, são

torturados de forma dura e depois são executados e condenados à morte, tal como a fuga de vinte militares durante uma operação e que divulgaram o seu apoio ao PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) numa emissora de rádio e o objetivo de pertencerem ao seu partido, tiveram como castigo a tortura e a morte.

A operação relatada pelos prisioneiros e a revelação dos nomes dos seus mentores foram factos importantes e significativos, tal como o aparecimento de um escândalo internacional, explorado pelo regime da República da Guiné e que fez com que a queixa no Conselho de Segurança das Nações Unidas fosse apresentada. Sékou Touré fez uma análise e interpretação dos factos e achou o episódio significativo para poder liquidar vários adversários políticos, que lhe faziam oposição e possuíam ideias e pensamentos diferentes.

Pelo lado português, o balanço da Operação Mar Verde teve aspetos positivos e negativos. Em primeiro lugar, foram apenas registados três mortos e três feridos graves nas forças portuguesas contra cerca de 500 mortos das forças inimigas; a destruição da parte importante e substancial do material bélico do PAIGC e da República da Guiné; a libertação de 26 prisioneiros de guerra e 400 prisioneiros políticos guineenses. Alpoim Calvão soube da existência desta missão através de Marcelo Caetano que lhe garantiu que só a recuperação dos prisioneiros de guerra portugueses justificaria a operação.

Por outro lado, o insucesso pôde ser visto e referido com uma razão importante e justificável pelos Mig em grande parte não estarem presentes no aeroporto, mas também pela sua transferência ter ocorrido dois dias antes para outro aeródromo e pelo presidente não se encontrar na sua zona de conforto da qual só pôde ter aparecido esta informação através dos serviços de informação delineados e efetuados pela PIDE.

CAPÍTULO IV – A Política Externa de Marcelo Caetano relativamente aos EUA e NATO

1. Relacionamento de Marcelo Caetano com Johnson e Richard Nixon

Franco Nogueira que era Ministro dos Negócios Estrangeiros abordou o tema sobre os Estados Unidos da seguinte forma, ou seja, afirmou que “a política dos EUA, obcecados com a guerra do Vietname, caíra numa rotina indiferente no que toca a África e quanto a Portugal apenas de longe em longe havia um traço de hostilidade, ou de frieza, ou de desacordo.”

A existência deste desentendimento entre os Estados Unidos da América e Portugal não conseguiu ficar melhor, nem quando houve uma mudança na Presidência do Conselho de Ministros, ou seja a saída de Salazar e a entrada de Marcelo Caetano. A Administração Johnson concluiu que não iriam existir mudanças significativas na política interna e externa de Portugal como foi o caso da Guerra Colonial durante o Estado Novo (SÁ, 2008).

Franco Nogueira transmitiu de forma rápida e segura aos embaixadores do Brasil, Espanha, França, República Federal da Alemanha (RFA), Reino Unido, África do Sul e EUA (Estados Unidos da América) que “a política portuguesa para aos seus territórios ultramarinos não seria minimamente alterada, uma vez que esta não refletia uma visão meramente pessoal de Salazar, mas sim uma objetiva opção nacional na defesa dos verdadeiros interesses do país”.

Richard Nixon chegou ao cargo de Presidente dos Estados Unidos em janeiro de 1969 e ocorreu numa altura excelente para o relacionamento entre Portugal e os Estados Unidos já que a receção de Nixon ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira em Washington foi um exemplo significativo. Na reunião entre Nixon e Franco Nogueira, o Presidente Norte-Americano afirmou que “Portugal não merecia ter sofrido a pressão dos Estados Unidos relativamente à questão africana e que essas políticas não iam ao encontro dos interesses da América.”

Os Estados Unidos tinham desvalorizado e ignorado os regimes de minoria branca na África Austral e que fez com que o Secretário de Estado, Henry Kissinger afirmasse que “o continente foi remetido para o fundo da ordem de trabalhos da política externa americana”.

As boas relações entre os dois países estavam-se a desfazer já que o contexto das problemáticas equações estratégicas não estaria a ser benéfico para os Estados Unidos. As preocupações de Nixon em relação a este assunto tiveram como o motivo a rivalidade com o Bloco Capitalista da URSS em que no mundo estava-se a abordar o tema da dissolução da rigidez dois blocos-político-militares, o aparecimento da diplomacia triangular composta por Washington-Moscovo-Pequim e a obtenção por parte da URSS de uma estratégia vocacionada para uma certa área.

Os Estados Unidos estavam a começar a ter retrocessos e algumas modificações no âmbito dos assuntos de política Internacional como foi o caso do insucesso do Vietname que teve diversas consequências geopolíticas, o recuo da participação dos Estados Unidos a nível da Política Externa e as novas oportunidades que foram abertas ao expansionismo soviético. O insucesso na Indochina fez com que pudesse existir uma “guerra” entre o poder executivo e o legislativo e dividiu a sociedade americana como foi o caso da hostilidade da comunicação social à continuação do esforço militar na região e a contestação da opinião pública do país em Saigão. O caso *Watergate* também foi muito mau para a política e economia norte-americana.

A Presidência de Nixon foi mais benéfica para Portugal como foi o caso da diferença existencial do número de militares portugueses treinados pelos EUA da Presidência de Johnson para Nixon em que duplicou bastante. As vantagens do relacionamento de Portugal com Nixon foram a compra de vários Boeing pelas autoridades portuguesas como foi o caso do transporte das tropas para África, os investimentos americanos em Portugal e Colónias africanas que tiveram um crescimento de 183 milhões de dólares, em 1968 para 368 milhões em 1970. Este relacionamento com os dois países teve exemplos significativos como foi o caso da visita do vice-presidente Spiro-Theodore Agnew a Portugal para a negociação sobre a renovação da Base das Lajes, apesar da nova abordagem externa-norte americana de redução do investimento noutros países, devido ao esforço de guerra existente no Vietname e o aumento do Isolacionismo por parte de Portugal que fez com houvesse uma interligação do governo Norte-Americano com Portugal.

O bilateralismo existente entre os dois países ocorreu a 9 de dezembro de 1971 através de um novo acordo sobre os Açores que teve a assinatura do Secretário de Estado Americano, William Rogers e o ministro dos Negócios Estrangeiros português que alargou o período de utilização das Lajes pelos EUA até 3 de fevereiro de 1974. Washington ajudou Lisboa a nível financeiro como foi o caso de um reforço de 436

milhões de dólares ao cobrir os custos de 400 milhões de euros nos projetos que Marcelo Caetano propôs a Portugal, além de 36 milhões de euros que já tinham sido oferecidos para produtos agrícolas excedentários, material excedente e não militar do Departamento de Estado e um programa de reforma da educação portuguesa (SÁ, 2008).

O relacionamento luso-americano coroou-se como um ano de sucesso uma semana depois do acordo sobre os Açores em que Marcelo Caetano teve um encontro com Nixon e George Pompidou em Ponta Delgada para se debaterem os valores das divisas americanas e francesas. Paris resistiu uma visita de Nixon a França, daí terem realizado a cimeira nos Açores (SÁ, 2008).

A Administração Nixon teve grandes críticas como foi o caso do seu não interesse por parte da questão da autodeterminação das colónias portuguesas e o possível destaque e participação em grupos como *American Commmittee on Africa* e o *Black Caucus* e Charles Diggs que teve influência na Subcomissão para África da Câmara dos Representantes dos EUA. A ONU teve como interesse e foco a zona da Guiné-Bissau em que foi enviada um Comité Descolonização para essa área em que a sua fase de conclusão não ocorreu por causa de um “controlo administrativo real sobre a Guiné-Bissau” e a existência de um apoio à PAIGC.

Outros temas importantes que temos de sublinhar são o desentendimento entre Portugal e os EUA pela emenda *Tunney-Young* que ficou totalmente vista e confirmada com a visita do Secretário de Estado para os assuntos africanos, David Newson no início de 1973. Newson teve como objetivo convencer os portugueses a conceder a autodeterminação às colónias ao afirmar que “EUA consideravam que os seus interesses, bem como os de Portugal, corriam um risco cada vez maior numa África polarizada.”

O início da Guerra israelo-árabe do Yon-Kippur colocou os Açores no topo da agenda externa dos Estados Unidos. A recusa de Espanha e de vários membros da NATO para a autorização do restabelecimento dos aviões no seu território, do qual recebiam 80% do petróleo árabe, fizeram com que a Administração Nixon se dirigisse à Base das Lajes para a utilização da mesma. Marcelo Caetano que se sentiu totalmente descontente com a posição de Washington em relação às suas colónias, decidiu rejeitar o pedido norte-americano. Segundo o Embaixador português em Washington, João Hall Themido, a descrição fez deste assunto foi de “uma crise agudíssima, embora breve, entre Lisboa e Washington.”

João Hall Themido encontrou-se com Henry Kissinger no dia 15 de outubro de 1975 e afirmou que “já tinha dado instruções ao Departamento de Estado para que "fosse revista a política americana em relação a Portugal e adotada uma maior compreensão”.

Marcelo Caetano teve como benefício os mísseis *red eye* que foram indispensáveis para o esforço de guerra ocorrente na Guiné-Bissau ao ser feito através de Israel. Estas promessas foram cumpridas e fornecidas pelo responsável pela política externa norte-americana.

2. Relações de Portugal com a NATO e o uso da inversão das alianças no país

A estratégia oficial da NATO teve como principal objetivo fazer mudanças que se pudessem interligar com um reforço forte e total dos meios convencionais da NATO como foi o caso do rearmamento da Alemanha e da integração plena da Grécia e da Turquia na organização. A NATO quis sair da estratégia da retaliação maciça e adotar uma resposta flexível. Isto consistiu que as primeiras fases do conflito eram importantes e a organização deve estar à espera do uso de meios convencionais e armas nucleares táticas para responder à agressão (TELO, 1999). As suas mudanças a nível da estratégia foram importantes para a evolução portuguesa e para o uso de duas consequências diretas. A aproximação de Portugal à RFA e França foi importante para a valorização da defesa e ser um passo importante para enfrentar as Guerras Africanas (MAGALHÃES, 1989). A RFA aproximou-se de Portugal através de Bonn que foi fundamental para que o novo dispositivo militar alemão implicasse a manutenção de importantes infraestruturas logísticas, de treino e que pudesse ser um apoio de retaguarda numa zona distante da linha da frente e em Portugal ser a melhor alternativa por fazer parte da NATO já que o seu país vizinho, Espanha não pertence a esta organização. A multiplicação de visitas entre os responsáveis políticos e militares de Portugal e RFA iniciaram-se em 1959 e fizeram com que até 1962 fossem assinados mais de 20 acordos e compromissos no campo da defesa (MAGALHÃES, 1989).

Portugal aprovou vários assuntos e fatores em relação à Alemanha como foram os casos da parte do treino operacional da Luftwaffe se faça no Alentejo, a criação de uma importante base aérea com investimentos alemães em Beja, o desenvolvimento das OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico) em Alverca para poderem usufruir das grandes manutenções dos aviões alemães e a aceitação e melhoria dos portos e terminais de apoio logístico para as forças alemãs e criação de um dispositivo de hospitais de campanha com milhares de camas para poderem cuidar e tratar dos grandes feridos

alemães em caso de guerra. As Guerras de África foram preparadas de forma a utilizarem armamento ligeiro alemão fabricado em Portugal, com o recurso à utilização de veículos alemães montados no seu país, mas também de aviões de transporte, aviões de ataque Fiat G.91 e navios alemães (TELO, 1999).

A França estava a enfrentar no final dos anos 50 uma guerra dura e forte com a Argélia e isso fez com que houvesse um afastamento dos EUA e NATO em relação a este país e fez com que este país e esta organização pudessem procurar novos apoios e contactos políticos. Portugal foi uma excelente hipótese, pois este país já possuía boas relações com os EUA e os americanos estavam totalmente interessados na Guerra com África (CROLLEN, 1973).

Por fim, podemos ver que existiu uma inversão de alianças que seguiu ao pormenor a mudança política militar em 1959 e que só pôde ocorrer devido às alterações estratégicas implementadas pela NATO (PINA, 1960). Também convém referir que a RFA ficou feliz por Portugal ter afirmado que o armamento fornecido seria usado para objetivos implementados e delineados pela NATO. Portugal não teve problemas em estar presente neste assunto já que estava em África a enfrentar uma linha de combate em prol da defesa da Europa Continental, mas também na força, ousadia e proteção da NATO (TELO, 1999).

A partir de 1970 foi possível verificar que a RFA começou a fazer mais exigências e a delimitar mais os seus armamentos afirmar que “o armamento fornecido não seria usado fora da zona NATO, sem margem para ambiguidade”.

3. A NATO e o tipo de instrumentos que usou nas Guerras de África

A mudança da política militar nacional foi decisiva e teve efeitos no relacionamento com a NATO e os EUA em 1959 como foi o caso do início da luta armada em Angola a partir de março de 1961 (TEIXEIRA, 1985). Este acontecimento teve como exemplo significativo a tentativa falhada da 11.ª geração NATO que afirmou a seguinte expressão:

“nas Forças Armadas, de inverter a estratégia nacional, com a chamada 11.ª abrilada”.

O Ministro da Defesa, Botelho Moniz foi um dos grandes líderes desta ação que foi importante para Portugal ao nível das forças armadas (TELO, 1999).

Kennedy iniciou em relação a Portugal uma política dura, muito forte mas com poucos resultados já que não proíbe o uso em África do armamento fornecido com ajuda do

MDAP (Major Defense Acquisition Programme) ou Programa de Aquisição de Defesa Principal mas chega a dar apoio à FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e vota contra Portugal nas resoluções impostas pelas Nações Unidas, o que confirmou problemas e medos por parte dos governantes portugueses e fez com que o desentendimento levasse a distanciamento e uma retaliação política por parte de Portugal. A NATO ficou desiludida e desprevenida em relação a este conflito já que os dois países faziam parte da Organização, mas através do assunto anterior, pôde-se começar a ver uma contraposição e crítica à NATO por parte de Portugal em que evocou fatores críticos em relação às reuniões e à falta de relações de cooperação e amizade entre os aliados. Por outro lado, Portugal manteve-se na linha da frente África em relação à defesa e interesses por parte da Europa, da qual devia ser apoiado pela NATO, mas esta manifestação de amizade por parte da instituição não se sucedeu (TELO, 1999).

Esta organização não aderiu e discordou totalmente desta questão, daí colocar em prática uma posição de desinteresse já que se trata de um conflito que ocorre fora da sua área de ação, apesar de criticar com o passar dos tempos (TELO, 1999).

Portugal utilizou como principais ferramentas as mais variadas formas de pressão para tentar que os EUA e outros parceiros da NATO se pudessem posicionar de maneira totalmente diferente em relação às Guerras de África. Portugal afirmou que não ia renovar a parceria com a organização e não fazia sentido continuar na instituição a partir do momento em que foram os aliados a atacar o seus interesses e valores nacionais. Após 1962, Portugal e os EUA fizeram um acordo para o relacionamento entre os dois não ser tão radical. Portugal tem de possuir apoio no campo da defesa ao usar só esses mecanismos na área pertencente à NATO como aconteceu com as fragatas Pereira da Silva financiado e ajudado pelos EUA. A ajuda a África de recursos nacionais foi importante para o continente, daí os compromissos com a organização terem sido sofríveis (ROCHA, 2009)

A Força Aérea e a Marinha abandonaram a NATO mas só a partir dos anos 60 é que há uma reaproximação de Portugal com a Organização. Antes deste acontecimento, a NATO decidiu modificar a divisão das áreas do SACLANT do Atlântico Norte (ROCHA, 2009).

Esta decisão foi importante para a saída da França da NATO. Portugal passou a contar com o primeiro comando NATO no seu território. O renascimento do relacionamento com a NATO vai renascer em 1966 através do aparecimento e interesse das duas classes de fragatas como foi o caso dos submarinos Daphné e os esquadrões de patrulha marítima com base no Montijo depois do seu equipamento com Neptunes (THEMIDO, 1995).

As capacidades oceânicas da Armada e Força Aérea desenvolvidas e evoluídas através da NATO foram importantes no final dos anos 60 quando a marinha soviética inicia uma nova etapa em que o objetivo é a presença de uma força no Mediterrâneo e a realização de exercícios regulares no Atlântico (TELO, 1999).

Portugal volta a estar presente nas atividades da NATO a partir de 1966 a cumprir quatro importantes funções políticas. Pôde-se verificar que o país aceita que não existe uma visão comum sobre o carácter das guerras de África, aceita que a NATO não as considera como uma ameaça própria e, apesar disso, concorda que interessa aprofundar os laços de colaboração com a organização (THEMIDO, 1995).

Este país não quis continuar com o mesmo modelo de política que usava anteriormente, daí podermos verificar em 1970 que Portugal não queria a presença Americana nos Açores sem prazo e contrapartidas diretas, daí ter pedido a assinatura de um acordo formal com contrapartidas. A reunião ministerial da NATO em Bruxelas fez com que o novo acordo fosse assinado a 9 de dezembro de 1971, daí termos visto que teve importantes consequências a nível das Forças Armadas como foi o caso das táticas e organização a esse nível (GAMA, 1995).

O relacionamento com a NATO tem fatores prejudiciais para a situação política de Portugal. A participação do país na Organização permitiu que o Bloqueio da Beira tivesse ocorrido de forma amigável com as duas marinhas envolvidas em que se chegou a ajudar os marinheiros ingleses a nível da ajuda médica em hospitais nacionais. Por outro lado, a aproximação à NATO é vista pelos responsáveis políticos nacionais como um jogo de interesses político caso ocorram desentendimentos e diferendos entre as partes (TELO, 1999).

As razões que levaram às dificuldades existentes foram que o PAIGC tinha um armamento desenvolvido a nível técnico e com possível alcance para o míssil antiaéreo STRELLA enquanto Portugal não conseguisse um equipamento semelhante. Portugal foi o único país da NATO que conseguiu usar as principais bases para o reabastecimento aéreo na Guerra do Yon-Kippur (TELO, 1999).

Os Governantes Portugueses marcaram um encontro com os membros do Governo Americano em que lhes disseram o seguinte:

“a contradição que é o facto de se revelarem durante a crise os aliados mais seguros e de, apesar disso, não terem acesso ao armamento fornecido sem dificuldade aos restantes parceiros da NATO.”

A NATO teve uma situação adversa em que esta organização não podia ignorar uma possível derrota por parte de um dos seus membros. Esta organização sofreu críticas em relação ao apoio que instituições de países membros como a Holanda e a Noruega, puderem apoiar de forma aberta e segura os movimentos de libertação. A NATO e os EUA mostraram um gesto de total exigência em relação ao assunto político existente mas apareceu uma vontade por parte dos mesmos de terem como objetivo fomentar a evolução portuguesa e de existir uma facilidade num acordo negocial que solucionasse as guerras de África (TELO, 1999).

Um exemplo significativo foi a realização de negociações secretas entre Portugal e o PAIGC em Londres do qual se festejou o aniversário da secular aliança e em que Marcelo Caetano teve possibilidades de visitar Inglaterra. Por outro lado, a França aceitou fornecer mísseis antiaéreos Crotale a Portugal que estavam prestes a chegar ao país por volta do 25 de Abril mas acabou por ser rejeitado pelo novo Governo (ROCHA, 2009).

4. O Ultimato dos EUA e a Guerra do Yon Kippur em 1973

O choque e desentendimento existentes através do relacionamento luso-americano pela emenda Tunney-Young pôde ser verificada e vista de forma explícita através da visita a Lisboa do subsecretário de Estado para os assuntos africanos, David Newson no início de 1973. Newson que ainda não tinha exercido um papel importante, significativo e especializado na Casa Branca teve como objetivo principal convencer os portugueses a conceder o poder de autodeterminação às colónias. Esta diferenciação de ideias estava a ocorrer por causa da pressão imposta pela ONU a Portugal da concessão da independência às suas colónias, mas também da dificuldade que os EUA tiveram na proclamação da sua independência em 1776. Desse modo, Newson afirmou que:

“os EUA consideravam que os seus interesses, bem como os de Portugal, corriam um risco cada vez maior numa África polarizada.”

No mês de Outubro desse mesmo ano, Rui Patrício teve uma declaração importante nas Nações Unidas, da qual foi possível verificar que:

“o governo português esperava que os EUA (Estados Unidos da América) renunciassem à utilização dos Açores quando o período de validade do tratado chegasse ao fim, em fevereiro de 1974.”

Lisboa defendia que:

“o trunfo negocial das Lajes tinha nesta fase uma importância derradeira na tentativa de envolver Washington na reviravolta do cenário na Guiné-Bissau” (MENDES, 2020).

As coincidências ocorreram, por isso poucos dias depois deste ultimato imposto pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, deu-se início a Guerra Israelo-Árabe do Yon Kippur que colocou os Açores no topo da sua pirâmide a nível das prioridades da agenda externa dos EUA. O problema estratégico cimeiro e o apoio dado pela URSS ao Cairo e a Damasco que ocorreu uma semana depois do início do conflito fez com que fosse possível preparar uma operação forte a vários níveis em que o principal objetivo fosse fornecer armamento ao governo israelita. Os membros da NATO (Organização do Tratado Atlântico Norte), bem como a Espanha, que recebiam cerca de 80% do petróleo árabe, recusaram-se a autorizar o reabastecimento dos aviões americanos no seu território, da qual fez com que Administração Nixon não tivesse outra opção senão dirigir-se às autoridades portuguesas para pedirem autorização para utilizarem a Base das Lajes Washington decidiu ignorar Portugal, mas Marcelo Caetano ao perceber a oportunidade pela existência da guerra do Yon Kippur, decidiu rejeitar o pedido americano, daí mostrar indignação e descontentamento pelo que tinha ocorrido (MENDES, 2020).

Kissinger ficou desagradado com a posição implementada por Portugal, daí ter reagido de forma dura e severa. O exemplo que podemos dar foi o telegrama enviado a 13 de outubro tendo como destinatário Richard Post que possuía o cargo de Chefe Adjunto da Missão da Embaixada Americana em Lisboa, pediu que fosse informado a Rui Patrício que:

“ao apoiar os Estados Unidos naquele momento, Portugal fortalecia muito a sua posição no Congresso e enfraquecia os seus inimigos que apoiavam a independência das colónias, além disso, ficavam em aberto futuras conversações com Lisboa na eventualidade de um acréscimo da crise militar na Guiné-Bissau.”

Esta mensagem foi totalmente relevante para que Portugal pudesse conceder aos EUA o acesso incondicional aos Açores e à zona estratégica da Base das Lajes, daí ter permitido fazer com que os EUA pudessem ser o único membro da Aliança Atlântica a ter este privilégio. A concessão deste benefício aos EUA foi totalmente importante para o bom relacionamento entre os dois países já que antes desta melhoria a nível do relacionamento, os dois países estavam a passar uma fase de desentendimentos principalmente pela Guerra Colonial que estava a ocorrer em África. A frase “Orgulhosamente Sós” proferida por Salazar teve como alvo vários Países, Continentes, Organizações Internacionais, mas

também os EUA. Este bom momento protagonizado pelos dois países fez com que a afirmação proferida por João Hall Themido, Diplomata e Embaixador Português, tivesse sido posta de parte, já que segundo ele tinha classificado esta situação como:

“uma crise agudíssima, embora breve, entre Lisboa e Washington” (MENDES, 2020).

Os factos ocorridos puderam demonstrar que a afirmação de João Hall Themido estava correta e que esta situação se ia resolver pelo melhor possível.

João Hall Themido afirmou que no encontro que o Secretário de Estado continuou a ter com Kissinger a 15 de outubro de 1975, foi possível verificar que o Secretário de Estado tinha dito que:

“já tinha dado instruções ao Departamento de Estado para que fosse revista a política americana em relação a Portugal e adotada uma maior compreensão”,

As promessas foram cumpridas e totalmente implementadas, daí poder verificar -se o esforço e dedicação que o responsável da política externa norte-americana estava a fornecer ao governo de Marcelo Caetano, do qual se destacam os mísseis red-eye totalmente fundamentais para o esforço de luta, segurança e proteção que Portugal tinha de ter na Guiné-Bissau e que da qual podia ser feito através de Israel (MENDES, 2020).

A Guerra do Yon-Kippur que também possuía a designação de Guerra Árabe-Israelita ocorrida em 1973 foi um conflito militar que teve como principais factos o choque proporcionado pelos Estados árabes, dos quais estavam sob a liderança do Egito e da Síria em oposição a Israel (BATISTA, 2011). O episódio teve início com um ataque do Egito e da Síria. Este momento tinha sido planeado e delineado para uma data simbólica e histórica que tinha sido a do dia do feriado judaico Yon Kippur em que foi possível verificar o cruzamento e interligação de forças por parte do Egito e da Síria nas linhas de cessar-fogo no Sinai e nas colinas do Golã que tinham sido territórios capturados por Israel em 1967 durante a Guerra dos Seis Dias, em que esta cooperação pudesse ter como principal motivação o ataque a Israel através da honra, da história e da força de vontade implementada por estes países (BATISTA, 2011).

O avanço das forças egípcias e sírias foram importantes para a recuperação de várias partes do seu território, mas também para a sua consolidação ao nível das suas forças. Estas forças quiseram mostrar que estavam dispostos a recuperar o que diziam ser seu, daí terem tido como objetivo impor a sua coragem e valentia desde o início. Apesar deste bom início a este nível por parte destas duas forças, Israel começou a ficar mais forte e o

cenário começou a ficar a favor dos Israelitas. Este cenário estava a ocorrer porque durante a segunda semana de guerra e lutas, os israelitas implementaram uma media dura que fizesse com que os sírios revertessem a sua posição num local com valor simbólico como é o caso das colinas de Golã, mas por outro lado, podemos ver que o Egito estava a ter outra atitude e decidiu manter o seu território no Sinai e conseguiu-se defender através do encerramento da comunicação entre a linha Bar-Lev e Israel já que era uma zona significativa para o seu país. O sul do Sinai foi uma região importante para os israelitas já que foi um local de encontro por parte deste povo na abertura existente entre os exércitos egípcios e permitiu que conseguissem entrar pelo lado oeste do canal do Suez e fez com que pudessem encontrar o local exato a nível da grande muralha Bar-Lev, da qual não tinham conseguido entrar e impor a sua força, daí terem-se interessado pela cidade egípcia de Ismaília em que colocaram a sua ameaça a um nível muito forte. O desenvolvimento e construção dessas guerras levou a um desentendimento por parte das duas superpotências da época que eram os Estados Unidos pertencente ao Bloco Capitalista e que era defensor dos interesses de Israel e a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) que se revia mais com as ideias e medidas defendidas pelos países árabes da qual foi possível levar a uma tensão diplomática. A única forma para se resolver esta situação tinha que ser por via da ONU através da implementação de um cessar-fogo para acalmar a situação que estava a abalar aquela região. (BATISTA, 2011).

As hostilidades para serem resolvidas tinham que ser colocadas em prática através das forças israelitas vistas como fortes a nível militar devido ao grande poder que possuíam a esse nível e ao serem observadas como um país que conseguiu recuperar da fase menos boa que passou inicialmente através desta Guerra. Os Israelitas que já sentiam mais fortes e desenvolvidos após esse momento, decidiram impor uma estratégia de uma entrada forte, segura e profunda no território dos árabes de modo a que a sua presença fosse vista como relevante para essa área. O interesse por essa zona de ação foi importante porque a zona de Damasco, capital da Síria era importante por causa do bombardeamento que já sofreu e ao estarem a 40 km dessa zona e a 101 km do Cairo, capital do Egito podia ser visto como um raio importante a nível da sua posição já que o objetivo era controlar a guerra e impor a sua força (BATISTA, 2011).

Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito foi morto em setembro de 1970 e nessa altura foi sucedido por Anwar Sadat que era considerado como um político mais moderado e pragmático que Nasser. Um dos pontos fulcrais e importantes do seu governo era a decisão de neutralizar e de estar totalmente atenta à política de expansão por parte de Israel e assegurar a sua posição de controlo e liderança no mundo árabe, daí voltar a

concentrar-se na península do Sinai que tinha ficado sob posse do Egito durante a Guerra que estava a acontecer com Israel. O ataque surpresa planejado contra Israel do qual teve a colaboração da Síria teve como denominação através da imposição de um código secreto de Operação Badr que tinha como objetivo estar atento aos planos bélicos impostos por Israel ao longo da zona valiosa e importante do canal de Suez.

Os egípcios utilizaram uma forma de recurso ao uso de fortes e desenvolvidas bombas de sucção do qual fizeram com que as águas do canal fossem vistas e usadas como um agente de erosão hídrica de um modo que conseguiram destruir as fundações da intransponível barreira de 50 metros de altura, construída pelos israelitas através do uso da areia do deserto em que o objetivo era proteger e defender a margem ao norte do canal do Suez contra os ataques feitos pelos exércitos árabes. Os jatos de água foram vistos como um ponto fulcral e determinantes para os soldados egípcios que conseguiram abrir as passagens ao longo das fortificações pertencentes à linha Bar-Lev e em que queriam entrar nessa região de modo a que os israelitas se pudessem render, logo os egípcios estudaram bem essa zona e aproveitaram os pontos fracos como o lado desprotegido de Israel (BATISTA, 2011). Por um lado, o Egito decidiu olhar e focar-se na península do Siani em que se via uma total falta de segurança por parte dos Israelitas e por outro, as forças sírias decidiram atacar uma zona simbólica para Israel que era a parte principal das colinas de Golã. Por isso, as Forças de Defesa de Israel (FDI) obrigaram as tropas árabes a modificarem o seu tipo de posições ao adotarem uma posição mais defensiva de modo a protegerem-se dos ataques que poderiam vir a sofrer e que através disso tiveram que voltar a colocar as fronteiras no devido lugar e na sua reconfiguração inicial (BATISTA, 2011). Convém referir que a Batalha de Latakia foi o primeiro confronto entre os dois países, ou seja entre os sírios e os israelitas, da qual decorreu no dia 7 de outubro, segundo dia deste conflito. Os Israelitas tiveram uma vitória sem contestação em que foi possível mostrar a eficácia e o desenvolvimento dos barcos militares equipados com sistema de autodefesa ECM (Electronic Countermeasure/Contramedida Eletrónica). A Batalha de Baltim foi vista como uma grande vitória por parte dos israelitas já que a superioridade naval demonstrada no Mediterrâneo após a sua segunda vitória foi de realçar e que permitiu ser vista e sublinhada através dos três barcos da marinha egípcia que foram levados ao fundo por este ataque implementado pelos Israelitas. A força israelita estava a passar por um grande momento já que estas duas Batalhas foram benéficas para o seu país e fez com que as suas embarcações navais pudessem entrar no porto egípcio de Ras Ghareb após a Batalha de Baltim, onde se via a presença de mais de cinquenta embarcações egípcias ancoradas que possuíam barcos de pesca armados e carregados com

várias tropas e munições, daí ter-se podido ver que 19 destes barcos acabaram no fundo do mar. O encerramento deste conflito permitiu mostrar a importância positiva e benéfica que teve para Israel (BATISTA, 2011).

Esta guerra teve implicações profundas e devastadoras para muitas nações. Os exemplos significativos para o uso desta afirmação foi que o Mundo Árabe já tinha tido uma derrota má a nível da aliança composta pelo Egipto, Síria e Jordânia durante a Guerra dos Seis Dias sentiu-se com um pequeno ponto de cumprimento de uma parte da missão tendo tido um bom momento de vitórias no início da guerra, apesar do resultado final ter sido favorável a Israel. O processo de paz que se seguiu foi importante para o sentimento vingativo imposto por esta aliança, daí ter imposto uma política de liberalização tal como já tinha sido feita pelo Egito. A normalização das relações entre Egito e Israel foram feitas através dos Acordos de Camp David, em 1978, do qual foi importante para que pela primeira vez existisse um país árabe a reconhecer o Estado Israelita. A grande vantagem para a existência e valorização deste acordo foi o afastamento que o Egito estava a ter em relação à União Soviética, da qual foi importante para que o Egito pudesse fazer o acordo à sua vontade e de uma maneira mais eficaz para o bom relacionamento entre os dois (BATISTA, 2011).

Em suma, foi possível verificar que uma das consequências desta guerra foi a crise do petróleo, já que os Estados árabes dos quais eram membros pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) boicotaram os Estados Unidos e os países europeus que apoiavam a sobrevivência de Israel. Por isso, se num prazo pequeno foi possível assistir-se a um agravamento e decréscimo da crise económica mundial, num prazo mais longo e duradouro, a comunidade internacional aprendeu a usar fontes alternativas de energia, das quais fizeram com que outras áreas do planeta pudessem começar a estar concentradas na exploração do petróleo como foi o caso do mar do Norte, da Europa, do Alasca, dos Estados Unidos, da Venezuela, do México, da África do Sul, da União Soviética e do Brasil (BATISTA, 2011).

CAPÍTULO V – ÁFRICA

1. A Questão Africana na Política Externa Portuguesa do Marcelismo: balanço histórico

Os balanços históricos mais importantes durante a Presidência do Conselho de Ministros de Marcelo Caetano foram assuntos que se relacionaram com a dimensão internacional e colonial do regime. Apesar da valorização deste assunto, Caetano sofreu duras críticas por parte de Franco Nogueira (1981) ao afirmar que:

“responsabilidade pelo desnorte que se terá apoderado da política ultramarina após 1968 e, em última análise, pelo próprio colapso do Estado Novo.” (NOGUEIRA, 1981).

Marcelo Caetano tinha propostas e pensamentos para a evolução das Províncias Ultramarinas, mas a Revolução dos Cravos a 25 de abril de 1974 fez com que o Governante Português não fizesse mudanças em relação à Guerra Colonial que estava a ocorrer em África desde o início dos anos 60. Apesar desta situação, Marcelo acabou por se manter firme em relação à linha do conservadorismo de Salazar (OLIVEIRA, 2001).

Franco Nogueira foi elemento fundamental para a Diplomacia Portuguesa já que Portugal ainda tinha dificuldades em valorizar-se em relação a Espanha. A Diplomacia Marcelista muda de atitudes e a partir de 1972-1973, exibe uma atitude forte e ríspida perante os ataques que Portugal sofreu nas Nações Unidas e noutros meios internacionais ao mostrarem as formas instituídas a nível prático. Por isso, como afirma Franco Nogueira:

“a política externa dos anos 1972-73 terá sido um dos fatores não o único, decerto a acelerar o colapso da II República”.

Nogueira e Vasco Pulido Valente publicaram artigos dedicados a Marcelo Caetano em 1990 em que o objetivo era fazer uma análise biográfica do último Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo, mas também avaliar a Diplomacia existente durante a sua Presidência como foi o caso da Política Externa, Consulado e atividade Diplomática (VALENTE, 1990).

Pulido Valente afirmou que para se compreender a política ultramarina de Caetano é obrigatório:

“dar-lhe um pouco mais de crédito e fazer um esforço para encontrar uma racionalidade nos slogans dos «novos Brasis» e da «autonomia progressiva e participada».”

Caetano teve que repensar os seus pensamentos e refletir sobre decisões importantes como foi o caso de um entendimento sólido com os setores liberais e reformistas do regime que acabou por não ser concretizado por receio de uma má reação da direita militar ou temer que Spínola o castigasse politicamente já que ele possuía as funções de Presidente da República (OLIVEIRA, 2001).

A preparação da independência de Angola de forma a culpar os maus atos dos movimentos de libertação seria sempre uma decisão controversa e opositora para a «comunidade internacional» já que o problema colonial português era visto de forma isolada e, assim sendo, apenas aceitava uma descolonização «una e indivisível».

Como refere Freire Antunes, Marcelo Caetano é visto como:

“um político a quem faltava a mestria de Salazar na arte do «bluff» e da manipulação dos adversários.”

Caetano não possuía a autoridade carismática do seu antecessor e não teve capacidades de manter as diversas fações do regime unidas em torno de uma política ultramarina essencialmente caracterizada pela indecisão e ambiguidade (OLIVEIRA, 2001).

António José Telo explica e elabora os acontecimentos da crise final do regime através de artigos monográficos ou estudos da presença de Portugal e Espanha em Sistemas Internacionais Contemporâneos ao afirmar que:

“problemas do marcelismo decorrem basicamente das opções de fundo tomadas por Salazar, o qual cometera o erro de pensar que Portugal conseguiria conservar o império africano em contradição com os princípios da ética e do direito internacional que emergem após a II Guerra Mundial, e sem o apoio ativo das grandes potências. E, no início dos anos 60, tanto Paris como Bona tinham boas razões para considerar que as contrapartidas estratégicas e logísticas que Lisboa lhes oferecia eram suficientemente vantajosas para satisfazerem os pedidos portugueses de armamento e diplomático. Simplesmente, no final dessa mesma década, tanto a Ostpolitik prosseguida pelos governos de Willy Brandt, como a impopularidade das guerras coloniais portuguesas junto das opiniões públicas europeias, tornaram a conexão franco-germânica cada vez mais vacilante”.

Daqui pode-se retirar que a crise colonial não podia ser solucionada através da inversão de alianças e da diplomacia criativa. O esforço militar feito em África teve cada vez mais dificuldades no final dos anos 60 por causa de assuntos relevantes como foi o caso do afastamento entre as ideias defendidas pela política colonial do governo e as perspectivas “europeístas” para valorizar cada vez mais o país no relacionamento com o seu próprio continente da qual não se chegou a concretizar por Portugal se caracterizar por um país fechado e o desgaste mental e físico dos corpos de oficiais de militares portugueses presentes na Guerra Colonial (PINTO).

Maxwell sublinha no seu livro, “A Construção da Democracia em Portugal” o seguinte:

“o acento tónico no impacto que certas opções de política externa de Caetano poderão ter tido na aceleração da crise final do regime autoritário. O regime autoritário viu-se, assim, privado de um dos últimos vestígios de legitimidade que possuía, a capacidade de satisfazer as expectativas materiais da população, o que sem dúvida ajuda a compreender a espantosa facilidade com que foi derrubado em 25 de Abril de 1974.”

Este autor também aborda a influência que a política africana de Nixon teve na manutenção da intransigência portuguesa em relação ao problema ultramarino.

Na tomada de posse do Governo Norte-Americano, existiu um certo contraponto ao descobrir-se que Marcelo Caetano ia fazer uma política mais aberta e de maior interesse nas Colónias Africanas, mas apesar da existência desta situação, em Washington tomou posse um Governo completamente desinteressado em África e nas minorias brancas na África Austral. Apesar da proximidade entre os dois países por ambos pertencerem à NATO, quando Marcelo Caetano subiu ao poder ao substituir Salazar, foi possível ver que o Presidente do Conselho de Ministros português e o Presidente Norte Americano possuíam ideias diferentes em relação a esta situação (OLIVEIRA, 2001).

Como MacQueen refere:

“a ascensão de Caetano à luz dos cálculos estratégicos efetuados pelas elites e grupos empresariais que serviam de esteio ao regime autoritário.” (MACQUEEN, 1998).

A escolha de Caetano não foi vista como um sucesso através das suas ideias não se terem difundido no panorama nacional e internacional e não ter tido capacidades de enfrentar a direita defensora dos valores e ideias de Salazar, daí não ter tido impacto na população portuguesa e a mesma ter feito uma Revolução a 25 de abril de 1974 (OLIVEIRA, 2001).

O relacionamento com Spínola não foi o melhor por causa da falta de apoio dada por Caetano às suas iniciativas diplomáticas e não ter seguido o caminho da solução federal defendido pelo mesmo em 1962, daí Spínola ter afirmado que:

“As pedras do dominó estavam realmente colocadas para cair uma atrás da outra, mas haviam sido posicionadas pelo próprio Caetano”.

2. África: Os seus problemas e as guerras que teve de enfrentar

A posição internacional de Portugal vista pela ONU e o seu Conselho de Segurança era desconfortável e insegura (MAGALHÃES, 1996). A parceria e aliança com países da Aliança Atlântica como os EUA, Reino Unido e França foi importante para impedir o aparecimento de resoluções radicais em que ao estarem em desacordo conduta portuguesa, podiam fazer com que aparecesse em Dezembro de 1970, um relatório que mostrava os poderes da missão do Conselho de Segurança que segundo ela “estabelecia a responsabilidade das forças armadas portuguesas na Guiné, na tentativa de invasão da República da Guiné Conackry e derrube do governo de Sékou Touré, relatório cujas conclusões se viram obrigados a validar”.

Apesar de ter existido um pequeno laço de tréguas entre Portugal e África, rapidamente voltou-se a ver as manifestações de descontentamento pela presença de Portugal no continente Africano já que naquela altura se enfrentava a Guerra Colonial nesse lugar, do qual os movimentos de libertação começaram a ter conteúdos agressivos e violentos dos anos que se antecederam (GASPAR). A Primavera Marcelista criou boas ideias na população de Portugal mas algumas ideias impostas por Marcelo Caetano, fez com que nascesse uma onda de desilusão e de infelicidade perante o novo Presidente do Conselho de Ministros (OLIVEIRA, 2001).

Segundo o Comité dos 24, houve uma atribuição de um:

“estatuto de «observador» aos movimentos de libertação da Guiné, Angola e Moçambique, reconhecidos pela OUA (Organização da União Africana), e em Novembro foi a vez de a Assembleia Geral aprovar uma resolução reconhecendo-os como «representantes autênticos» dos seus povos.”

Como Rui Patrício afirma:

“O litígio entre Portugal e a «triste, desprestigiada e inútil ONU» atingirá o seu ponto alto em 1973, com o reconhecimento da proclamação do «Estado independente da Guiné-Bissau», pelo PAIGC, por um número expressivo de Estados-membros. A contestação a

que Portugal estava submetido na ONU não era nova, mas alguns factos ocorridos no mesmo período vieram acentuar a solidão internacional do regime, e por vezes com fortes repercussões na sociedade portuguesa. As encíclicas papais reconhecendo o direito dos povos colonizados à autodeterminação e a visita de Paulo VI à Índia, em 1964, haviam já colocado o governo de Lisboa em rota de colisão com a Santa Sé, mas o simbólico encontro do Papa com os «chefes terroristas» revestia-se de uma gravidade acrescida, pois podia ser interpretado como um aceno da Cúria romana aos potenciais dirigentes de futuros países independentes.”

O incidente acabou por ser resolvido, mas como Manuel Braga da Cruz salienta:

“o impacto do acontecimento no mundo católico não podia deixar de ser enorme, contribuindo para o aumento da consciência crítica católica em face da guerra ultramarina, e para o desenvolvimento de atitudes que iriam perturbar progressivamente as relações entre o Estado e a Igreja”.

O isolamento diplomático português teve as suas limitações já que Portugal não era designado como um «Estado pária», ao fazer uma analogia com países dessa época como foram o caso da Rodésia e da África do Sul, e na atualidade pode-se falar da Coreia do Norte e do Iraque. Nenhuma das propostas apresentadas na ONU, no sentido de sujeitá-lo a sanções económicas, teve sucesso, e nunca a participação portuguesa em instituições como a EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), NATO, Banco Mundial e FMI (Fundo Monetário Internacional) foi alguma vez equacionada e refletida por parte dos Governantes Portugueses já que Portugal era um país fechado a nível político e económico (CASTILHO). Se o objetivo fundamental da política externa marcelista era conservar e esperar até que a guerra se resolvesse militarmente e as reformas ultramarinas dessem os seus frutos, então a tarefa primordial da sua diplomacia consistia em preservar a benevolência das potências ocidentais e, na melhor das hipóteses, afastá-las das vantagens estratégicas associadas à manutenção do império português (MAGALHÃES, 1989).

Caetano e Patrício focaram-se totalmente na atualização do Pacto do Atlântico, daí terem tido o poder de abordar que:

“a área de intervenção da NATO se alargasse para lá do Trópico de Câncer. Outra das suas quimeras consistia em aliciar o Brasil para um plano de defesa do Hemisfério Sul, juntamente com a Argentina, Portugal, a África do Sul e a Austrália, um esquema de segurança coletiva que constituiria um poderoso elemento dissuasor, em relação à

penetração do comunismo russo e chinês naquela região do globo. Para além das dificuldades práticas que impediam que os aliados da NATO (Organização do Tratado Atlântico Norte) se concentrassem nestas ameaças – reais ou virtuais – havia ainda, e sempre, a questão de Portugal e o seu regime personificarem uma causa universalmente condenada – o colonialismo – e concitarem a hostilidade dos países que o Ocidente tentava subtrair à influência das potências comunistas. Ora, a política externa dos países democráticos não pode ser conduzida contra a sua própria opinião pública, e nem todos os países governados por regimes autoritários se sentiam obrigados a prestar solidariedade a Portugal. O Brasil era justamente um desses países.”

Portugal que ficou descontente por sentir isolado, decidiu orientar esforços diplomáticos no sentido de garantir que os seus aliados tradicionais não lhe impusessem medidas hostis e prejudiciais ao seu país a nível das relações de cooperação e abertura no seu relacionamento, daí lhe terem fornecido assistência militar e diplomática ao seu país. Quanto às relações entre Portugal e o Brasil, foram importantes já que após as revoltas de Angola, em 1961, houve uma decretação de fornecimento de material de guerra a Portugal do qual poderia ser usado fora da NATO e neste caso foi num país que fala a mesma língua (OLIVEIRA, 2001).

A iniciativa legislativa que mais afetou Portugal foi a famosa emenda «Tunney-Young», cujas cláusulas obrigavam o Presidente a apresentar um relatório anual ao Congresso sobre o auxílio militar prestado a Portugal, e tornava a venda de equipamento de «dupla finalidade» dependente de uma autorização prévia do poder legislativo (THEMIDO). O relacionamento de Portugal com EUA manteve-se por causa da Base das Lajes numa ajuda a Israel por causa da Guerra do Yon Kippur, daí Portugal sofrido medidas duras dos países árabes exportadores de petróleo (ANTUNES, 1992). A aproximação de Caetano a Henry Kissinger teve como objetivo trazer benefícios importantes para Portugal como arranjar uma estratégia de assegurar os mísseis terra-ar que Portugal necessitava de enviar para a Guiné, onde se temia que o PAIGC pudesse utilizar uma forma de bombardeamento às suas posições através de *Migs* com origem soviética. Nixon e Kissinger nunca chegaram a utilizar formas de fazerem oposição aos princípios de autodeterminação e do *majority rule* ou de recuar nas alianças militares existentes em Lisboa, Pretória e Salisbury, mas na prática utilizaram como se já as possuíssem (COHEN).

A crise de Goa mostrou que o valor da aliança luso-britânica era importante e representava uma simbologia relevante mas a proximidade a Portugal não foi do agrado do Estados africanos e asiáticos pertencentes à Commonwealth. Um dos motivos para

este desagrado foi a abstenção do voto da representação britânica nas Nações Unidas em relação às resoluções mais radicais apresentadas contra Portugal, tal como o *Foreign Office* foi menos rigoroso na disciplina e avaliação dos pedidos de armamento chegados de Portugal. Convém referir que os EUA tiveram dificuldades na correção de fatores existentes em relação à política africana de anteriores administrações tanto a nível de fatores económicos, estratégicos e a preocupação de Kissinger em fazer com que houvesse uma estabilização do sistema internacional multipolar (FARIA, 1973).

A aproximação com França foi importante para a aprendizagem dos portugueses em relação às medidas impostas e defendidas pelos franceses como foi o caso do privilégio das vias indiretas como a venda de patentes e licenças de fabrico, ou a aquisição material a terceiros países. Os alemães não anunciaram a sua retirada do projeto de Cahora Bassa mas os fatores domésticos, a Ostpolitik e a admissão da RFA nas Nações Unidas fizeram com que o governo federal pudesse prestar uma grande atenção às reivindicações existentes dos países do Terceiro Mundo e à existência do anti-colonialismo. O Governo de Brandt fez com que os seus cuidados evoluíssem a nível das garantias da exigência a Portugal em relação à não utilização em África do armamento que tinha sido vendido (OLIVEIRA, 2001).

Por fim, António Telo salientou que “a própria inflexão estratégica da NATO em finais dos anos 60, obrigara os governantes alemães a repensar toda política de defesa da RFA, incluindo as vantagens de uma cooperação militar estreita com Portugal.”

3. A construção dos “novos Brasis” – Novas mudanças e pensamentos no discurso ultramarino

Marcelo Caetano interessava-se pela hostilidade que a política colonial portuguesa suscitava fora do seu país e, cada vez mais, também, dentro da sua parte interna (OLIVEIRA, 2001).

Caetano baseou-se no pensamento de Salazar ao sublinhar que:

“a impreparação dos africanos para assumirem as responsabilidades da independência, porquanto isso lhe permitia explorar o «afro-pessimismo» latente em muitos círculos internacionais.”

Caetano que também era Professor e através do uso desta competência gostava de ter o prazer explicar por que razão a independência não podia ser a resolução para os problemas

que afetavam o continente africano. Segundo Caetano, em relação a este tema, afirmou a Alçada Batista em 1973 que:

“«Por paradoxal que isto possa parecer», «é ainda em homenagem ao princípio da autodeterminação dos povos que o Poder Central não pode abdicar dessa intervenção.»” (BATISTA, 1973, p. 215). O desconforto e a desconfiança da direita integracionista em relação a determinadas afirmações de Caetano que foram importantes através do uso das suas justificações filosóficas para a concessão de uma maior autonomia aos governos dos territórios ultramarinos, ou através do reforço do uso expressões como:

“«Estado regional», «autonomia progressiva e participada», «novos Brasis».”

Caetano apresentara um parecer ao Conselho Ultramarino em 1962, ao propor uma transformação do Estado unitário numa entidade federal descentralizada, ou seja, permitia uma mudança de política e paradigma no país através da existência de uma espécie de «Estados Portugueses Unidos» (CAETANO, 1977).

O monárquico Fernando Pacheco de Amorim que era um crítico foi forçado a reconhecer que os discursos de Caetano eram suficientemente duvidosos e incertos para poderem ser lidos de várias maneiras. O homem caracterizava-se com poder de conexão e valorização para os seus instintos de poder, daí permitir a Caetano saber que:

“em política só havia lugar para as «visões históricas», e estas eram «incompatíveis com as juras para a eternidade».”

Após a aprovação das reformas de 1971-72, Caetano tentou responder aos patriotas que estavam mal-esclarecidos e que lhe apontavam acusações como foi o caso do fomento do federalismo como prelúdio do abandono ao afirmar que:

“«Estados federais» ou «Estados regionais» eram «simples fórmulas jurídicas de descentralização política», que não beliscavam «o sentimento nacional dos povos que as adotam».” (OLIVEIRA, 2001).

Nas suas memórias, Caetano confessa que a obra não o entusiasmou em demasia e que chegou mesmo a hesitar dar-lhe seguimento. A direita integracionista pôde também ficar sossegada com os resultados do seu périplo pela África lusófona, em abril de 1969, porquanto Caetano não regressou proferindo palavras enigmáticas, como De Gaulle fizera em 1958, durante a sua visita a Argel, mas sim eufórico com a receção calorosa que as populações e as autoridades locais lhe haviam proporcionado. Julgando-se politicamente legitimado pela vitória da União Nacional nas eleições legislativas, Caetano declara-se então munido de um «mandato indeclinável» para prosseguir a defesa militar do Ultramar

e implementar as reformas de que vinha falando desde a sua visita as colónias (OLIVEIRA, 2001).

Menos inócuas do que alguns dos seus críticos de esquerda e de direita pretenderam, as reformas de 1971 e 1972 refletiam as conceções descentralizadoras do próprio Marcelo Caetano, dissipavam a imagem de imobilismo que andava associada ao regime português e, não menos importante, criavam um antídoto contra possíveis tentações separatistas nos territórios ultramarinos, e muito especialmente em Angola, cujo «milagre económico» praticamente não tinha paralelo em África. Como o próprio Caetano reconheceu, o sentimento prevalecente entre as elites brancas das províncias africanas foi o de que o Governo ficara aquém das expectativas criadas. Contudo, perante as pressões da direita integracionista, é duvidoso que Caetano pudesse ter ido muito mais além desta estratégia de pequenos passos. (OLIVEIRA, 2001).

4. A importância de uma *détente* africana

Em relação a este tema, a negociação da descolonização sob intervenção da ONU e aprovação por parte da OUA não era considerado só como principal objetivo, mas para alcançar uma *détente* com alguns dos criadores e defensores dos movimentos de libertação, é informar que Portugal não queria sair de África, não queria resolver a questão da guerra colonial e tinha poder para exercer uma influência moderadora sobre os regimes segregacionistas da Rodésia e África do Sul (OLIVEIRA, 2001).

Uma cimeira de chefes de Estado da África Central e Oriental, reunida na capital da Zâmbia e organizada em maio de 1969 permitiu dar uma menção positiva no comunicado final, onde se podia verificar que os seus signatários reconheciam e mostravam que a política portuguesa estava isenta de racismo, ficavam contentes pela possibilidade de se realizarem referendos de autodeterminação nas províncias portuguesas e viam que as respetivas populações podiam continuar ligadas através da imposição de um vínculo constitucional a Portugal. Por outro lado, ao se responder ao objetivo de Mobutu que era de restabelecer as ligações comerciais entre o Zaire e Angola e a África do Sul, Portugal garantia que ia continuar com medidas duras sobre as atividades de Holden Robert e que as forças armadas da FNLA no Norte de Angola estavam presentes devido à Guerra Civil com o MPLA (PATRÍCIO, 1971).

Caetano quis implementar medidas diferentes das que tinham sido impostas pela África Ocidental, daí ter procurado impor um grau de abertura e de proximidade com chefes de

Estado moderados como Houphouët-Boigny e Leopoldo Senhor que desde 1969 defendiam um consenso e uma cooperação entre a OUA e Portugal e África do Sul (SERRÃO, 1985).

A estratégia ofensiva de Spínola na Guiné tinha sido colocada em prática durante dois anos, mas os seus planos não permitiram que Lisboa desse qualquer resposta àquelas sugestões, tal como depois do desaparecimento do raide sobre Conakry que podia causar muitos problemas àquela região, elementos do Ministério do Ultramar e do MNE fizeram uma reunião com altos representantes senegaleses, em Dakar e Paris em que fez com que existissem diversas consequências sempre que o PAIGC atravessasse a fronteira senegalesa, durante o ano de 1971, daí as forças portuguesas na Guiné terem exercido ações de força e severas que condiziam com as instruções enviadas por Lisboa (CAETANO, p. 191).

O chefe de Estado Senegalês retirou as propostas que tinha feito anteriormente na estância de Cap Skiring no mês de maio de 1972, daí Spínola ter ficado contente, ao contrário de Caetano que foi opositor à continuação das conversações ao afirmar que:

“a ligação da PAIGC a ideologias forças internacionais não oferecia as garantias indispensáveis a um cessar-fogo efetivo, e que, uma vez aceite para a Guiné a «fórmula onusiana da autodeterminação», criar-se-ia um «precedente terrível» para que a mesma fosse reclamada pelos movimentos em luta nos outros territórios e pelos seus aliados internacionais.”

O diálogo mais importante entre Caetano e Spínola foi sobre o relacionamento de Portugal com a Guiné, do qual Spínola ficou informado de que:

“sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo com os terroristas, abrindo o caminho a outras negociações». Esfumava-se, assim, a última hipótese de Caetano estabelecer um tandem com Spínola para uma negociação na Guiné.”

5. As horas sombrias e as suas dissidências

Caetano fez as suas últimas iniciativas diplomáticas em África já num ambiente de crise profunda do Estado Novo. O Presidente do Conselho de Ministros sabia que os portugueses podiam ficar descontentes a partir do momento em que os gastos financeiros na Guerra Colonial em África pudessem criar uma total mudança e decréscimo a nível

económico já que ao fazer-se uma analogia com o seu antecessor, podemos ver que Portugal estava mais forte, sustentado e desenvolvido a esse nível (OLIVEIRA, 2001).

Os pensamentos e planos que Caetano tinha para vencer a Guerra foram vistos e analisados através da dificuldade que tinha em deter as forças armadas por serem a favor de uma estratégia de resistência que, no essencial, tinha como objetivo proteger Angola e Moçambique dos efeitos políticos por parte da retirada das tropas portuguesas da Guiné (VALENTE, p. 176).

Fazendo uma analogia de Caetano com o pensamento e execução de atos realistas e maquiavélicos de Spínola como este mesmo chegou a retratar em livros e entrevistas, não fazia sentido o esforço que Caetano teve para a obtenção de um determinado equipamento para o uso na prevenção de um possível colapso militar na Guiné e no Norte de Moçambique. O objetivo era mostrar que Marcelo Caetano queria prevenir conflitos e guerras naquela região, daí ter sido possível verificar que as forças armadas e bases de sustentação portuguesas podiam atuar em benefício da popularidade de Portugal, do regime e do Presidente do Conselho de Ministros que estava a passar por maus momentos ao serem vistos através dos sinais de angústia, frustração e total descontentamento por parte dos portugueses nos anos de 1973 e 1974. Este foi um caso do decréscimo no gosto e apoio a Marcelo Caetano por parte da população que começou por apoiá-lo após a sucessão de Salazar, mas algumas medidas implementadas pelo sucessor, fizeram com que houvesse uma drástica mudança na opinião dos portugueses (MEDEIROS).

Com dois acontecimentos em expectativa, Caetano teve que escolher o que lhe parecesse mais duro para se mostrar a nível da sua reputação nacional e internacional. Mantendo estas duas correntes na expectativa, Caetano escolheria depois a que lhe parecesse mais forte. A nomeação de um novo governador e comandante militar para a Guiné cujo seu nome é Benthencourt Rodrigues que já tinha sido herói do Leste de Angola e estado na história de um dos mais condecorados generais portugueses mobilizou o aparelho diplomático para adquirir o equipamento certo para as situações que os Guineenses e os Moçambicanos exigiam. Por outro lado, podemos ver que a reunião que Caetano teve com o Khuanda teve como principal foco a introdução do conceito de multirracialismo em Moçambique (CAETANO, p. 225).

Segundo Jardim, Caetano tê-lo-á encorajado a prosseguir os contactos, ao afirmar a importância que se podia dar ao:

“«pesquisando a viabilidade de soluções honrosas», pois um colapso militar em Moçambique era uma eventualidade que não se podia ignorar.”

As entrevistas que Jardim fez com Caetano permitiam que ele interpretasse que:

“a expressão «soluções honrosas» da forma mais lata possível e em poucos meses tinha já acertado com Kaunda um esquema para a independência de Moçambique, onde a posição política e os interesses económicos da população europeia seriam salvaguardados, e a Frelimo convidada a integrar um governo de transição.”

Jardim afirmou que:

“o principal mérito do esquema, inspirado no modelo britânico de descolonização da Zâmbia e Malawi, residia na preservação da identidade multirracial de Moçambique, no facto de oferecer uma saída honrosa às forças armadas e de eliminar politicamente a facção «pró-soviética» da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique).”

A abertura do jogo fez com que Caetano não tivesse interesse em analisar o «Programa» e ter feito uma avaliação ao afirmar que:

“Jardim «fora longe de mais».”

Também se pode verificar que há testemunhos ao confirmarem que:

“Caetano poderia abrir uma exceção para aquele território, desde que o PAIGC abdicasse das suas reivindicações em relação a Cabo Verde.”

Caetano não concretizou e acabou por anular a proposta de mediação brasileira, mas alguns meses mais tarde, em circunstâncias totalmente distintas, aceitou dar sequência a uma diligência defendida pelo *Foreign Office* ao propor:

“que representantes do governo português e do PAIGC entabulassem um diálogo.” Este encontro tinha como principal fundamento a tentativa de uma existência de um consenso e aproximação entre Portugal e a colónia africana, mas muitas contrariedades levaram ao insucesso da reunião que teve como principais consequências a instabilidade e a insegurança de Marcelo Caetano como Presidente do Conselho de Ministros.”

Os motivos que levaram à catástrofe deste encontro foram através de Portugal querer continuar a ser um grande explorador da Província Ultramarina e não lhe conceder liberdades, garantias e a sua independência, a desorganização da agenda predeterminada por Portugal, as instruções e os conselhos dos emissários portugueses serem considerados básicos e sem grande desenvolvimento a nível de ideias, pensamentos e propostas para este tema e a categoria do representante português ser visto como um diplomata com poucos anos de carreira e com falta de experiência a este nível já que Portugal era visto como um país fechado, isolado e conservador desde o início do Estado Novo, daí só

poucos Diplomatas e Embaixadores Portugueses tiveram o prazer de participar em negócios e acordos a nível internacional. Mais ainda, só com Marcelo Caetano é que foi possível ver essa evolução já que com Salazar, o Isolacionismo Solitário estava a continuar a existir (CERVO, p. 242).

A flexibilização de alguns elementos da política de Caetano foram relevantes para evolução do seu pensamento e ideias, mas não foram suficientes para desencadear uma efetiva rutura com o passado já que houve poucas mudanças e crescimento em relação ao que era defendido por Salazar. A Primavera Marcelista apareceu de forma forte e com um objetivo de ser um motor para as melhorias que Portugal podia fazer no seu país, principalmente a nível da abertura, cooperação e liberdade no relacionamento com os outros países, mas vários temas fizeram com que Marcelo não tivesse o sucesso que pretendiam (OLIVEIRA, 2001).

Os exemplos significativos que podemos ver para a pouca evolução e uma quase não mudança em relação a Salazar foram os seguintes, ou seja através da argumentação de alguns autores ao afirmarem que:

“Caetano, receoso do peso dos «ultras», foi forçado a cultivar uma ambiguidade contraproducente em relação ao problema colonial, desbaratando o élan e a autoridade que as eleições de 1969 lhe haviam conferido.”

Caetano teve medo da opinião e do tipo de atos que podiam ser implementados pelos grandes defensores da política de Salazar, daí não ter feito a mudança que pretendia. Convém referir que quando Caetano estava a passar pelos melhores momentos e a sua Presidência estava a ter impacto na população portuguesa que tinham gerado muitas expectativas no seu trabalho, o Presidente do Conselho de Ministros decidiu:

“rodear-se de colaboradores imbuídos de intenções reformistas e claramente sintonizados com as democracias europeias, dos tecnocratas do planeamento económico aos homens da «Ala Liberal».”

Esta aproximação estava a fazer com que a população portuguesa pudesse acreditar nele e nos valores de forte mudança que poderia trazer a Portugal. A Guerra Colonial e a pressão que os defensores da Política de Salazar fizeram sobre Marcelo foram as principais razões que levaram à Queda do Estado Novo (CORREIA).

Marcelo Caetano chegou ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros num momento em que as relações entre Portugal e a Europa estavam a decrescer e a ficarem totalmente cortadas tanto a nível económico como de um bom relacionamento entre os dois. A

Europa e a CEE (Comunidade Económica Europeia) estavam em crescimento naquela altura já que a criação desta instituição se deu a 25 de março de 1957 com o objetivo de promover a paz, a prosperidade e a cooperação entre os países que nela iriam estar presentes. A entrada de vários países na CEE foi importante para o impulso que a instituição estava a dar, tal como a existência de tratados e acordos que nela já tinham sido implementados. Porém, Portugal só aderiu à CEE a 1 de janeiro de 1986. Esta aproximação que Portugal e a Europa podia ser totalmente benéfica para a resolução da Guerra Colonial em África já que os países africanos queriam a sua independência e descolonização que também já estava a assombrar países europeus como foi o caso da França. Apesar do crescimento da CEE ao longo dos tempos e de uma tentativa de aproximação de Portugal à Europa por parte de Marcelo Caetano, Portugal e o continente do qual pertence não conseguiram ter bom relacionamento, daí a Europa não ter ajudado a resolver a Guerra Colonial que Portugal enfrentava em África desde o início dos anos 60. Esta situação não estava a ter sucesso e não estava a ser resolvida por Caetano não era o homem certo para protagonizar a rutura decisiva já que a ligação a muitos elementos defensores da rigidez e autoritarismo por parte de Salazar o levou ao insucesso. Salazar tinha proferido várias frases que são importantes destacar como:

“«Portugal do Minho até Timor»”, «Portugal e as suas Províncias Ultramarinas», «Orgulhosamente sós» e «Livro-vos da Guerra, mas não vos livro da Fome»”

Estas frases sublinhadas por Salazar vieram a demonstrar que a Guerra Colonial existente em África a partir do início da década de 60 era para continuar e mostrar que as Forças Armadas Portuguesas tinham de estar presentes na luta contra os países que tentavam proclamar a sua independência. Salazar quis continuar a liderar as colónias Africanas e mostrar o grande Império que Portugal tinha desde o tempo dos Descobrimentos que se iniciou em 1415 com a Conquista de Ceuta da qual tinha sido liderada pelas tropas de D. João I “O de Boa Memória” e Infante D. Henrique, Impulsionador dos Descobrimentos Portugueses. A valorização do país e orgulho nas conquistas do passado fizeram com que Salazar quisesse continuar a ter poder no que Portugal tinha conquistado nesse tempo (CORREIA).

Por fim, convém ressaltar que Caetano poderia ter expulsado a «teoria dos dominós» imperiais se tivesse continuado com a teoria formulada pela dupla Salazar/Franco Nogueira. Em relação a este nível de tema, foi possível verificar que Caetano não andou muito longe da verdade quando dizia que:

“depois de «abandonada» a Guiné, Portugal seria incapaz de suster as pressões que de imediato se abateriam sobre os seus outros territórios africanos.”

6. Marcelo Caetano e a origem do exercício ALCORA

Este capítulo tem como objetivo determinar os motivos que levaram a África do Sul a querer efetuar de forma rápida e segura a formalização do Exercício ALCORA em outubro de 1970, após a apresentação de um plano de defesa para a África Austral em março desse ano, no sentido de atribuir melhor condições militares a essa área para poderem garantir a segurança e a estabilidade de todos. Para além do foco na dimensão militar, é possível reter que o Exercício ALCORA pudesse ser um primeiro passo para uma maior integração política na África Austral ao estar envolvido em dimensões económicas, sociais e políticas (AHMNE, 1971).

Pretória recebeu no dia 7 de outubro de 1970 as conversações preliminares entre Portugal e a África do Sul para dar continuidade ao Plano de Defesa para a África Austral, que viria a culminar na formalização do Exercício ALCORA. Este foi o nome de código dado a uma aliança político-militar secreta entre Portugal, a Rodésia e a África do Sul que tinha como finalidade a derrota da subversão na África Austral (SANDC/DDA, s.d.).

O «Exercício ALCORA» que foi estabelecido oficialmente no dia 14 de outubro de 1970, tinha como principais meios e formas a investigação dos processos e meios para conseguir um esforço coordenado tripartido entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia, e outros países africanos que o pretendessem, sendo totalmente opositora às ameaças que eram semelhantes aos territórios pertencentes à África Austral (ADN, 1970).

A designação principal para a execução e valorização deste exercício de cariz político e territorial foi de «Projeto de Estratégia Global para os Territórios ALCORA», sendo compostos, defendidos e valorizados a nível de ideias pela África do Sul, Rodésia, Angola e Moçambique (BARROSO, 2018).

Este exercício não tinha só fins e meios militares, também abordava temas importantes no relacionamento entre os países pertencentes a esta Aliança Político-Militar, da qual se falava das relações de cooperação entre eles e a forma como se podiam reunir a nível político, tendo em conta os valores e os pensamentos de cada líder político. Por isso como sublinha Barroso:

“o Exercício ALCORA deve ser considerado como um mecanismo de integração estratégica para o «reduto branco», dominado pela África do Sul, que considerava Angola, a Rodésia e Moçambique como a sua linha de defesa avançada.”

O estreitamento e afastamento das relações entre Portugal e a África do Sul em matéria de defesa começou por ser ocorrido desde o início da década de 1950, quando Pretória pretendeu querer ter o poder de coordenar a defesa ao sul do Sara (CASTELO, 1999).

O apoio implementado pela África do Sul a Portugal através do uso de material militar foi importante para as relações de cooperação entre os dois e para mostrar que ambos poderiam ter sucesso, mas apesar de em 1968, a África do Sul ter ajudado Portugal em Angola através da Operação Bombaim, no distrito do Cuando Cubango, da qual foi uma fase importante e decisiva nas suas relações económicas, financeiras e militares e em que se iniciou uma concessão de empréstimos em material de guerra e que foi totalmente decisivo para o relacionamento com Portugal, a maior ajuda financeira só se deu após a revolta do 25 de abril de 1974 ao preparar-se para conceder 100 milhões de rands a Portugal (BARROSO, 2018).

O apoio tecnológico e material que começava a fazer falta a Portugal foi encontrado na África do Sul, do qual teve como principal fundamento a forma de convencerem países como Angola e Moçambique para a criação de regimes de independência branca.

Por isso, como referem Ribeiro de Menezes e Robert McNamara (2013),

“a natureza do Exercício ALCORA encontra-se na necessidade de cooperação contra uma ameaça que pudesse pôr em causa o domínio da África Austral.”

Retirando a parte em que sublinha e se mistifica o objetivo comum presente na preservação dos regimes minoritários em países como a África do Sul, Rodésia, Angola e Moçambique e de se classificarem como uma ferramenta sujeita a pressões sistemáticas e duradouras, críticas e castigos e sanções de cariz político formal nas instâncias internacionais dominadas pelo Ocidente, da qual tem poder para executarem esse tipo de ações. Ao ser analisada esta situação os autores consideram que:

“a formação do Exercício ALCORA foi facilitada pelas dinâmicas da Guerra Fria e pelo reconhecimento da incapacidade dos portugueses em vencer a guerra.”

Também autores conhecidos do Mundo e dos estudos Internacionais abordam temas que estão relacionados com o nascimento, crescimento, evolução deste exercício mas também as contrariedades e indefinições existentes no relacionamento entre a Portugal e África

do Sul. Por isso na opinião e na argumentação de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes (2013),

“o nascimento do Exercício ALCORA foi o resultado de uma reunião ocorrida entre altas patentes militares portuguesas e sul-africanas em março de 1970, em Lisboa, para a apresentação e discussão do Plano de Defesa para a África Austral.”

Por outro lado, Paulo Correia e Grietjie Verhoef (2009) referem que:

“apesar da África do Sul ter forçado uma colaboração mais estreita com Portugal para a defesa dos seus territórios na África Austral, os dois países não conseguiram o acordo político necessário para o fazer.”

A origem do Exercício ALCORA foi um acontecimento marcante na história da África Austral em que de certo modo, a origem deste Exercício não pode ser explicada numa só dimensão, seja ela económica, militar ou política. Há sempre várias explicações e formas para um determinado tema, mas consegue-se compreender que o reconhecimento da incapacidade e falta de segurança dos portugueses para lidar com a guerra que estava a ocorrer no sul de Angola e o receio do início de uma mudança de ideias e formas de utilizar a política em Lisboa através da entrada de Marcelo Caetano que substituiu Salazar após o acidente que ocorreu com este, podem ter sido decisivos para que a África do Sul tenha querido apressar a formalização daquela aliança e ter feito com que esta Aliança tivesse um significado e uma força especial naquela zona (BARROSO, 2013).

Em relação à particularidade existente através do exercício ALCORA, que a oposição dos fatores estratégicos a fatores políticos podiam ser derivados e justificados pela questão e diferença racial que se conseguia distinguir em relação a Portugal com a África do Sul e com a Rodésia, logo isso parece totalmente certo (BARROSO, 2013).

6.1. Cuando Cubango e as ameaças de tentativa de guerra

Salazar quis mostrar aos sul-africanos que a defesa da África Austral devia ser feita de forma empenhada em que o principal objetivo era proteger esta zona de África, do qual o grande objetivo era ensinar-lhes a forma, os meios e os melhores recursos para o uso da sua defesa, da qual o melhor conselho era colocarem a sua segurança a milhares de quilómetros das suas fronteiras, da qual se sublinhava a participação no esforço de guerra português (BARROSO, 2018).

Como afirmam alguns altos funcionários sul-africanos:

“a defesa da África do Sul começava em Angola e em Moçambique, razão pela qual deveriam ser considerados objetivos estratégicos de defesa.”

Através da análise existente e referente em relação a estas situações, a África do Sul tinha como objetivo a criação de uma proteção defensiva que isolasse e colocasse só a África do Sul e o Sudoeste Africano em relação à influência dos movimentos de libertação existentes e que eram essencialmente apoiados a partir da Zâmbia (HENTZ, 2005, p. 25-31). Aqui encontravam-se excelentes sinais de que a África do Sul poderia prestar auxílio a Portugal desde que este conseguisse ter um papel e fortes pontos na estratégia que a guerra podia ter a nível do seu futuro (BARROSO, 2018).

Como Portugal sentia falta de recursos, a África do Sul foi prestar auxílio e ajuda às forças militares portuguesas que estavam em guerra.

A Força Aérea da África do Sul foi importante para auxiliar as forças portuguesas que estivessem presentes no sudoeste de Angola, da qual se implementaram várias bases aéreas através do aparecimento de helicópteros Alouete III e Cessna 185 da qual tinham como localização a base aérea de Rundu situada no Sudoeste Africano. Estas medidas de prestação de apoio e auxílios foram implementadas a partir de junho de 1968 (ADN, 1968).

O apoio aéreo fornecido pela África do Sul a Angola e à Rodésia permitiu informar o adido militar português presente em Salisbúria da sua disponibilidade na prestação de auxílio e meios aéreos em Moçambique, do qual se focaram no controlo da fronteira entre a Rodésia e Tete e na perseguição dos grupos de «guerrilheiros» que se refugiavam em Moçambique e que eram considerados como fugitivos da guerra (ADN, 1968).

O distrito de Tete foi visto como um ponto fundamental na contrassubversão existente na África Austral graças à confluência existente nas fronteiras com a Zâmbia, com o Malawi e com a Rodésia (BARROSO, 2018).

A espécie de pacto de não agressão que Portugal tentou negociar com a Zâmbia tinha como principal foco a manutenção do Caminho de Ferro de Benguela e as exportações de minério a troco da expulsão do MPLA e da UNITA, da qual foi efetuado sem o conhecimento dos “seus aliados” na África Austral. Foram por estes motivos que a probabilidade de rejeição de Marcelo ao convite do primeiro-ministro Vorster para visitar Pretória durante o tempo em que esteve em África, embora tivesse ficado grato pelo interesse na ajuda da defesa dos valores da civilização presentes nos países da África Austral (BARROSO, 2013).

Caetano não tinha fontes necessárias para a discussão da sua situação e não querer assumir formas que depois não pudessem vir a ser corrigidas, por isso Marcelo executou o ato presente em cima e fez uma análise no seu pensamento de que a África Austral estava a ficar como a África do Sul da qual estava cada vez mais afastada do Ocidente.

Um exemplo significativo foi o ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Patrício ter pretendido impedir qualquer situação que permitisse à África do Sul ter um total domínio da situação a vários níveis (ADN, 1969). Em relação a este tema, o governador de Moçambique, Baltazar Rebelo de Sousa através de um extenso relatório escrito e analisado de forma exigente sobre a posição de Portugal no mundo, alertou Caetano:

“para o avanço inexorável dos movimentos de emancipação em África, ao qual Angola e Moçambique não iriam fugir.”

Apesar de todas estas situações, o ano de 1968 irá ser sempre considerado como um ano de enorme desafio para Portugal e os seus pares e aliados na África Austral, daí ter -se podido ver que o escudo defensivo por parte da África do Sul e da Rodésia pertencia à situação militar decorria no sudeste de Angola e em Tete, logo podia-se ver que o primeiro ponto estava efetuado ao ver-se que o papel central da África do Sul podia ter ideias e fortes pontos de resolução da estratégia de contrassubversão implementada na África Austral (IANTT, 1968).

6.2. Os esforços de guerra na Presidência de Marcelo Caetano

O primeiro-ministro Vorster fazendo um contraponto com as ideias defendidas por Verwoerd decidiu querer ser visto como um líder na África Austral através do esforço de contrassubversão presente na África Austral e que foi importante no fornecimento de auxílio militar, financeiro e económico a Portugal e à Rodésia (SOUTO, 2007, pp. 48-49).

Como sublinha o embaixador da África do Sul em Lisboa,

“a personalidade de Caetano parecia adequada às transformações que os principais aliados de Portugal esperavam na política portuguesa, tendo implicação direta na política colonial.”

Através desta afirmação, foi possível verificar através da consequência existente que a manutenção do relacionamento construído e evoluído perante a Rodésia e a África do Sul ainda não estava seguro. Convém referir que o embaixador recebia informações para

prever no relatório as consequências que Portugal poderia vir a ter em relação à substituição de Salazar já que o país enfrentava uma Guerra Colonial em África, possuía bons recursos económicos e financeiros e vivia numa Ditadura implementada em 1933 pelo Estado Novo da qual substituiu a II República que foi marcada por rotativismo e muita instabilidade política e financeira. O culto ao chefe e o autoritarismo eram para se manter e a preocupação também se dava em relação ao que poderia vir a acontecer na África Austral (IANTT, 1967).

O mês de outubro de 1969 ficou marcado pela situação política que estava a ocorrer, podendo fazer referência e sublinhado a uma possível vitória da oposição e o que traria de negativo para a África do Sul já que a sua relação político-militar estava a passar por momentos complicados (BARROSO, 2018).

Ligações próximas e seguras foram mantidas e bem delineadas entre a perceção sul-africana da política interna em Portugal e a apresentação do Plano de Defesa para a África Austral, em março de 1970 em Lisboa, que fez com que fosse determinada como uma raiz para evolução do Exercício ALCORA e o que podia representar a todos os níveis no relacionamento entre os dois países. A clarificação e o entendimento efetuado no relatório da qual foi defendido e apresentado pelos sul-africanos aos comandos portugueses foi vista como um fator forte e fundamental para a para a formalização da cooperação entre Portugal, África do Sul e Rodésia através do Plano de Defesa para a África Austral defendido em março de 1970 (BARROSO, 2018).

Os sul-africanos baseavam e definiam estes temas através da seguinte forma, ou seja, que:

“a intrincada relação entre as guerras travadas em Angola, Moçambique, Rodésia, no Sudoeste Africano e na faixa do Caprivi obrigava a uma íntima coordenação entre a África do Sul, a Rodésia e Portugal.” (AHMNDE, 1960).

Por outro lado, os sul-africanos consideravam que:

“havia um plano concertado para libertar a África Austral, cuja evidência era a construção de infraestruturas financiadas pela China e pela República Democrática da Alemanha, que permitiam a ligação da Zâmbia à Tanzânia, e outras facilidades que os sul-africanos criam poder ser utilizadas para lançamento de ataques sobre a Rodésia e sobre a faixa de Caprivi.”

O reforço e a ajuda prevista não foram efetuados e impostos até meados de 1969, daí ter feito com que Fraser pudesse:

“expressar ao comandante-chefe de Angola que a África do Sul não cederia qualquer equipamento enquanto não fosse satisfeito o acordado.”

Se Portugal não conseguisse impedir as infiltrações dos grupos de combate oriundos da Zâmbia, a África do Sul teria de retirar o seu apoio ao comandante-chefe e a solução seria a execução de incursões sem autorização prévia. Por este motivo, foi possível verificar a questão que Botha fez a Viana Rebelo sobre o empenho e o interesse de Caetano na colaboração na zona implementada na África Austral (BARROSO, 2018).

Segundo os responsáveis portugueses,

“o problema da defesa da África Austral só se pôs à África do Sul porque considerava que Portugal era incapaz de lidar com a subversão, por razões materiais e por razões operacionais relativas à estratégia utilizada.”

Através da análise desta informação, foi possível sublinhar que:

“o início do Exercício ALCORA, decorrente do Plano de Defesa para a África Austral, foi influenciado pela desconfiança que os sul-africanos nutriam pela capacidade dos portugueses e pela mudança anunciada com a entrada de Caetano.”

A segurança da África do Sul foi delineada e implementada pelo aparecimento do valor estratégico no sul de Angola, daí ser necessária a liderança de um projeto político na região por parte dos sul-africanos em que fosse possível criar uma aliança militar e depois fosse possível o seu alargamento.

O objetivo sul-africano quanto à liderança e reforço de uma estratégia na África Austral podia estar em perigo por causa da entrada de Caetano como Presidente do Conselho de Ministros da qual substituiu Salazar nesse mesmo cargo e das novas alterações e ideias políticas que podia implementar em Portugal ao permitir uma mudança no pensamento defendido pelo seu antecessor, da qual é possível exemplificar a questão colonial que podia colocar em causa o planeamento feito a vários níveis para aquela região. Este tema fez com que se pudesse verificar que no período que estava a dar início à Operação Bombaim em 1967 e a importância de negociação de um Plano de Defesa para a África Austral no final de 1969 fez com que as medidas tomadas e decididas numa reunião em Pretória pudessem impedir os militares sul-africanos de evoluir a negociação das conversações existentes entre os negociadores (BARROSO, 2018).

Estas medidas fizeram com que fossem vistas e tomadas como uma das razões principais para a imposição de uma Declaração a Taswell, em 1964, da qual se afirmou que:

“a segurança de Angola era também a segurança da África do Sul, e para se ter decidido a incentivar e apoiar Ian Smith.”

A aproximação de Pretória a Angola e Moçambique foi importante porque estes dois países podiam ter o poder de conter a existência e o avanço do comunismo na África Austral, da qual teve grande realce a partir do início da crise do Congo e do choque sofrido por Portugal em 1961, daí terem tido como objetivo tentarem formalizar um acordo militar regional, da qual pudessem fazer com que ajudassem a nível económico e financeiro para o alcance desse objetivo. O Plano de Defesa implementado na África Austral foi importante para os sul-africanos já que eles deram muita importância ao tema e decidiram fazer o uso de valor da mesma situação.

Caetano estava a sofrer uma grande pressão por parte dos sul-africanos já que se pôde verificar através da seguinte afirmação evocada por Barroso, da qual foi a seguinte, ou seja:

“A substituição de Salazar e os problemas financeiros e políticos que os sul-africanos pensavam pressionar Caetano podem ter catalisado a premência da formalização de um acordo que ligasse Angola e Moçambique ao seu projeto para o futuro da África Austral.”

Os sul-africanos queriam que a coordenação da defesa na África Austral fosse feita mais rápida por causa de diversos motivos como o passado de Caetano a nível do regime existente em Portugal já que era o mesmo de Salazar, os sinais dados no sentido da liberalização política por parte do novo Presidente do Conselho de Ministros, o aumento da contestação interna por parte dos portugueses fez levar a acontecimentos e fases que estavam a ditar o fim do Estado Novo e o início da Democracia em Portugal, da qual se caracterizaram como o Outono Marcelista que foi uma época de descontentamento e infelicidade por parte da população Portuguesa decorrentes nos anos de 1970-1971 e o Inverno Marcelista que levou à queda do regime em que se pôde ver a revolta e tristeza por partes dos portugueses que decorreu entre 1972-1974 e a prioridade e atenção no norte e leste de Angola, onde não se ignorou o conhecimento do diálogo com Kaunda, da qual foram decisivos e definitivos na pressa e rapidez que os sul-africanos tinham na coordenação da defesa e segurança existente na África Austral . Porém, através da interpretação deste assunto, foi possível afirmar que:

“como evolução do relacionamento entre Portugal e a África do Sul, foi o método encontrado pelos sul-africanos para obrigar os portugueses a conceder-lhes a liderança securitária na África Austral.”

Os investimentos efetuados e delineados para o rio Cunene e Cahora Bassa foram importantes para a criação de um projeto político mais amplo e diversificado na África Austral em que a sua preparação fosse feita em Pretória.

6.3. Guerra Civil da Rodésia

A África Austral possuía colónias com fortes possibilidades a nível financeiro e de recursos naturais como foi o caso da Rodésia do Sul. Esta zona era definida como um território possuidor de boas características e em que segundo Guardiola (2009),

“ a organização social e económica mais se aproximava do modelo sul-africano”.

Esta organização era comparada com ALCORA porque esse exercício foi uma aliança militar-secreta organizada por Portugal, África do Sul e Rodésia entre os anos de 1970 e 1974. A África do Sul era um país desenvolvido, organizado, rico a vários níveis, um país que estava próximo de Moçambique a nível territorial e um país já tinha conseguido a independência do Reino Unido no ano de 1910. No continente africano estava-se a enfrentar uma Guerra Colonial entre Portugal e as suas “Províncias Ultramarinas”, da qual a proclamação da independência era o principal objetivo imposto e delineado pelas Colónias Africanas. O cansaço da repressão e autoritarismo de Portugal estava a fazer com que os líderes dos Movimentos de Libertação quisessem uma nova mudança para o seu continente. Salazar que era um Patriota convicto mostrou a sua indignação com o que se estava a passar em África, daí ter avançado para a Guerra em defesa do território do Português.

Como refere Guardiola (2009),

“Os colonos brancos, que representavam em 1960 cerca de 10% da população, e que tinham comprado à Coroa as terras espoliadas aos nativos, não podiam deixar de ver como uma injustiça e uma traição a decisão britânica de entregar o poder a governos saídos de eleições democráticas, necessariamente negros, como já acontecera nas colónias vizinhas (Zâmbia e Malawi). Só a permanência do anterior sistema, em que só votava quem pagasse mais de 100 libras de impostos (a totalidade dos brancos e uma ínfima minoria dos negros) poderia garantir a estabilidade de um regime baseado, de facto, na segregação racial. Eleito em 1964, Ian Smith não hesitaria a proclamar a independência da «República da Rodésia», fazendo aprovar por referendo uma Constituição que consagrava o *statu quo* político e social e a hegemonia dos «africanos

brancos», únicos capazes de desenvolver o país, no respeito pelos «direitos adquiridos» e pelas tradições e culturas africanas.”

Ian Smith defendeu a raça branca e fez com que a decisão fosse favorável a eles. Este governador quis mostrar que como estava a existir em África uma Guerra Colonial entre os portugueses e as suas Províncias Ultramarinas, este governante tinha de mostrar apoio a quem era considerado dono desses territórios, já que a época dos Descobrimentos demonstra isso em relação a Portugal. Os colonizadores apoiavam-se mutuamente e mostravam que era importante manterem aqueles territórios, dos quais eram considerados como valiosos e importantes a nível dos recursos naturais, marítimos e terrestres. A nível de Portugal, foi visto que se chegou a exportar para África embarcações carregadas de produtos manufaturados, como armas de fogo, rum, tecidos de algodão asiático, ferro, joias de pouco valor, entre outros artigos de menor valor comercial em troca de escravos para Portugal dos quais eram explorados a muitos níveis. O comércio Bilateral era muito importante para Portugal e o continente com quem estava a possuir estas relações, mas por outro lado durante os Descobrimentos Portugueses foi possível assistir a um Comércio Triangular entre Portugal, África e América tanto a nível do Norte como do Sul, da qual já foi possível existir um Multilateralismo no relacionamento já que o comércio foi trilateral. Convém referir que durante a Presidência do Conselho de Ministros liderada por Marcelo Caetano foi possível ver a o Multilateralismo existente como foi o caso do Exercício ALCORA em que estiveram presentes Portugal, Rodésia e África do Sul., daí podermos ver a existência e abordagem deste conceito.

Através do que foi explicado anteriormente, é possível verificar da afirmação proferida por Guardiola que:

“Os brancos sul-africanos não podiam deixar de apoiar esta rebelião dos colonos rodesianos, que era vista pelos afrikaners como uma ocasião de se desforrarem da derrota que lhes fora infligida pelos britânicos na Guerra dos Boers, no início do século XX. Mas o «modelo rodesiano» era também sedutor para aqueles colonos portugueses que já se sentiam «africanos» de pleno direito. O máximo expoente desta corrente foi, em Moçambique, o engenheiro Jorge Jardim, que não parou de lutar até ao fim, com o apoio dos dirigentes de Salisbúria, para convencer Lisboa da possibilidade de um acordo com os «nacionalistas moderados», excluindo a FRELIMO. Em Angola, Jonas Savimbi foi o dirigente negro que procurou tirar proveito destas ilusões dos colonos brancos, indo ao ponto de oferecer o seu apoio ao exército colonial para combater o MPLA no Leste.”

A localização geográfica da Rodésia não era favorável, já que não tinha ligação e saída para o uso de vários fatores por via marítima, como é o caso das trocas comerciais com outros países tanto a nível do seu continente como de fora. A esse nível, foi possível abordar que a Rodésia:

“dependia dos portos moçambicanos para o seu comércio externo, pelo que o corredor da Beira, por onde passavam o oleoduto e a via férrea que ligavam Salisbúria à costa do Índico, era de uma importância vital para o regime de Ian Smith, o que fez com que o destino dos dois territórios estivesse sempre indissolivelmente ligado.” (GUARDIOLA, 2009).

A partir de 1966 foi possível ver a dádiva de apoio por parte da FRELIMO a nível do começo da sua luta armada protagonizada pela União Nacional Africana do Zimbabué (ZANU), da qual estava sob a liderança de Robert Mugabe. Por outro lado, foi visto o empenho e o interesse no desenvolvimento do Exercício ALCORA e nas potencialidades que o mesmo desenvolveu, daí podermos ver a importância que esta aliança político-militar teve durante a governação de Marcelo Caetano. O 25 de abril teve determinadas consequências para a Rodésia já que a independência de Moçambique após a queda do Estado Novo teve um impacto forte no seu país. O apoio de Portugal e da África do Sul à Rodésia e ao Zimbabué frente ao movimento de libertação defendido pela FRELIMO. Portugal tinha feito essa posição durante o Estado Novo, da qual o seu país era definido como “Do Minho até Timor” e como Moçambique era uma Colónia Portuguesa, esta mesma podia ser designada de “Província Ultramarina”. Quando se deu a sua independência após a Revolução dos Cravos que instaurou a Democracia em Portugal a 25 de abril de 1974, a Rodésia tinha que aceitar a sua reintegração no Império Britânico da qual a presidência de Margareth Thatcher foi importante para poder negociar com os movimentos de libertação as condições e os fatores que pudessem fazer com que Zimbabué se tornasse independente em 1980.

Este acontecimento fez com que o Governo da FRELIMO sofresse oposição através dos serviços secretos da Rodésia. A RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) fez com que ocorresse uma Guerra Civil no país, da qual só iria ter fim em 1992, da qual fez com que a África do Sul pudesse tomar posse e decisões na Rodésia de forma a mostrar o seu apoio à RENAMO. Por outro lado, viam-se as tropas do Zimbabué a combaterem de forma favorável com o exército governamental moçambicano na zona do “corredor da Beira”.

Como refere Guardiola,

“A transformação deste apoio tático numa aliança formal começou a ser esboçada a 4 de Março de 1970, quando delegações militares portuguesas e sul-africanas de alto nível se reuniram em Pretória para analisar a situação em Angola e Moçambique. O tenente-general C. A. Frazier, que chefiava a delegação sul-africana, fez um balanço pormenorizado das operações realizadas pela SAAF (Força Aérea Sul-africana) de Simões, diretor da Quinta Divisão da Secretaria Geral da Defesa Nacional de Portugal, e pelo brigadeiro Greyvenstein, chefe do Planeamento Estratégico do Ministério da Defesa da África do Sul. A Rodésia juntar-se-ia formalmente à Aliança na reunião seguinte de alto nível, a 30 de Março de 1971, em que se aprova o esboço do projecto estratégico de defesa militar dos «territórios Alcora», actualmente repartidos entre cinco Estados: África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia e Zimbábue.”

O objetivo de Portugal era cooperar e defender de forma forte e a níveis muito altos aquela região já que era de grande valor a vários níveis. O país queria preservar as “Províncias Ultramarinas” e mostrar que elas continuavam nas suas mãos, de modo a permitir que Moçambique continuasse nas suas mãos. O acordo com a África do Sul foi para haver fortalecimento nessa zona e permitir afastar os movimentos de libertação que estavam a ocorrer em Moçambique. O Patriotismo e o Nacionalismo estavam bem presentes e Portugal quis utilizar esses dois argumentos para poder proteger o que é seu desde o século XV, ou seja, o século dos Descobrimentos. Convém referir que o Zimbabué lutava pela sua independência face a Inglaterra, daí esta zona ser importante tanto para Portugal como para África do Sul. A África do Sul, apesar de ter sido uma colónia de Inglaterra, da qual tinha conseguido proclamar a sua independência em 1910, tinha como objetivo ter boas relações com Moçambique, Zimbabué e Portugal, já que os três possuíam recursos naturais muito fortes.

Segundo Guardiola, as atas das reuniões «reencontradas» que eram compostas por sete no total e em que duas eram feitas por ano tanto em Lisboa como em Pretoria:

“dão conta da progressiva intensificação da cooperação entre os três regimes, que ultrapassa, claramente, o âmbito estritamente militar, e do cuidado de Lisboa em manter secreta esta aliança, de forma a preservar a sua «liberdade de ação política» em relação a Pretória e Salisbúria. As razões desta «prudência» portuguesa são múltiplas. No plano internacional, Portugal não quer indispor a NATO (de que é membro fundador) aliando-se abertamente com dois regimes que os outros membros da Aliança Atlântica votaram ao ostracismo. Internamente, este repentino alinhamento com os regimes racistas de Pretória e Salisbúria poderia suscitar reações hostis nos meios mais conservadores do

regime, ao entrar em contradição flagrante com a doutrina do Estado Novo, de um Portugal uno, do Minho a Timor, pluricontinental e multirracial. Dezenas de milhares de portugueses que tinham sido enviados para a guerra, para defender este Império universalista, e não racista, não iriam sentir-se ludibriados, reforçando as dúvidas que muitos jovens oficiais começavam a sentir acerca da justeza da causa que defendiam?”

Estas reuniões mostraram que era muito importante manter o segredo em relação à Aliança Política e Militar, daí poder-se ver que a NATO era muito importante para Portugal já que era uma grande defensora do capitalismo e do Atlântico Norte. Apesar de ter existido contra-posição a nível da defesa do racismo e do que poderia suscitar na ala conservadora do regime já que Portugal era considerado como multirracial, fez com que muita gente comesse com dúvidas em relação aos valores de Portugal. Portugal estava a focar-se nos seus interesses e a esquecer os valores que estavam a existir. A Guerra Colonial e a defesa do seu território fizeram com que a abordagem e os pensamentos de Portugal fossem mudados, daí o país ter entrado em conversações com países possuíam práticas racistas como foi o caso da África do Sul através do Apartheid.

O governante português quis arranjar uma estratégia de dissuadir a oposição que estava a existir em África e de conseguir alcançar a vitória a nível militar, daí o país ter cedido às pressões e exigências dos países com quem estava a ter relações de cooperação com a África Austral. Convém referir que os governantes portugueses estavam a demonstrar infelicidade com a atitude das tropas portuguesas na Guerra Colonial, pondo grande parte da culpa aos seus líderes. Portugal queria afastar o mais depressa possível quem queria proclamar a sua independência e ficar seguro que continuava a ser um país forte e competente a esse nível. A criação e definição de um conceito estratégico da aliança tripartida foi feito em Novembro de 1972 em Lisboa, do qual Portugal tinha de estar atento às ameaças perigosas e que podiam fazer com que o país não tivesse sucesso no que pretendia, daí poder-se falar do comunismo que era pertencente à URSS e da oposição forte que fazia aos EUA no mundo e o nacionalismo africano que foi relevante para os países africanos, dos quais eram “Províncias Ultramarinas” de Portugal, pudessem proclamar a sua independência em que só a conseguiram após a Queda do Estado Novo e a instauração da Democracia através da Revolução dos Cravos no dia 25 de abril de 1974. A Aliança Estratégica com ALCORA permitia que Portugal ficasse mais forte e desenvolvido naquela região, de modo a proteger o que é seu e que foi conquista de forma forte e heroica pelos seus Descobridores no século XV. Os feitos dos Portugueses sempre foram valorizados pelos governantes do Estado Novo. O Acordo que Portugal fez com a África do Sul foi importante para ambos poderem preservar aquela região e impedir que

algo de novo pudesse ocorrer. Esta Aliança político-militar estabelecida entre estes dois países permitiu mostrar que Portugal não estava a ser totalmente forte na defesa das suas “Províncias Ultramarinas.” Caetano teve como um dos principais objetivos após a sua tomada de posse em 1968 de poder dar a independência às Colónias Africanas, mas só que a pressão constante da Ala Conservadora fez com que se pudesse ditar o contrário, daí ter seguido a política implementada e defendida por Salazar. Marcelo Caetano quis mostrar a imposição de força e proteger de todas as formas o que pertencia a Portugal. Aliás, Portugal quis convencer várias nações africanas que o seu território estava a passar por uma fase de perigo naquela zona, mas só alguns países africanos é que deram apoio a Portugal, enquanto outros não concordaram com o que se estava a passar e mostraram o seu descontentamento e infelicidade perante a situação.

A África do Sul fez uma análise breve e excelente da situação, daí poder ver:

“ os governos africanos superar os seus diferendos e progredir nos seus esforços contra nós», o que faz prever um aumento dos apoios às «organizações terroristas», o acordo entre os ministros da Defesa de Portugal e da África do Sul para a criação de uma «Organização Permanente de Planeamento Alcora» (PAPO, em inglês) só será assinado em Outubro de 1973, ainda a tempo de permitir que na sexta reunião de alto nível do Alcora que teve lugar em Salisbúria em Novembro se avançasse no sentido de um Exército comum, com a criação de um Quartel-General, sediado em Pretória, em instalações próprias, sob o comando do major-general sul-africano Clifton, primeiro diretor-geral da PAPO.”

A África do Sul quis fazer um alerta a Portugal do perigo dos movimentos de libertação nessa região e nas consequências que poderia ter para aquela zona. Porém, o país sul-africano queria paz naquela região, daí querer que Portugal continue a ter soberania sobre Moçambique já que era sua Província Ultramarina e foi um território descoberto com muito esforço por parte dos portugueses. A África do Sul queria impedir o perigo que poderia vir a ter no seu território, já que apesar de Moçambique ser “português”, o país Africano poderia querer expandir o seu território juntamente com o Zimbabué e até querer fazer uma invasão à África do Sul. Por outro lado, Moçambique ao continuar nas mãos de Portugal podia fazer com que a África do Sul continuasse a ser mais forte que os outros países a nível dos recursos naturais porque se um deles conseguisse a independência, poderia ser visto como países fortes e que conseguiram lutar de forma dura contra Portugal. A proteção da Rodésia também era importante já que era importante para o relacionamento entre Portugal e a África do Sul, daí mostrar que esse território não podia

ficar nas mãos do Zimbabué. A única forma de resolver essa situação ao país que é colónia de Inglaterra, é iniciar uma fase de descolonização desse país e torná-lo independente de Inglaterra. Também convém referir que o ligeiro atraso na entrada em funções por parte do Quartel-General em janeiro de 1974 se deveu à falta de organização por parte da Rodésia e de Portugal na nomeação dos representantes para os cargos dos quais estavam destinados e podiam exercer o seu poder.

O país Sul-Africano mostrou-se totalmente interessado no território e na defesa e desenvolvimento da sua aliança, da qual foi possível colocar até “cem mil homens, brancos” de modo a poder criar fortes brigadas a nível militar com o objetivo de protegerem qualquer zona de Angola e Moçambique que eram Províncias Ultramarinas de Portugal, daí ser possível ver que o reforço e a ajuda que iam dar a Portugal que apenas necessitou de um pequeno contributo e empenho de alguns comandos e para-quedistas. O objetivo era fazer com que aquela região ficasse mais forte e que a cooperação com Portugal pudesse ser benéfica para os dois. Um exemplo significativo para essa relação foi a assinatura de um acordo entre o Ministério português das Finanças e a South África Reserve Bank no dia 8 de março de 1974 que permitia a Portugal um empréstimo de 150 milhões de rands que eram vistos como seis milhões de contos portugueses segundo o câmbio da época, dos quais eram importantes para a compra do material para a guerra através do uso das prestações mensais de cinco milhões de rands. O país precisava de uma ajuda financeira porque durante a Presidência do Conselho de Ministros liderada por Marcelo Caetano, foi possível verificar que a sua economia não estava tão forte e desenvolvida como no tempo do seu antecessor. Convém referir que quando Caetano chegou a Presidente do Conselho de Ministros, Salazar tinha deixado o país forte a nível económico. Por isso, esta ajuda financeira foi importante para Portugal poder melhorar a sua economia e compensar os gastos feitos na Guerra Colonial ocorrida durante os anos 60 em África.

Através do que foi referido anteriormente, é possível ver o empenho que Salazar demonstrou em relação à crise da Rodésia, daí ter escrito uma carta a L. Johnson para poder apresentar os seus argumentos a 11 de maio de 1966, daí afirmou que a Rodésia se situa na região de África com maior índice de desenvolvimento, encontra-se livre de infiltração comunista e é totalmente contra esta barreira. Salazar quis mostrar que precisava de apoio para a resolução da Guerra Colonial em África e queria manter as suas “Províncias Ultramarinas” já que para ele era um sentimento de orgulho e patriotismo feito nos seus antepassados. O governante português quis pedir ajuda ao aliado Norte-Americano para poder manter o que já tinha sido conquistado naquele tempo. Por outro

lado, Salazar não via com bons olhos o facto da Rodésia ter um governo de minoria, mas essa minoria ser branca, daí ter aquela esperança e sentimento que os brancos rodesianos se iriam juntar à administração do Governo da Rodésia, do qual era composto por uma maioria negra. Convém referir que para Salazar havia sempre o perigo do alastramento do Comunismo e do Ocidente ter que enfrentar uma crise militar muito dura com a URSS, já que naquele tempo estava-se a enfrentar uma Guerra Fria entre o Capitalismo defendido pelos EUA e o Comunismo pertencente à URSS. O argumento imposto por Portugal podia fazer com que os EUA seguissem a sua linha de opinião e pensamento, já que a proteção do Atlântico Sul e o acesso ao Oceano Índico eram fatores fundamentais para o desenvolvimento na relação feita entre os dois. Porém, o objetivo era evitar a existência tanto de crises militares como económicas e financeiras, das quais poderiam trazer consequências consideradas graves para as duas moedas de troca do ocidente que eram o dólar e a libra. Por conseguinte, Salazar proferiu uma opinião que o Presidente dos EUA devia colocar em prática um papel que jamais iria ser esquecido, de modo a evitar uma crise que atingisse níveis graves de proporções e que fosse prejudicial para a NATO e para os seus membros, daí não ser favorável a que Inglaterra dê independência à Rodésia.

Salazar escreve uma carta a Johnson no dia 15 de maio de 1965, do qual permitiu a Vasco Garín, embaixador em Washington, de mostrar as consequências que o uso da força, ou neste caso o Hard-Power podia colocar na África do Sul. A preocupação do Embaixador português nos EUA ao fazer com que esta informação fosse chegada a Rostow (assessor de L. Johnson na Casa Branca, fez com que a Guerra Colonial que estava a existir em África entre a Inglaterra e o Zimbabué, podia trazer consequências para a África do Sul, do qual eram totais defensoras da paz existente nessa região, daí ser a favor de Portugal. O Zimbabué queria proclamar a sua independência, mas os Britânicos consideravam a região da Rodésia valiosa e importante para eles. Os Sul-Africanos não queriam mais dissidências com os ingleses, já que este país tinha conseguido a sua independência em 1910. A preservação da paz era um dos objetivos, daí ter feito uma cooperação com Portugal para poder fazer o uso da proteção ao seu território e permitir relações de cooperação com a Rodésia. Os Britânicos sempre demonstraram um grande interesse por aquela região desde os tempos do século XIX através da entrada do Mapa Cor-de-Rosa e do Ultimato que tinha sido feito a Portugal. Porém, Portugal como tinha boas relações com os EUA, permitiu mostrar através desta preocupação que estava interessado em possuir as suas Províncias Ultramarinas. O grande relacionamento com os EUA deve-se ao facto de ambos pertencerem à NATO e defenderem a ideologia Capitalista. A expressão imposta em relação ao uso da força imposto pela Grã-Bretanha, poderia

provocar um acontecimento que poderia ser catastrófico para o desenvolvimento dessa região. Aliás, os EUA sabem muito bem a luta que tiveram de ter para poderem ter conseguido a sua independência em 1776 face aos Britânicos. Portugal quis mostrar aos EUA que precisava da sua ajuda e teve como argumento pedir essa cooperação por parte dos americanos já que eram considerados como uma superpotência muito forte a nível económico e mundial.

Por outro lado, foi possível verificar na insistência de Garin no consentimento e objetivo de definir “novos passos para a internacionalização” do problema rodésiano, mas a crise da Rodésia fez com que Dean Rusk pudesse ter o conhecimento do significado, daí fazer um apelo ao sentimento defendido pelos norte-americanos em que permitiram estabelecer um objetivo e um ponto por parte do governo britânico de levar ao Conselho de Segurança a análise da crise da Rodésia e os fatores que poderiam vir a ter a nível das suas consequências. Este ponto também foi comparável com atitude dos japoneses em Pearl Harbour que atacavam um porto no momento em que estavam a fazer uma negociação em Washington, daí terem feito um apelo para um debate no Conselho de Segurança sobre este tema e o que era possível fazer para a sua resolução. A estratégia de Portugal tinha como principal objetivo culpar as Colónias Africanas pela existência da Guerra Colonial, já que elas eram grandes defensoras da independência do seu território, daí pedir auxílio à ONU para ajudar Portugal e a África do Sul a resolverem este caso. Caetano já tinha sofrido pressão por parte da ONU em relação a poder dar independência às suas Províncias Ultramarinas, daí ver que este assunto não teve grandes facilidades ao nível da sua negociação. A 17 de Maio, Garin tentava mostrar a Dean Rusk o significado da crise da Rodésia e, apelando ao sentimento mais profundo dos norte-americanos, comparou a acção do governo britânico de levar ao CS a crise da Rodésia (porque ao mesmo tempo A. Ross negociava em Lisboa) com a atitude dos japoneses em Pearl Harbour, que atacavam o porto no momento que negociavam com Washington.

Através do que foi escrito anteriormente, é possível verificar que:

“Garin exprimiu que a atitude da Grã-Bretanha com a Rodésia contrariava a autonomia que lhe tinha sido concedida desde 1943 e que estava a “arrastar a comunidade internacional para medidas que nunca haviam sido tomadas”, violando princípios fundamentais do direito internacional. Lembrou que Portugal concedeu facilidades nos Açores quando Hitler podia ter destruído Lisboa em 24 horas” e que se Ian Smith fosse atacado e caísse, “o caos e a desolação” no Sul da África seria “mais vasto que no Vietname”.

O governo Português demonstrou apoio a Ian Smith no continente Africano em que o objetivo era que a zona continuasse a manter os países que eram pertencentes a Portugal e África do Sul a nível do estabelecimento do Acordo ALCORA entre os três países. Convém referir que a zona da Rodésia foi analisada de forma pormenorizada a nível da sua geografia e das potencialidades que poderia ter a nível terrestre, já que a nível marítimo não era a parte mais forte dessa região. Através do que foi afirmado anteriormente, foi possível verificar que o Governo Português quis demonstrar ao governo Sul-Africano a “força da geografia” naquela região.

Através da imposição desta medida, foi possível verificar que Guardiola (2009) conseguiu interpretar que:

“Servindo-se da influência que o governo português tinha, em certa medida, sobre Hastings Banda, foi enviado um telegrama para a Embaixada de Portugal em Zomba para que o representante português procurasse os bons ofícios junto do líder africano para influenciar Kaunda. Pretendia-se solicitar que ambos governantes “conjugassem esforços” para interceder junto de outros países africanos e da Grã-Bretanha, a fim de facilitarem o bom termo das negociações anglo-rodésianas, contribuindo “para a manutenção da paz”, sem a qual não haveria “cooperação e progresso” nesta “vasta área de África”.

Esta afirmação permitiu mostrar a importância que Portugal estava a ter para a imposição de um certo diferendo naquela região, mas também se chegou a ver a importância que os africanos e os Britânicos podiam ter no relacionamento com a Rodésia, do qual o principal objetivo era fazer com que houvesse um grande entendimento entre eles.

O pacto criado por Portugal e a Rodésia fez com que o jornal alemão Bayern Kurier escrevesse um artigo com o título de “Aliança Branca no Continente Negro” em que se referia:

“a um pacto de defesa entre Portugal e a Rodésia, contra os “guerrilheiros que a partir da Zâmbia e da Tanzânia” operavam contra Moçambique e Rodésia de forma coordenada. O jornal adiantava que ao nível local havia já uma estreita coordenação entre os comandos portugueses e rodésianos, mas sem uma “estratégia de defesa coordenada”. Além do mais, se os portugueses retirassem de Moçambique, isso significava para a Rodésia ficar rodeada por inimigos exceto a Sul, onde a RAS (República da África do Sul) era o pilar de suporte. Com o “pacto de Lisboa entre Marcelo Caetano e Ian Smith” as ações dos dois exércitos passariam a adotar um novo modus operandi baseado numa

“defesa-ofensiva”, na qual forças especiais aeromóveis desempenhariam um papel fundamental na defesa das fronteiras de Moçambique com a Zâmbia e Tanzânia.”

Portugal e Rodésia tiveram que formar uma aliança para se protegerem dos movimentos de libertação moçambicanos. Também explica de forma breve que Portugal não se podia retirar daquela região, se não tinha hipóteses de perder o seu território. O aliado certo para a sua ajuda é a África do Sul que é importante para a ajuda e cooperação com Portugal. A estratégia implementada através do modo defensivo e ofensivo foi importante para a proteção de Moçambique a nível territorial e dos ataques que podiam vir da Zâmbia e Tanzânia, dos quais fizeram com que Marcelo Caetano e Ian Smith fizessem uma cimeira entre eles para poderem abordar e discutir esta situação que tem piorado desde 1971.

Convém referir que já tinham aparecido antecedentes importantes a nível da preocupação em relação à defesa e segurança dos países como foi o caso da visita de Roy Wellensky a Lisboa no dia 19 de novembro de 1962. Apesar de terem existido estas dissidências, o período de maior desentendimento e desconforto para ambas as partes foi na forte luta contra-subversiva em Moçambique e na Rodésia, dos quais fizeram com que o período de 1964 a 1968 fosse importante para o lançamento de bases para a cooperação importante para as lutas ocorridas, dos quais levou à queda do regime do Estado Novo a 25 de abril de 1974 com a instauração da Democracia. As preocupações de segurança e defesa entre ambos países remontam à Federação e tinham sido já debatidas na visita de Roy Wellensky a Lisboa em 19 de novembro de 1962. Embora a notícia anterior se refira a um período já de forte luta contra-subversiva em Moçambique e na Rodésia, é no período 1964-1968 que entre a Rodésia e Portugal foram lançadas as bases para uma mais efetiva cooperação na luta subversiva, até ao derrube do regime português em 1974, daí terem estabelecido fronteiras militares em que fossem importantes para o desenvolvimento dos armamentos, técnicas militares e valorização da operação de sustentação do qual fosse benéfico e importantes para se fornecerem armamentos, equipamentos e abastecimentos, dos quais foram importantes para o desenvolvimento da Força Aérea e do Exército Militar da Rodésia. Outro ponto de enorme importância era a preocupação que a defesa e a segurança na África Austral tiveram na Zâmbia e Malawi em meados de 1963, do qual fez com que se projetasse uma reunião em Lourenço Marques com várias delegações de cariz militar em que o seu papel foi relevante como Angola, Moçambique, Federação das Rodésias e da Niassilândia e África do Sul, cujo objetivo foi:

“formação de uma agenda para uma posterior conferência, em que fossem tratados vários aspetos da possível cooperação entre Portugal e aqueles dois países nos sectores da defesa e segurança”.

A decisão do governo Britânico para a secessão da Zâmbia fez com que a Federação sofresse consequências, dos quais fizeram com que essa conferência não se chegasse a realizar em que apesar desse acontecimento, podia fazer com que fossem mantidas as facilidades impostas na Rodésia do Sul e na continuidade de muitos acordos.

As relações militares com a Rodésia foram importantes para o desenvolvimento do apoio logístico e troca de Intelligence, já que até 1966, as guerras no interior da Rodésia eram raras porque não acreditavam na força que Smith poderia ter e achavam que o mesmo iria ser derrotado por uma intervenção militar britânica ou por parte da ONU, já que esta Organização não concordava com o que se estava a passar.

Como refere Flower,

“Inicialmente, as relações militares com a Rodésia assumiram a forma de apoio logístico e troca de Intelligence, já que, até 1966, as atividades das guerrilhas no interior da Rodésia eram diminutas, porque os líderes nacionalistas negros acreditavam que Smith seria derrubado por uma intervenção militar britânica ou da ONU. A ação das autoridades rodesianas correspondia a acções contra-subversivas de pequena escala do tipo “operação de polícia” ou “estabelecimento de lei e ordem”.

K. Flower fez uma viagem até Lisboa para poder fazer uma análise da situação e convencer Marcelo Caetano a mudar a sua posição, daí ter feito com que em 1971 fosse possível ver as consequências da situação militar em Tete, Cabo Delgado, Niassa e a preocupação da Rodésia com Moçambique. Já mais tarde, em 1971, com a deterioração da situação militar em Tete, Cabo Delgado e Niassa, a preocupação da Rodésia com Moçambique originou uma viagem a Lisboa de K. Flower para discutir a situação e convencer Marcelo Caetano a seguir outra abordagem.

Neste relatório, a CIO propõe que se mantenha a cooperação com Portugal para que não abandone o território que, a acontecer, representaria uma enorme perda para os interesses da Rodésia. De uma situação de vantagem no período de 1964 a 1972, a Rodésia e Portugal passavam a enfrentar uma situação de impasse de consequências imprevisíveis “operação de polícia” ou “estabelecimento de lei e ordem”.

A abordagem defendida por Flower para Moçambique centrava-se:

“no aumento da responsabilidade da polícia e colocar a segurança da população rural como centro de gravidade das operações militares, tal como os rodesianos baseavam o sucesso das operações militares contra-subversivas na Rodésia. Este facto levou Marcelo Caetano a informar Kaulza de Arriaga que o chefe da CIO da Rodésia “culpava” os generais portugueses do insucesso das operações em Moçambique.”

Portugal teve desentendimentos com a Grã-Bretanha, mas o governo português foi favorável no apoio a Ian Smith, sempre com a possibilidade de saber da existência de divisões e consequências a esse nível, daí poder ver-se o apoio fornecido a nível técnico e militar por parte das forças da Rodésia às forças portuguesas em Moçambique, do qual se considerou como um ponto importante e imprescindível ao nível da cooperação existente entre os países.

As dificuldades do país no relacionamento com os seus tradicionais aliados fizeram com que Portugal pretendesse estabelecer relações de cordialidade e respeito com a França e Alemanha Federal de modo a que possam ajudar as potências europeias a resolver as dissidências provocadas pelos aliados. A hostilidade e política de dureza imposta pela Organização da União Africana e o aparecimento de movimentos nacionalistas revolucionárias fizeram com que no continente africano fosse possível a importância da cooperação entre a África do Sul e a Rodésia para a continuidade do regime de Smith. Apesar deste bom entendimento, também é importante sublinhar o relacionamento que este país teve com Portugal para se poderem resolver as situações impostas em Angola e Moçambique durante a Guerra Colonial iniciada nos anos 60. Aquela região era importante para os dois países, daí se cooperarem de forma interligada para poderem resolver a guerra que estava a ocorrer naquela região. O Exercício ALCORA foi fundamental para o relacionamento entre os países, já que permitiu que se criassem laços a nível do bom relacionamento entre eles. A Rodésia dos Sul-Africanos foi importante para o relacionamento de Portugal com as suas Províncias Ultramarinas, já que a região estabelecida era importante para o relacionamento de Portugal com Moçambique, já que o país queria continuar a ter soberania sobre o conquistou em África. Por outro lado, o multirracismo como já foi possível ver ao longo da Dissertação, foi um dos aspetos em comum presentes nos dois países.

O relacionamento de Portugal com os EUA foi importante para o desenvolvimento e crescimento da Europa Ocidental e da NATO, já que o país era muito forte a nível da região banhada pelo Atlântico Norte, daí ser possível abordar e analisar a importância da

Base das Lages como ponto importante a nível estratégico no relacionamento com os EUA, daí permitir que as negociações com a Base das Lages pudessem continuar.

O relacionamento de Portugal com África permitiu mostrar que era:

“possível reforçar a posição de Portugal se o regime de Smith, saído do turbilhão político iniciado a secessão da Federação se mantivesse, sendo necessário pôr em marcha um plano integrado para o apoiar. Porém, para além das ameaças personificadas pelos países da OUA, era necessário contar com a oposição severa da Grã-Bretanha, a potência colonial da Rodésia do Sul e o aliado secular de Portugal.”

Esta afirmação permitiu mostrar a insegurança que Portugal tinha, daí poder ver-se que era importante ter uma proteção naquele território de forma a poder ter o apoio da África do Sul, mas também dos EUA para Portugal não perder o território de Moçambique e a África do Sul não ficar sem a Rodésia.

O governo Português fez uma análise detalhada da situação a nível geográfico e permitiu a facilitação do acesso dos países pertencentes ao hinterland no Oceano Índico e Atlântico, daí permitiu fazer o uso da proteção dos seus interesses e da influência que os acontecimentos podiam ter no desenvolvimento da África Austral. A interpretação que Portugal fez da situação foi vista através dos instrumentos de poder que possuía, daí ter colocado a diplomacia no topo já que era importante para as relações de cooperação entre eles.

Franco Nogueira e Freitas da Cruz abordaram a diplomacia de forma personificada de modo em que a delineação feita a nível dos seus objetivos pudesse ser definida como um instrumento de maior realce e do qual poderia ser importante para a “repartição estratégica feita entre os dois diplomatas. Estes dois diplomatas possuíram um papel importante nas relações externas de Portugal do qual foi possível verificar que Freitas Cruz teve um papel decisivo na melhoria e aproximação das relações com a Rodésia, principalmente feita em relação à proximidade e cooperação existente com altos funcionários desse país. Por outro lado, Franco Nogueira definiu-se como protagonista no relacionamento entre Lisboa, Londres e a ONU, principalmente em relação à Guerra Civil da Rodésia e à importância que Moçambique tinha para Portugal, daí ter sido possível verificar o papel relevante que teve em defender e proteger as medidas impostas pelo governo português.

A nível da economia foi possível analisar a importância que a mesma teve para o governo da Rodésia na missão com esses fundamentos chefiada por Calvet Magalhães, daí ter sido visto como um autor com uma relevância forte a nível político e da qual fez com que o sucesso fosse alcançado a nível dos laços comerciais existentes, dos quais fez uma análise

de forma pormenorizada da situação e permitiu que o relacionamento existente pudesse evoluir e desenvolver-se como tinha sido planeado. Os termos e fatores económicos que merecem ser sublinhados são a possibilidade de garantir o fluxo de combustíveis existente e fazer com que tenha um papel importante no relacionamento comercial como foi o caso do embargo imposto à Rodésia. Porém, o apoio económico fornecido a Salisbury foi delineado como forma de abastecer os combustíveis, da qual ainda permitiu gerar mais desentendimentos com a Grã-Bretanha que era um antigo aliado histórico de Portugal e que estava debilitada por causa dos acontecimentos que ocorreu em Goa no ano de 1961. Por fim, foi possível verificar que a determinação, o foco e o empenho do governo português em manter-se no continente africano teve como base o estreitamento no Bilateralismo existente a nível dos “poderes brancos” presentes na África Austral. Os fatores políticos, económicos e o nível dos recursos naturais foram importantes porque apesar de não se poder definir como uma zona muito forte a nível marítimo, podia-se dar valor a outros pontos decisivos e fundamentais para aquela região.

CAPÍTULO VI – EUROPA

1. Relacionamento de Portugal com a Europa

Maio de 1970 foi o mês do pedido de abertura das negociações por parte de Portugal, tendo como principal plano a integração no Mercado Comum (BAPTISTA, 2009).

A adesão à Europa dividiu as elites políticas portuguesas, entre os reformistas que viam nesse gesto o impulso vital para a democratização e modernização do país, e os "ultramarinistas" que defendiam a manutenção intransigente da política colonial. Este debate, que acabou sendo sobre a própria sobrevivência do regime, foi enquadrado por alguns jornais, apesar da Censura, e reflete as profundas contradições do Marcelismo. A política salazarista em relação à Europa tem sido apelidada pelos estudiosos da matéria como "pragmática".

As elites políticas portuguesas ficaram divididas no pensamento de adesão à Europa, da qual foram vistos pensamentos importantes como o impulso vital para a democratização e modernização do país por parte dos reformistas e a defesa da manutenção total e exigente da política colonial defendido pelos ultramarinistas. O debate e diferenciação de ideias foi enquadrado e destacado por alguns jornais, em que apesar da existência da Censura, tornou-se contraditória e totalmente opositora aos pensamentos defendidos por Marcelo Caetano. Convém referir que este debate foi importante para a sobrevivência e continuidade do Estado Novo que já estava a entrar no declínio e no período do Inverno Marcelista iniciado em 1970 (CASTILHO, 2003).

Segundo alguns estudiosos deste tema,

“A política salazarista em relação à Europa tem sido apelidada como pragmática”.

Apesar de ter permanecido uma ditadura até 1974, o país integrava e cooperava com os principais organismos económicos europeus, não vivendo os mesmos níveis de isolamento internacional experienciado pela vizinha Espanha nos anos a seguir ao fim da II Guerra Mundial. Foi um dos Estados fundadores da NATO (Organização do Tratado Atlântico Norte), em 1949, e da EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), em dezembro de 1959. Entre 1415 e 1975, Portugal deixou a Europa e manteve sucessivos impérios ultramarinos. Nesses quase seis séculos, explorou minimamente as ligações umbilicais à Europa e tocou – em maior ou menor grau, pela cultura, pelas trocas

mercantis ou pela dominação política e militar – os cinco continentes e os oceanos conhecidos e a conhecer (CASTILHO, 2003).

Portugal integrou e cooperou com os principais organismos económicos europeus mesmo durante o período do Estado Novo e da Ditadura que durou de 1933 até 1974 ao fazer uma analogia com Espanha que também vivia sob um Regime Ditatorial liderado por Franco ao nível do isolamento Internacional do país vizinho nos anos seguintes ao final da II Guerra Final (BAPTISTA, 2009).

Os exemplos significativos para esta situação foram Portugal ter sido um dos Estados fundadores da NATO (Organização do Tratado Atlântico Norte), em 1949, e da EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), em dezembro de 1959. Porém, devido à sua expansão colonial e valorização da impulsão dos seus Descobrimentos que ocorreu durante o séc. XV, da qual permitiu Portugal ficar conhecido como um grande dominador de mares e Oceanos, o país manteve os seus impérios ultramarinos conquistados em África. Este foi o grande motivo para Salazar se orgulhar das suas conquistas e valores obtidos pela Nação Portuguesa. A Guerra Colonial iniciada em 1961 da qual os Africanos pediam a Independência dos seus países face a Portugal foi exemplo significativo para Salazar expressar duas frases importantes que são as seguintes:

“Portugal: Do Minho até Timor”, “Portugal e as Províncias Ultramarinas.”

Convém referir que segundo Batista,

“Entre 1415 e 1975, Portugal deixou a Europa e manteve sucessivos impérios ultramarinos. Nesses quase seis séculos, explorou minimamente as ligações umbilicais à Europa e tocou – em maior ou menor grau, pela cultura, pelas trocas mercantis ou pela dominação política e militar – os cinco continentes e os oceanos conhecidos e a conhecer.”

Esta afirmação permite mostrar que as relações mais importantes que Portugal teve foram com as suas Colónias espalhadas pelos vários continentes da qual poderemos exemplificar o Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique no Continente Africano e Timor na Oceânia. Convém referir que nesta lista, só uma Colónia tinha conseguido a sua independência. Nesse caso falamos do Brasil que conseguiu a sua soberania no dia 7 de setembro de 1822 através do Grito do Ipiranga proclamado pelo rei D. Pedro IV “O Liberal”, rei de Portugal e D. Pedro I do Brasil. Salazar tinha orgulho no passado Colonial iniciado em 1415 com a conquista de Ceuta, daí ter tido como objetivo defender o que considerava de Portugal e impedir que as colónias africanas conseguissem alcançar o que pretendiam. Por outro lado, durante este

espaço temporal, Portugal conseguiu estabelecer poucas boas relações diplomáticas com os países do seu continente, da qual se destacaram a ajuda que os ingleses prestaram a Portugal durante as Invasões Francesas que decorreram entre 1807 e 1813, o Tratado de Paz em 1668 após a Restauração da Independência a 1 de dezembro de 1640 em que Portugal esteve sob domínio de reis Espanhóis durante 60 anos e em que o rei de Portugal nesse ano era D. Pedro II “O Pacífico” e o bom relacionamento que Salazar teve com Franco durante a Guerra Civil Espanhola entre 1936-1939 em que os comunistas republicanos foram liderados Manuel Azaña e os nacionalistas monárquicos que foram comandados por Francisco Franco. Convém referir que o Tratado de Alcáçovas assinado em 1479 e o Tratado de Tordesilhas foram importantes para os Descobrimentos e para a delimitação dos territórios entre Portugal e Espanha (BAPTISTA, 2009).

O relacionamento com a Europa não foi tão extenso e vasto como tinha sido com as colónias que Portugal possuía naquela altura, aliás os dois Tratados que referi anteriormente tiveram como principal foco os descobrimentos dos territórios que a Expansão Ultramarina Portuguesa e Espanhola estavam a conseguir naquela altura (PINTO LEITE, 1970).

Fazendo uma analogia da Política Externa implementada por Salazar e Marcelo Caetano a nível da Europa, foi possível verificar através desta informação que:

“A adesão de Portugal à EFTA, ao contrário da assinatura dos Acordos entre Portugal e as Comunidades Europeias, em julho de 1972, não suscitou a hostilidade dos ultra conservadores que sempre defenderam com intransigência a "opção ultramarina", isto é, a manutenção à força das antigas colónias africanas e de Portugal como "nação pluricontinental".”

Este argumento permitiu mostrar à população que os ultraconservadores não se reviam na CEE e pretendiam que Portugal continuasse isolado, daí só ser visto como “Portugal: Do Minho até Timor”, “Portugal e as suas Províncias Ultramarinas” e “Orgulhosamente sós”. Marcelo Caetano quis um grau de abertura ao mostrar interesse nas relações com a CEE, mas os defensores fortes e convictos da Política Salazarista pensaram e argumentaram de forma contrária.

Como argumenta Batista,

“A questão da adesão de Portugal à CEE (Comunidade Económica Europeia) não só introduziu a ideia de Europa no debate público nacional como concentrou em si as profundas divisões existentes entre as elites portuguesas e, nessa medida, motivou uma discussão acerca da sobrevivência do próprio regime. A revisão constitucional de 1971,

prevendo maior autonomia para as chamadas províncias ultramarinas, a existência da Ala Liberal saída das eleições legislativas de 1969 e a agitação que as iniciativas daqueles deputados provocaram na Assembleia Nacional, insistindo sempre na necessidade de o regime enveredar por uma "democracia de estilo europeu", nas palavras de Sá Carneiro, são sinais claros de que amplos sectores das elites tinham já interiorizado e pugnavam por uma reconversão geral das grandes opções nacionais.”

Marcelo Caetano colocou em prática grandes reformas a nível social, educacional e económico entre os anos de 1968 e 1970, em que a sua rejeição na procura de uma solução negociada para a guerra colonial teve uma determinada consequência nesses sectores reformistas (CASTILHO, 2003).

Marcelo Caetano colocou-se em segurança em relação ao desalinamento daqueles que se julgaram seus aliados, daí ter mudado de opinião nas reformas e conduzido à generalização do descontentamento popular e à radicalização da oposição ao regime.

Isto levou a que Batista sublinhasse que:

“Na fantasia construtiva de alguns, o colóquio patrocinado pela AIP foi um palco simbólico onde se rasgou o "rumo de país novo", título de um livro de Xavier Pintado, um dos obreiros das reformas nesta área. O discurso político que suportou e inventou a ideia deste outro Portugal – um país mais industrializado e mais atrativo para o investimento estrangeiro, que deixava de basear as suas vantagens competitivas apenas numa política de baixos salários para apostar no aumento da educação e da formação profissional, abrindo -se sem medo ao mercado europeu – recebeu um amplo e favorável acolhimento dos jornais liberais, que o amplificaram e legitimaram em textos argumentativos. Todas as questões relativas à política económica repousavam por isso num espesso fundo político que as tornava altamente explosivas e, exatamente por isso, mobilizadoras do ponto de vista do jornalismo. A dicotomia Europa / Ultramar assumiu um relevo particular durante o Marcelismo.”

Por outro lado, Batista também sublinhou que:

“Para além dos aspetos político -ideológicos, que se mantinham bastante fortes numa parte dos políticos sobrevividos ao salazarismo, a manutenção da política colonial era conforme aos interesses de um setor industrial tradicionalista que via as colónias como mercado fácil e pouco exigente, desobrigando-os da modernização imposta por uma hipotética adesão à Europa. "Voltá-lo para a Europa significa inverter-lhe as linhas normais de convívio, com benefícios dificilmente previsíveis nos esquemas clássicos da economia".”

O interesse pela Europa poderia ser importante para uma aproximação e um regresso às boas velhas práticas liberais, daí podermos ver as afirmações proferidas por Mário Soares no testemunho do seu exílio em 1974 “Portugal Amordaçado” da qual afirma que:

"no século XIX, Alexandre Herculano, "liberal dos sete costados", teve a visão da singularidade do caso português, no mundo, e por isso concentrou a sua atenção no Portugal medievo, essencialmente democrática, cioso das suas franquias e liberdades municipais. Velho combatente contra o absolutismo, Herculano pretendia entroncar Portugal na tradição democrática, por forma a poder retomar o seu lugar no concerto das nações progressivas da Europa.”

Seguindo a linha de Soares, Antero Quental e toda a famosa geração de 70 procuraram:

“integrar Portugal no movimento de ideias comuns a toda a Europa, no convencimento de que estava aí a condição necessária e suficiente para pôr um travão à decadência plurissecular e para encaminhar o país na senda do progresso.”

Tendo uma opinião diferente, Oliveira Martins afirmou que “chegou a preconizar o abandono do Ultramar, considerando que Portugal se não devia deixar desviar do seu objetivo principal, que consistia – segundo ele – na concentração de todos os esforços no desenvolvimento da metrópole”. " Para a segunda, é perigoso abandonar a posição histórica de Portugal, sempre de costas para o continente e de frente para o mar”.

Em relação a este tema, Marcelo Caetano procurou “fazer o pleno entre as duas posições, assumindo que a opção europeia se jogava apenas no plano económico, enquanto, cultural e historicamente, Portugal manteria as suas raízes atlânticas.”

Marcelo Caetano proferiu no seu discurso em 1970 aos militantes da ANP que “a escolha entre a África e a Europa “é um falso dilema”.

O presidente do Conselho de Ministros já sentia as suas divisões a nível político, das quais resultaram do descontentamento e revolta dos reformistas em relação à sua política de recuo e da dureza dos ultras na imposição de medidas que estivessem de acordo com os pensamentos e valores defendidos por Salazar. Por isso, Marcelo Caetano disse que:

“defendeu a inevitabilidade "do movimento de entendimento económico traduzido pela união aduaneira", mas rejeitou "o movimento de integração política sob a forma da federação europeia".”

Marcelo Caetano dirigiu-se ao povo português através do programa televisivo “Conversas em Família” onde explicou que:

“A Metrópole está na Europa. E não pode, em nome das ligações que mantém com o Portugal africano, desconhecer o conjunto de interesses que a ligam aos restantes países do ocidente europeu”.

A remodelação governamental feita pelo Executivo Europeu em 1969, ou seja através da Presidência do Conselho de Ministros de Marcelo Caetano, permitiu que o conjunto de ministros fossem favoráveis à opção de um bom relacionamento com a CEE, já que esse tinha sido um dos temas defendidos por Marcelo Caetano quando tomou posse nesse cargo ao substituir Salazar (BAPTISTA, 2009).

Como sublinha Júlio Tavares Castilho,

"foi a partir da equipa presidida por Dias Rosa que se instalou no Governo uma nova filosofia de desenvolvimento do país, decididamente apostada na revisão das suas perspetivas, seja pela revisão do regime de condicionamento industrial, seja por uma maior aproximação aos movimentos de integração económica da Europa". “Aliás, a política de relativa confidencialidade corresponde aos desejos da Comunidade, que não convirá estar a hostilizar.”

Na verdade, a confidencialidade era muito mais consentânea com os interesses do governo Português do que com os da Comunidade e foi por isso num relativo silêncio, quebrado por algumas transcrições retiradas da imprensa estrangeira, sempre que um governante luso prestava declarações a qualquer periódico europeu, que decorreu um dos processos político-diplomáticos mais determinantes durante o mandato Marcelista e, porventura, para o futuro do país. Sérgio Ribeiro, que na altura já tinha escrito um dos primeiros livros que surgiram em Portugal sobre o processo de integração europeia – O Mercado Comum, a Integração e Portugal, primeira edição em 1971 pelas Edições 70 e continuava a investigar o tema, recorda que os acordos suscitaram pouco interesse entre a generalidade dos jornalistas (CAETANO, 1973).

O silêncio foi um ponto mais importante para os interesses impostos pelo governo português do que para os da Comunidade, já que sempre que um governante português prestava declarações a qualquer elemento europeu do qual se pode exemplificar através dos processos político-diplomáticos existentes durante o mandato de Marcelo Caetano e dos quais podem ser importantes para o futuro e desenvolvimento do país. Portugal usava esta estratégia porque não possuía relações de cooperação com a CEE, daí ter feito esta quebra de acordo no relacionamento entre ambos (CASTILHO, 2003).

Luís Barros fez uma reportagem intensa e dura ao escrever para A Capital uma série de artigos diários assinados em que levava uma fotografia do autor com a seguinte legenda, ou seja, Luís Barros escreve de:

“Bruxelas ao falar com alguma abertura sobre as dificuldades enfrentadas pela delegação portuguesa. Mas, desta vez, o clima internacional era muito mais hostil a Portugal devido à ditadura e, sobretudo, devido à guerra colonial, e muitos países não estavam dispostos a transigir. " Não desanimando, a delegação portuguesa procura próspera colocação para as conservas de peixe, vinhos, concentrado de tomate, ananases, azeite, flores, etc...".

Para finalizar este tema, a assinatura dos Acordos de Comércio Livre entre Portugal e a CEE , em 1972, foi o grande ponto para a evolução de um processo de progressiva aproximação à Europa ao caracterizar-se como discreta, sempre trabalhada de modo a não ferir os superiores interesses políticos de uma nação que se caracterizava como "pluricontinental", cuja liderança não conseguia colocar os pontos fulcrais na opção ultramarina, apesar da constante pressões internacional para terminarem com a guerra colonial (BAPTISTA, 2009).

A questão da adesão à Europa fez com que se pudesse criar um debate político interno em que os seus principais objetivos eram a integração plena, o acordo económico, o acordo comercial com conseqüente clivagem e divisão entre as elites reformistas liberais pró-europeias e os sectores conservadores antidemocráticos, dos quais se constitui uma oportunidade para o debate de um tema até aí, considerado tabu e sem fundamento para o seu avanço (CASTILHO, 2003).

A população que se revia numa mudança política efetuada via não revolucionária afirmavam que:

“a Europa perfilava-se como ideal democrático a atingir e como modelo de desenvolvimento económico e social.”

Por outro lado, o objetivo de colocarem este tema como o cérebro da questão e a sua passagem por vários interlocutores com poderes e cargos a nível político, económico e empresarial deram autorização a que:

“alguns jornais, mais liberais e contando com jornalistas que já possuíam algum grau de especialização e conseguiam mobilizar contactos e fontes, pudessem fazer um tratamento mais jornalístico da evolução das negociações, sem ser através do tradicional artigo de opinião.”

Por conseguinte, os aspetos políticos que estavam a ser delineados do qual se propunha a futura integração de Portugal à Europa raramente e dificilmente seriam contemplados, já só uma opção muito condizente é que levaria a assumir a decisão de democratizar e descolonizar. Os impactos económicos feitos pelo acordo comercial mantiveram-se longe e distantes do previsto, daí Baptista ter afirmado que:

“se tratou de um pequeno empurrão, um impulso ou um contributo para dar visibilidade a essa ideia estranha, ontem, porventura como ainda hoje, que é saber exatamente o que representa sermos europeus.”

2. Contextualização dos principais temas: a sucessão a Salazar, a aproximação à Europa e os momentos bons e maus da governação

Salazar caracterizou-se como o grande líder do Estado Novo e condutor de várias características impostas a nível de Portugal, ou seja de um país autoritário, corporativo e ultramarino. Porém, o problema no país era em relação aos pensamentos e ideias do líder autoritário da qual permitia fazer com que o regime ditatorial não começasse a estar adaptado à realidade, daí termos visto a evolução e a criação da CEE ao longo dos tempos através do Tratado de Roma assinado a 25 de março de 1995. A Guerra Colonial que estava a ocorrer em África não estava a ser do bom agrado por parte da ONU já que era uma Organização defensora da paz, cooperação e amizade entre os 193 Estados-Membros. Convém referir que esta instituição com sede em Nova Iorque, foi criada em 1944, ou seja no penúltimo ano da II Guerra Mundial que durou entre 1939 e 1945 e que substituiu a SDN (Sociedade das Nações) da qual se definia e revia com os valores escritos e impostos pela ONU, mas em que a sua criação se deu bastante antes, ou seja em 1919 que foi um ano depois da I Guerra Mundial ocorrida entre 1914 e 1918. Marcelo Caetano que já tinha ocupado cargos relevantes em Portugal como foi o caso membro da primeira Comissão Executiva (1933-34) e depois presidente da União Nacional (1947-49), o partido único da ditadura; Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa (1940-44), ministro das Colónias (1944-47); presidente da Câmara Corporativa (1949-55) e ministro da Presidência (1955-58) da qual foi visto perante Ala Conservadora que Marcelo podia ser o candidato ideal para a sucessão de Salazar (MENDES, 2013).

Portugal estava a passar por dificuldades, problemas e limitações a nível interno e externo por causa de fatores como o Isolacionismo de Portugal perante o mundo, a presença da Guerra Colonial em África, a falta de relacionamento com a Europa e a pressão por parte da ONU em relação a África (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1995, p. 5-50).

A sociedade civil e política estavam no topo do foco para as principais mudanças que poderiam existir, daí ser possível ver a nível internacional da política se manter. Segundo Marcelo Caetano, através da primeira mensagem que proferiu ao país como presidente do Conselho no dia 27 de setembro, em S. Bento, foi possível verificar que:

“as suas tarefas eram «ciclópicas», e contavam com inimigos fortes e um vasto conjunto de aliados mornos, sobretudo ao nível do sistema político.”

Através desta tentativa, foi possível ver ao estar de acordo com a afirmação de Keneth Maxwell que:

“não significava «uma alteração fundamental da ditadura», mas sim o seu «aperfeiçoamento»” (MAXWELL, 1999, p. 58).

A continuidade da política autoritária no Estado Novo fez com que a ascensão e crescimento de Caetano pudesse dar expressão e reforço a nível de uma abertura política ao nível económico, daí fazer o uso da utilização de uma política desenvolvimentista, pró-europeia e aberta ao investimento estrangeiro de modo a ultrapassar o condicionamento industrial de Portugal. Após a passagem de trinta dias da tomada de posse de Marcelo Caetano foi possível ver a expressão de Gonçalves Rapazote, ministro do Interior em que:

“anunciava através de uma famosa metáfora que se avizinhava uma primavera política.” (PINTO, 1977).

Esta política de aperfeiçoamento em relação ao Salazarismo fez com que Marcelo utilizasse uma política de renovação na continuidade da qual tinha como principal objetivo refletir a necessidade de dar resposta à transformação e mudanças que se estavam a verificar a nível da sociedade portuguesa. Por isso, esta parte podia fazer com que:

“o corporativismo de Estado estabelecesse e concretizasse uma dominação política e exploração económica, mudou totalmente (MENDES, 2013).

O surgimento e difusão da Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social no mês de outubro de 1970 permitiu caracterizar a modernização da estrutura da sociedade portuguesa, nomeadamente a nível da mobilização de quadro técnico-profissionais de forma autónoma em relação ao aparelho corporativista (CAETANO, 1977: 67-68). A Igreja Católica não concorda com estas medidas e decide distanciar-se, apesar de ter sido defensora e apoiante das medidas corporativas e das ideias impostas pelo regime autoritário. As mudanças que existiram na sociedade portuguesa permitiram a criação de uma nova geração e a nível da sociopolítica, da qual teve início e impacto nos organismos técnicos da administração e cuja início de carreira a nível internacional

esteve relacionado com o exercício da EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) da qual defendia o crescimento e a evolução do comércio externo a vários níveis em que a adesão de Portugal este organismo foi importante para a cooperação existente entre os dois (CAETANO, 1977: 67-68).

As novas elites que estavam numa fase de regressão, acabaram por mostrar o seu desagrado e descontentamento com a ocupação clientelar dos postos-chave da administração por parte da gerontocracia rotativa em que tiveram como consequência a perturbação da guerra colonial da qual mostrou a mortes de familiares portugueses na Guerra Colonial. Através dessas mortes, ao estarem completamente em desacordo com ideologia do regime, passam a rejeitar o carácter rural dominante da presença e valorização do corporativismo do Estado Novo (ROSAS, 1994).

Esta nova geração admira e decide enquadrar-se com vários modelos sociopolíticos impostos e delineados pela Europa mais desenvolvida e com melhores recursos, daí mostrar a emergência e o aparecimento de vários políticos importantes da qual Caetano poderá integrar-se e tentar medidas importantes para o delineamento da sua abertura em que a aproximação à Europa pode ser benéfica para Portugal e para a difusão das suas relações de cooperação. Porém, a escolha de governantes nos círculos liberais e tecnocratas têm como objetivo colocar sangue novo no velho sistema a nível corporativo de modo a criar e impor uma política de liberalização, daí podermos ver a importância que jovens governantes como o subsecretário de Estado do Planeamento João Salgueiro, o secretário de Estado do Comércio Xavier Pintado e o secretário da Indústria Rogério Martins que se definia como um europeísta convicto, poderão ter na promoção das políticas de aproximação e cooperação aos modelos europeus de desenvolvimento (PINTO, 2000,p. 36).

CAPÍTULO VII – BRASIL

Este capítulo permite mostrar a importância que o Estado Novo tinha no relacionamento das comunidades luso-brasileiras de determinadas formas e que esta pudesse estabelecer relações de cooperação com o seu país de origem e com as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo (IUSKOW, 2018).

A união entre o Brasil e Portugal demonstrava que os povos podiam ser denominados de “irmãos, do qual a existência de boas relações podia ser fundamental para Portugal poder resolver a questão da Guerra Colonial que estava a ocorrer em África desde o início dos anos 60 (SOUSA, 2007, p.2).

As análises e interpretações que Iuskow fez na Revista Luso-Brasileira, permitiram-lhe verificar que:

“a sua proposta seria a de realizar intervenções no espaço público de Florianópolis, das outras cidades do Brasil e do mundo de língua portuguesa em que circulava, trazendo para a discussão conteúdos ligados à questão política de Portugal.”

A partir da década de 60, o Brasil queria criar laços de amizade e respeito com Portugal através do relacionamento com os emigrantes portugueses e na criação de uma rede de comunicação entre os portugueses e os seus cidadãos fora do país (PORTUGAL, RELATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, 2013,19).

Portugal sentia uma grande pressão em relação à autodeterminação dos povos impostas pela ONU, mas, apesar desta imposição por parte da ONU, Salazar pretendia que Portugal continuasse a valorizar a sua origem, o seu passado, as suas tradições e os seus símbolos. O país estava a ficar com problemas devido às guerras anti-coloniais existentes e os embates feitos na ONU, da qual a nação portuguesa podia estar perigo (IUSKOW, 2018).

Ao longo das décadas de 60 e 70, as relações entre Portugal e o Brasil começaram a ficar mais distantes, da qual resultou num corte nos laços feitos entre os dois países. Por isso foi possível verificar que de 1933 a 1974, ou seja durante o Estado Novo:

“as transformações no direcionamento da política portuguesa em relação ao Brasil se moldavam em meio a contextos bastante variados, que se transformarão à medida que circunstâncias da política e economia mundiais se constituem e atingem a política e economia portuguesa frontalmente, nomeadamente as Guerras Coloniais e a Guerra Fria.”

O Governo Brasileiro absteve-se em relação ao pedido de apoio à política portuguesa no Ultramar, daí não assumir nenhum compromisso de forma oficial em relação a este assunto.

Segundo Castelo Branco, no início da Ditadura Militar no Brasil,

“limitou-se a reconhecer que as soluções para o ultramar português deveriam ser encontradas dentro da soberania portuguesa.”

O Brasil demonstrava uma preocupação com Portugal no momento em que Salazar estava a passar uma fase mais débil a nível da sua saúde, daí os brasileiros estarem atentos a este momento da política portuguesa do qual se poderia dar a sucessão na Presidência do Conselho de Ministros. Este momento era relevante porque os portugueses iriam saber que tipo de ideias, valores e políticas que o novo governante iria implementar no país (IUSKOW, 2018).

O grande objetivo era fazer-se uma aproximação do contexto político por parte de Portugal à comunidade portuguesa nos locais por onde a revista circulava e possibilitar uma união da comunidade portuguesa pelo mundo.

Por isso segundo várias notícias, é possível afirmar que:

“Essa «nação» fora de Portugal deverá ser incluída no mesmo sentimento nacionalista do português que vive em Lisboa, no Porto ou em outra cidade qualquer de Portugal.”

A Revista Brasileira valoriza e enfatiza o papel importante de Salazar através das seguintes afirmações, ou seja:

“Um chefe de Governo extraordinário, que governou Portugal, durante 40 anos e cinco meses.”

“sua postura de homem simples e trabalhador, igualando-o ao cidadão comum, depois atribuindo a ele o título de chefe extraordinário, governando Portugal por 40 anos.”

“Num momento de fragilidade do regime as notícias demonstrando a força e ética do ditador, legitimam a sua história e a sua importância no contexto político até aquele momento vivido por Portugal.”

O Brasil vivia num de ditadura militar da qual se iniciou em abril de 1964, e em 1968, ano do número da revista analisada, era forte o rigor da censura política no Brasil.

Estas cenas apresentam os choques com o comunismo que se dão nas ditaduras tanto no Brasil como em Portugal.

Portugal e o Brasil viviam sob regimes autoritários, ditatoriais e fascistas, daí serem opositores ao comunismo que expandiria pelo mundo através da URSS e do Pacto de Varsóvia. O relacionamento entre os dois países durante a década de 60, mas o Brasil

ainda se mantinha reticente e desconfiado à política que iria ser implementada por Portugal em relação às suas antigas colônias. O Brasil tinha forte interesse no assunto porque tinha sido uma antiga colônia portuguesa e estava totalmente curioso do futuro que as colônias africanas sob o domínio de Portugal iriam ter (IUSKOW, 2018).

Apesar das críticas que a ONU estava a fazer a Portugal em relação à presença do país nas colônias africanas, da qual estava a ocorrer uma Guerra Colonial, foi possível ver a justificação da presença no ultramar através da valorização e da ênfase de uma realização de uma missão de cariz civilizacional implementada nos trópicos (MAGALHÃES, 1989).

Na edição de 68 da secção “Presença de Portugal”, foi possível visualizar através da Revista Luso-Brasileira uma foto de um casal da Guiné Portuguesa com Américo Tomás, presidente da República Portuguesa, de 1958 a 1974. Apesar desta aproximação e cooperação entre os dois países, esse é um período de sérios conflitos com as antigas colônias africanas da qual fez com que a Guiné Portuguesa passasse por uma guerra pela independência iniciada em 1963 (MAGALHÃES, 1989).

O ano de 1968 foi o ano da entrada de Marcelo Caetano como Presidente do Conselho de Ministros, da qual poderemos ver a importância que Américo Tomás teve no relacionamento com a Guiné Portuguesa, do qual poderemos verificar vários fatores existentes como a negociação, consenso, aproximação e interpretação de uma relação de paz entre os dois países da qual poderia ser benéfica para o futuro das colônias africanas a nível da independência. Esta concessão de soberania por parte dos portugueses às “Províncias Ultramarinas” não ocorreu porque os membros do Governo de Marcelo Caetano que se caracterizavam como ultra-conservadores não aceitaram que o Governante concedesse esse poder às colônias africanas devido à importância que elas tiveram para o país no tempo dos Descobrimentos e para continuar a mostrar o patriotismo e o nacionalismo existente. Segundo Salazar, “Portugal tem de ter orgulho no seu passado e na sua história.”

A revista mostrou-nos no mês de maio de 1969 várias imagens que permitiam demonstrar um clima amigável e de proximidade entre a Guiné Portuguesa e o governo português.

Apesar das posições e práticas impostas pelo Brasil a nível da ideologia nazi-fascista, o país queria que Portugal justificasse e explicasse a sua presença nas colônias africanas e a razão para a continuação da Guerra Colonial.

A Revista Luso-Brasileira que chegou a enviar milhares de exemplares para Portugal, colônias portuguesas em África e cidades brasileiras tinha como objetivo permitir a existência de um bom relacionamento de Portugal com as suas “Províncias Ultramarinas”,

da qual se caracterizava como sendo opositora à política colonial ultramarina imposta por Portugal naquela altura. Essa posição da revista se coloca a despeito da política brasileira, oposta à política colonialista ultramarina portuguesa naquele momento (IUSKOW, 2018).

Segundo esta revista, as definições para esta situação caracterizam-se da seguinte forma, ou seja: “São códigos e conjuntos de referentes que vão se formando que criam representações de uma determinada política, tais códigos, com origem em diferentes grupos se imbricam no interior de culturas políticas diversas de Portugal e do Brasil e possibilitam o surgimento de novos conjuntos de referentes.”

Por fim, a visita de Marcelo Caetano a Guiné Portuguesa e Angola foi marcada por um clima de festa porque os habitantes desses dois países acreditavam na independência e na mudança de política em relação à implementada pelo seu antecessor (IUSKOW, 2018).

O relacionamento de Marcelo Caetano com o Brasil também ficou marcado após a Revolução dos Cravos imposta a 25 de abril de 1974 da qual foi instaurada a Democracia em Portugal e que levou a que Marcelo Caetano viajasse para o Brasil e ficasse lá até à data da sua morte (MAGALHÃES, 1989).

CONCLUSÃO

Esta Dissertação de Mestrado permitiu-nos concluir e verificar que, nos primeiros tempos da governação de Marcelo Caetano como Presidente do Conselho de Ministros, as suas medidas estavam a ter um impacto positivo em Portugal, bem como no relacionamento com outros países. O aparecimento do grau de abertura adotado por Portugal como foi o exemplo do caso do melhor relacionamento com a Europa, a ONU, os Estados Unidos, a NATO e o Brasil foram alguns exemplos significativos para uma relativa mudança do caminho que Portugal estava a ser totalmente fechado e de forma muito só a nível da Política Externa. A frase “Orgulhosamente sós” proferida por Salazar foi um exemplo disso, já que o objetivo dele era fazer com que Portugal continuasse a fazer uma política de Isolacionismo perante os outros países.

Convém referir que Marcelo Caetano herdou de Salazar uma Guerra Colonial que já estava a durar desde o início dos anos 60, ou seja esta situação permitiu-me observar que Marcelo Caetano quis tentar mudar a sua política, mas em relação a alguns assuntos, manteve-se com o pensamento de Salazar, daí não ter concedido a independência às Colónias Africanas. A Primavera Marcelista podia ser o momento de viragem para Portugal apesar de ainda existir uma Ditadura, mas só que depois surgiu o Outono e o Inverno Marcelista. No Outono Marcelista estavam-se a sentir os primeiros sinais de frustração que duraram entre 1970 e 1971. Depois apareceu o Inverno Marcelista que teve sinais de angústia e que ocorreram entre 1972 e 1974. O Inverno Marcelista levou à Queda do Estado Novo e à Revolução dos Cravos no dia 25 de abril de 1974. As medidas tiveram um Impacto positivo na população durante a Primavera Marcelista, mas durante a sua Presidência, as suas medidas foram vistas de forma totalmente diferente por parte da População Portuguesa, daí ter levado à Queda do Estado Novo.

Marcelo Caetano fez com que Portugal pudesse ter outro tipo de aproximação aos países e organizações, mas acabou por só ter boas relações com os Estados Unidos, NATO e Brasil. A nível da Europa, Marcelo Caetano chegou a pensar numa entrada do país na CEE (Comunidade Económica Europeia) mas não entrou e decidiu recuar em relação a esse ponto. Em África, não conseguiu dar a independência às colónias Africanas, logo a situação da Guerra Colonial com esses países acabou por se manter já que esse momento foi iniciado durante a Governação de Salazar como Presidente do Conselho de Ministros. O bom relacionamento com os Estados Unidos e a NATO foi muito importante para Portugal já que Marcelo Caetano teve o prazer de se encontrar com Presidentes Norte-Americanos. A situação da Base das Lajes foi importante no relacionamento Luso-Americano em que fez com que a localização da Base Aérea nos Açores fosse benéfica

para os dois países. A presença de Portugal na NATO foi importante para a defesa do Capitalismo Norte-Americano e utilizar ferramentas de oposição ao Bloco Comunista, liderado pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e que se denominou de Pacto de Varsóvia. A Guerra Fria foi vista como sendo uma guerra de ameaças entre estes dois blocos Antagónicos.

A presença de Portugal na ONU (Organização das Nações Unidas) que é composta por 193 países foi importante para a abertura de Portugal em relação ao mundo. A ONU foi criada em 1944 através da Carta de São Francisco num momento em que substituiu a SDN (Sociedade das Nações) que foi criada em 1919 após o fim da I Guerra Mundial. A ONU tinha como objetivo criar boas relações de paz, cooperação, amizade e proximidade entre os países que constituem esta organização. A Organização com sede em nova quis sempre utilizar este tipo de instrumentos para a sua valorização. Ou seja, Portugal precisou de estar integrado nesta Organização para modificar um pouco o seu pensamento que durante o regime de Salazar era autoritário e conservador. Salazar manteve sempre essa linha através do culto ao chefe que existia naquela altura. Marcelo Caetano tentou mudar um pouco com a Primavera Marcelista, mas a instabilidade política que teve nos finais da sua Presidência do Conselho de Ministros, fizeram com que a sua linha de pensamento se mantivesse igual ao do seu antecessor.

Por fim, podemos concluir que Marcelo Caetano teve momentos bons e maus durante a sua Presidência do Conselho de Ministros. Esses momentos puderam ser vistos pela população e pelos países com quem teve relacionamento.

BIBLIOGRAFIA

- ALLISON, Graham T. 1971. *The Essence of Decision*. Boston: Little, Brown.
- ALVES, Edmundo. 2014. *Os Monárquicos e as Eleições de 1969*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.
- ANDRESEN-LEITÃO, Nicolau. 2004. “O convidado inesperado: Portugal e a fundação da EFTA, 1956-1960”. *Análise Social*, vol. XXXIX, n.º 171, pp. 285-312.
- ANTUNES, José Freire. 1992. *Nixon e Caetano: Promessas e abandono (1969-1974)*. Lisboa. Editora: Difusão Cultural.
- ANTUNES, José Freire. 1993. *Salazar e Caetano: cartas secretas: 1932-1968*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ANTUNES, José Freire. 2013. *Kennedy e Salazar o leão e a raposa*. Lisboa: Leya.
- BAPTISTA, Carla. 2009. “Ser ou não ser europeu. A cobertura jornalística da assinatura do acordo comercial entre Portugal e a CEE em 1972”. *Media & Jornalismo*, vol. 8, n.º 14, pp. 83-96.
- BARROSO, Luís. 2018. *Marcelo Caetano e a origem do exercício ALCORA*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos.
- BATISTA, Gabriel. 2011. *A Guerra do Yom Kippur: O sucesso das Forças de Defesa de Israel contrariando a lógica*. Trabalho de Investigação Aplicada/Mestrado Integrado. Lisboa: Academia Militar.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. 1992. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CABRERA, Ana. 2019. “A estratégia de informação de Marcelo Caetano, o último governante do Estado Novo”. *Media & Jornalismo*, vol. 19, n.º 35, pp. 227-233.
- CAETANO, Marcelo. 1931. *A Depreciação da moeda depois da guerra*. Coimbra Editora.
- CAETANO, Marcelo. 1941. *Problemas da Revolução Corporativa*, [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1950. *Posição atual do corporativismo português*. [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1962. *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos: da liberdade dos mares às Nações Unidas*. Lisboa: Ática.

- CAETANO, Marcelo. 1965. *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, 3ª edição, revista e ampliada. Lisboa: Edições Ática. (1ª edição de 1948)
- CAETANO, Marcelo. 1966. *A missão dos dirigentes: reflexões e directivas sobre a Mocidade Portuguesa*. [Discurso]. Lisboa: Mocidade Portuguesa.
- CAETANO, Marcelo. 1968. *Pela reta intenção de bem servir o povo português, discurso pronunciado pelo senhor presidente do Conselho, Professor Doutor Marcelo Caetano, na Assembleia Nacional, a 27 de Novembro de 1968*, [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1968. *Revolução Corporativa, Revolução Permanente: palavras pronunciadas pelo senhor presidente do conselho, professor doutor Marcelo Caetano, na sua visita ao Ministério das Corporações e Previdência Social, a 6 de Novembro de 1968*, [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1968. *Saibamos ser Dignos desta Hora, discurso pronunciado por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Prof. Doutor Marcelo Caetano, no Palácio de S. Bento, a 27 de Setembro de 1968*, [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1969. *Ninguém pode escusar-se a cumprir deveres para com a pátria, discursos proferidos*. [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1969. *O governo tem um mandato indeclinável a cumprir, palestra pela Rádio e Televisão, em 17 de Dezembro de 1969*, [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1969. *Portugal não Pode Ceder, discurso pronunciado no Palácio das Necessidades, em 6 de Outubro de 1969*, [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1969. *Somos todos portugueses iguais à face da pátria e iguais à face da lei, discursos pronunciados durante a viagem à Guiné, Angola e Moçambique, em Abril de 1969*, [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1970. *Garantir a paz em África, discurso pronunciado no jantar oferecido ao primeiro-ministro da República da África do Sul, em 5 de Junho de 1970*, [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1970. *Mandato indeclinável*. Lisboa: Verbo.
- CAETANO, Marcelo. 1970. *Portugal é de Nós Todos, Nós Todos Somos Portugal, discurso proferido perante as comissões distritais da ANP, no Palácio da Foz, 27 de Setembro de 1970*, [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1971. *Renovação na continuidade*. Lisboa: Verbo.

- CAETANO, Marcelo. 1972. *Pela Segurança, Bem-Estar e Progresso do Povo Português!* [Discurso]. [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1972. *Progresso em Paz*. Lisboa: Verbo.
- CAETANO, Marcelo. 1973. “Na véspera das eleições”. [Discurso]. Lisboa: SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1973. *As grandes opções*. Lisboa: Verbo.
- CAETANO, Marcelo. 1974. *As Forças Armadas têm a política da Nação, palavras dirigidas aos oficiais-generais, no Palácio de S. Bento, em 14 de Março de 1974*, [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1974. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record.
- CAETANO, Marcelo. 1974. *Reflexão sobre o Ultramar, discurso na Assembleia Nacional, em 5 de Março de 1974*, [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1974. *Reforma dos Ministérios que se ocupam da Economia, discurso na cerimónia de posse de novos membros do Governo no Palácio de S. Bento, em 15 de Março de 1974*, [Discurso], Lisboa, SEIT.
- CAETANO, Marcelo. 1977. *Minhas memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo.
- CAETANO, Marcelo. 1977. *O 25 de Abril e o Ultramar: três entrevistas e alguns documentos*. Lisboa: Verbo.
- CAETANO, Marcelo. 2006. *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo.
- CASTILHO, José T. 2012. *Marcelo Caetano: uma biografia política*. Coimbra: Almedina.
- CRUZ, M. B.; RAMOS, R. (org.). 2012. *Marcelo Caetano: tempos de transição*. Porto: Porto Editora.
- FREIRE, Maria Raquel. 2011. *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- GUZZINI, Stefano. 2001. “The significance and roles of teaching theory in international relations”. *Journal of International Relations and Development*, vol. 4, n.º 2, pp. 98-117
- HAGAN, Joe D. 2001. “Does decision making matter? Systemic assumptions vs. Historical reality in International Relations Theory”. *International Studies Review*, vol. 3, n.º. 2, pp. 5-46.

- IUSKOW, Cristina. 2018. “Laços incertos nas relações políticas entre Brasil e Portugal na década de 1960”. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, vol. 12, n.º 23, pp. 363-378.
- LEITÃO, Luís M. 2014. *Marcelo Caetano: um destino*. Lisboa: Quetzal.
- MAGALHÃES, José Calvet de. 1989. “Portugal e os EUA-Relações no Domínio da Defesa”, *Estratégia*, n.º 4, (Inverno de 1987/1988), pp. 31-42.
- MAGALHÃES, José Calvet de. 1996. *Portugal e as Nações Unidas: a questão colonial (1955-1974)*. Lisboa: IEEI.
- MAGALHÃES, José Calvet de. 1997. *Portugal na Europa: o caminho certo*. Lisboa: Bertrand.
- MAGALHÃES, José Calvet de. 1997. *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*. Lisboa: Quetzal Editores.
- MARINHO, António Luís. 2006. *Operação Mar Verde: um documento para a História*. 2ª Edição. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MARTINHO, Francisco P. 2016. *Marcelo Caetano. Uma biografia, 1906-1980*. Lisboa: Objetiva.
- MAXWELL, Kenneth. 1999. *Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Presença.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2004. “A dimensão internacional da transição democrática em Portugal: a influência da Europa”. *População e Sociedade*, n.º 11, pp. 171-192.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2007. “A raiz e o fruto na análise da política externa dos Estados: uma perspectiva eclética”. *Relações Internacionais*, n.º 16, pp. 129-144.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2012. “A (re) invenção das relações internacionais na viragem do século: o desafio do construtivismo”. *Relações Internacionais*, n.º 36, pp. 105-118.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2013. “A questão europeia no marcelismo: o debate geracional”. *População e Sociedade*, n.º 21, pp. 107-121.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2016a. “Identidade e Poder na Política Externa da Indonésia: de Sukarno a Suharto”. *Relações Internacionais*, n.º 52, pp. 67-82.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2016b. “Mudança, Contexto e Liderança na política externa dos EUA: de Bush a Obama”. *População e Sociedade*, n.º 26, pp. 170-187.

- MENDES, Pedro Emanuel. 2017a. “Como compreender e estudar a decisão em política externa: reinterpretando os clássicos”. *Brazilian Journal of International Relations*, vol. 6, nº1, pp. 8-36.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2017b. “O poder e as ideias na política externa da Indonésia democrática: ser ou não ser um ator global?”. *Relações Internacionais*, nº 55, pp.71-98.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2018. “Identidade, ideias e normas na construção dos interesses em política externa: o caso português”. *Análise Social*, nº 227, LIII (2), pp. 458-487.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2019a. “As teorias principais das Relações Internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina”. *Relações Internacionais*, nº 61, pp. 95-122.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2019b. “The birth of International Relations as a social science: a comparative analysis of the Anglo-American world and continental Europe”. *Austral: Journal of Strategy & International Relations*, vol. 8, nº 16, pp.19-50.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2020a. “Percepções e imagens na política externa do Estado Novo: a importância do triângulo identitário”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Vol. vol. 63, nº 3.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2020b. “R(r)elações I(i)nternacionais, Realismo e Análise da Política Externa (APE): contextualizando a invenção da APE”. *Estudos Internacionais*, vol. 8, nº 1, pp. 64-88.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2020c. “Os dilemas da renovação na continuidade e o legado de Marcelo Caetano: do outono ao inverno”. *Tempo e Argumento*, vol. 12, nº 29, pp. 1-35.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2020d. “Portugal como Estado-pivot da União Europeia: as cimeiras internacionais nas presidências portuguesas”. *Relações Internacionais*, nº 68, pp. 59-76.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2021a. “Marcelo Caetano, do idealismo da juventude à política real (1906-1944): uma teorização histórico-sociológica”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, vol. 33, nº 1, pp. 121-144.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2021b. “Os choques perçecionais do falhado processo de descolonização de Timor (1974-1975)”. *Revista Brasileira de História*, vol. 42, nº 87, pp. 255-279.

- MENDES, Pedro Emanuel. 2021c. “Marcelo Caetano e a sua circunstância rumo à liderança: poder simbólico, ambição e adaptação”. *Opinião Pública*, vol. 27, nº 3.
- MORGENTHAU, Hans. 1951. *In Defense of the National Interest*. New York: Alfred A. Knopf.
- OLIVEIRA, P. Aires. 2001. *A Política Externa do Marcelismo: A Questão Africana*, in MARTINS, F. (ed.). *Diplomacia & Guerra: Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*. Lisboa: Cidehus.
- PATRÍCIO, Rui. 2012. *Política Externa Portuguesa, 1970-1974*, in CRUZ, M. B.; RAMOS, R. (org.). *Marcelo Caetano: tempos de transição*. Porto: Porto Editora.
- PAVIA, José Francisco (Coord.). 2019. *Política Externa Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- PAVIA, José Francisco. 2008. *O Modo Português de Fazer a Paz: o Caso de Moçambique*. In: *Revista Lusíada. Política Internacional e Segurança*, Série 1 - nº 1, Dezembro de 2008, pp. 19-40.
- PAVIA, José Francisco. 2007. *La Dimensión Africana de la Política Externa Portuguesa*. In: García Pérez, Rafael, y Lobo-Fernandes, Luís (eds.). *España y Portugal: Veinte Años de Integración Europea*. Santiago de Compostela: Tórculo Ed. – Fundación Galicia Europa.
- PRIETO, Maria Helena. 1992. *A porta de marfim, evocação de Marcelo Caetano*. Lisboa: Verbo.
- RAMOS, Rui. 2012. *Nossas Memórias de Marcelo Caetano. (Ensaio para uma análise histórica)*, in CRUZ, M. B.; RAMOS, R. (org.). *Marcelo Caetano: tempos de transição*. Porto: Porto Editora, pp. 465-506.
- ROCHA, Miguel de Oliveira Estanqueiro. 2009. “Portugal democrático e o atlantismo”. *Mneme-Revista de Humanidades*, vol. 10, nº 26.
- ROSAS, Fernando. 1994. *O Estado Novo, história de Portugal*. Lisboa: edições Estampa.
- ROSAS, Fernando. 1999. *O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo*, in BRITO, J. M. B. (coord.). *Do marcelismo ao fim do império*. Lisboa: Notícias, p. 15-59.
- ROSENAU, James N. 1980. *The Scientific Study of Foreign Policy*. London: Frances Pinter.

SÁ, Tiago Moreira de. 2008. *As relações Portugal-EUA: da Segunda Guerra Mundial à transição para a democracia*. Lisboa: Edições Asa.

SILVA, João Carlos Lourenço. 2020. *O Marcelismo e a Fase Final da Guerra em África (1968-1974)*. Relatório Científico Final. Mestrado em Ciências Militares. Lisboa: Academia Militar.

SNYDER, Richard C.; BRUCK, H. W.; SAPIN, Burton. 2002. *Foreign Policy Decision-Making (Revisited)*. New York: Palgrave Macmillan.

TELO, António José. 1999. “Portugal e a NATO (1949-1976)”, *Nação e Defesa*, n.º 89.

TORGAL, Luís Reis. 2013. *Marcelo Caetano, Marcelismo e “Estado Social”*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

VALENTE, Vasco Pulido. 2002. *Marcelo Caetano: as desventuras da razão*. Lisboa: Gótica.

WOOD, J. R. T. 2012. *So Far and No Further!: Rhodesia's Bid for Independence During the Retreat from Empire 1959–1965*. Victoria/British Columbia/ United States of America: Trafford Publishing North America & International.